



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)**  
**CURSO DE MESTRADO**

---

**CRISTIANE BATISTA SALGADO**

**Questão Ambiental e Reforma Agrária na Amazônia:**

Uma análise do processo de regularização ambiental dos projetos de assentamento do  
Estado do Acre

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)  
CURSO DE MESTRADO

---

**CRISTIANE BATISTA SALGADO**

**Questão Ambiental e Reforma Agrária na Amazônia:**

Uma análise do processo de regularização ambiental dos projetos de assentamento do Estado do Acre

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPG-MDR) da Universidade Federal do Acre, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

**Orientador:** Dr. Adailton de Sousa Galvão

Rio Branco - Acre  
2009



## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**CRISTIANE BATISTA SALGADO**

### **Questão Ambiental e Reforma Agrária na Amazônia:**

Uma análise do processo de regularização ambiental dos projetos de assentamento do  
Estado do Acre

### **BANCA EXAMINADORA:**

-----  
**Prof. Dr. Adailton de Souza Galvão**  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH / Dept. Geografia; MDR/ UFAC  
Orientador

-----  
**Prof<sup>a</sup>. Dr. Cleto Batista Barbosa**  
Centro de Ciências da Natureza e Biológicas- CCNB / Dpt. Ciências da Natureza, UFAC

-----  
**Prof. Dr. Elder Andrade de Paula**  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH / Dept. Ciências Sociais; MDR/ UFAC



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)  
CURSO DE MESTRADO**

---

**DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos aqueles que dispõem a sua vida, seu tempo e sua coragem para lutar em nome das causas coletivas para o bem social.



### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço a Deus em primeiro lugar por sempre me trazer a fortaleza necessária pra todos os momentos,

Ao Thiago, pelo amor, compreensão e amizade;

Agradeço a minha família Maria Helena, Geraldo, Izabel, Cláudio, Paulo Vitor, Daniele e sobrinhas pela constante confiança, incentivo e carinho;

Agradeço ao meu orientador Prof. Adailton Sousa Galvão pela compreensão, assim como a todos os professores do MDR que de diferentes formas trouxeram temas novos ao meu processo de conhecimento. Um agradecimento especial ao Professor Elder, pela amizade e incentivo.

Agradeço ao meu amigo/irmão Cláudio Roberto pela amizade, pela ajuda, e incentivo constante, principalmente nos momentos mais difíceis. Estendo o agradecimento a sua família (Dona Socorro, Carol, José e Cláudia) por que me fazem sentir em casa, confortando os momentos de solidão.

Agradeço aos meus amigos Jerry e Damião pelo apoio, companhia constante e pela amizade;

Agradeço a Débora, Alex, Théo, Nilza e André pelo apoio, em especial a Débora porque é uma grande irmã e amiga, e pela disposição a me ajudar com as entrevistas.

Agradeço aos meus amigos de trabalho, que também são uma família (Marcos, Fofis, Marcelo, Charles, Vera, Jane, Cyna e Gaby), de modo especial ao Marcos, a Fofis e o Charles que dispuseram do seu tempo para me ajudar com as entrevistas e com os dados primários utilizados na pesquisa e que de maneira geral sempre estão me ajudando independente do objetivo.

Aos amigos José Alves e Karina, pela amizade e pelos diversos livros emprestados.

Agradeço ao pessoal da SEMA, do IMAC e do INCRA pela compreensão quanto ao trabalho e pelo fornecimento de dados importante.

Agradeço, enfim a todos que de alguma forma me ajudaram ao longo desta trajetória.

Muito obrigada a todos!



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)  
CURSO DE MESTRADO**

---

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem como objetivo avaliar a postura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária quanto à questão ambiental de seus projetos de assentamento. O INCRA foi criado em 1970, e teve importância fundamental no processo de ocupação do Estado. O histórico de sua atuação resultou na geração de um grande número de projetos, distribuídos no Estado, e também um grande passivo ambiental resultado de uma política que não valorizava a floresta, além de não oferecer aos seus beneficiários condições mínimas de reprodução. Pensando nisso, estudou-se os motivos que somados contribuíram para o quadro ambiental dos assentamentos hoje, e como o INCRA vem atuando diante das cobranças por regularização dos passivos ambientais dos assentamentos, mediante licenciamento ambiental.

**Palavras chave:** Projeto de assentamento, licenciamento ambiental, desmatamento.



## ABSTRACT

This research aims to evaluate the posture of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform – INCRA – regarding the environmental aspects of its settlement projects. INCRA was created in 1970 and had a fundamental importance in the occupation process of Acre State. The history of its actions generated an expressive number of projects spread in the State as well as a great environmental passive once its policies used not to give the right value to forest, besides not offering the assisted people the minimal conditions of production. This study analyzes the causes that, together, contributed to the current environmental situation of the settlements, and how the institute deals about the lately requirements to legalize the environmental passives of its settlements through environmental license.

**Keywords:** Settlement project, environmental license, deforestation.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Mapas

Mapa 1 - Diferença de cobertura florestal entre PA e PAE.....	61
Mapa 2 - Área Alterada no PA Porto Acre - (PCMFEA) .....	67
Mapa 3 - Localização dos projetos – Parte leste do Estado .....	70
Mapa 4 - Localização dos projetos – Parte oeste do Estado.....	71
Mapa 5 - Estrutura Fundiária do Estado do Acre - 2008 .....	74
Mapa 6 - Distribuição dos projetos de assentamento do Estado do Acre por modalidade .....	80
Mapa 7 - Desmatamento nos Projetos de Assentamento no Estado do Acre.....	92

### Tabelas

Tabela 1 - Microrregiões Homogêneas de Maior Concentração Fundiária .....	41
Tabela 2: Contribuição da produção de borracha do Brasil para o total da produção Mundial 1822-1937 .....	48
Tabela 3 - Distribuição por categoria de imóveis - 1967.....	51
Tabela 4 - Características espectrais e espaciais do sensor MSS .....	63
Tabela 5 – Períodos de operação dos satélites Landsat .....	64
Tabela 6 - Características dos Sensores TM e ETM.....	65
Tabela 7 - Lista de assentamentos criados fora do período de cobertura do PCMFEA.....	68
Tabela 8 - Área por tipo de ocupação .....	72
Tabela 9 - Áreas de sobreposição identificadas entre os polígonos .....	73
Tabela 10 - Projetos de Assentamento analisados .....	75
Tabela 11- Área desmatada do projeto no ano de criação e total em 2007.....	85
Tabela 12 - Desmatamento por modalidade .....	90
Tabela 13- Assentamentos criados no período de 2003 a 2006 e respectivos dados de cobertura florestal .....	96
Tabela 14 – Licenças Ambientais protocoladas e emitidas junto ao IMAC.....	99

### Gráficos

Gráfico 1 - Modalidade dos Projetos de Assentamento do Estado do Acre.....	77
Gráfico 2 - Distribuição dos assentamentos por ano de criação.....	81
Gráfico 3- Área destinada a Reforma Agrária por ano .....	82
Gráfico 4 - Distribuição do desmatamento no Estado do Acre.....	82
Gráfico 5 - Desmatamento por modalidade .....	90

### Figuras

Figura 1 - Povoamento do Estado do Acre.....	43
--	----



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)**  
**CURSO DE MESTRADO**

**LISTA DE SIGLAS**

APP – Área de Preservação Permanente  
ARL – Área de Reserva Legal  
ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
CAR – Certidão Ambiental Rural  
CEMACT – Conselho Estadual de Meio Ambiente , Ciência e Tecnologia  
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente  
DLMAPR – Divisão de Licenciamento e Monitoramento de Propriedades Rurais  
DOU – Diário Oficial da União  
FUNTAC – Fundação de Tecnologia do Acre  
GTA – Grupo Técnico Ambiental  
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente  
IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre  
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário  
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
LAR – Licença Ambiental Rural  
LIO – Licença de Instalação e Operação  
LP – Licença Prévia  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MMA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MP – Ministério Público  
PA – Projeto de Assentamento  
PAD – Projeto de Assentamento Dirigido  
PAE – Projeto Agro-extrativista  
PAF – Projeto de Assentamento Florestal  
PAR – Projeto de Assentamento Rápido  
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável  
PDSA – Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento  
PMCFEA - Projeto de Monitoramento da Cobertura Florestal do Estado do Acre  
RESEX – Reserva Extrativista  
SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária  
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente  
SR – Superintendência Regional  
TCU – Tribunal de Contas da União



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>PARTE 01: ESTADO, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA: DISCUSSÕES</b> .....	14
<b>Capítulo 01</b> - As relações políticas e a configuração territorial do estado: uma relação indissociável	14
<b>Capítulo 02</b> - Concepções de desenvolvimento e sua relação com as políticas do Estado .....	23
<b>Capítulo 03</b> - Quando o discurso do desenvolvimento transforma-se desenvolvimento sustentável..	36
<b>PARTE 02: QUESTÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS DO ESTADO DO ACRE: REALIDADE E PRECEDENTES HISTÓRICOS</b> .....	41
<b>Capítulo 04</b> - Histórico de ocupação do estado do Acre: contexto socio-territorial precedente a criação do INCRA .....	41
<b>Capítulo 05</b> - Aspectos ambientais na gestão do INCRA nos projetos de Reforma Agrária .....	52
<b>Capítulo 06</b> - Situação ambiental dos projetos de assentamento do INCRA no estado do Acre: resultados e discussões.....	63
6.1- Descrição dos dados primários e metodologia para produção dos dados do desmatamento e realização de entrevistas .....	63
6.2- Apresentações dos dados de cobertura florestal dos projetos de Assentamento do Estado do Acre. ....	72
6.3–Análises sobre a ações do INCRA em relação a regularização ambiental dos assentamento.....	93
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	113
<b>ANEXOS</b> .....	114



## **INTRODUÇÃO**

A Amazônia Legal possui hoje 65% das famílias assentadas no Brasil, distribuídas em 40% do total de projetos de Assentamento (BRASIL, 2008). O INCRA, desta forma passa a ter um peso significativo no que diz respeito a ocupação desta região. O ano passado, dia 29/09/2008 o MMA publicou a lista dos 100 maiores responsáveis pelo desmatamento da Amazônia. O INCRA esteve no topo da lista, nas seis primeiras posições. O fato demonstra que apesar da importância que o órgão representa, suas ações, ou a falta delas, tem gerado passivos significativos, revelando uma problemática.

Porque os beneficiários do Programa de Reforma Agrária estão retirando a cobertura florestal do lote? Os projetos do INCRA não possuem licenciamento ambiental como todos os demais empreendimentos, inclusive públicos? Os PDAs estão sendo cumpridos? O INCRA está sujeito a mesma legislação que os demais empreendimentos? O IBAMA não fiscaliza o INCRA?

Quando se investiga as respostas para estas perguntas, encontramos uma realidade complexa, composta por diversos fatores, entre eles o histórico político do INCRA, gestado inicialmente pela ditadura militar, o contexto sócio-econômico da localidade de atuação do órgão, uma legislação ambiental que possuía determinações para a condução da criação dos projetos de assentamento e os processos desenvolvimentistas desencadeados pelo Estado.

Castro (2006) confirma que não existe uma causa para o desmatamento, porque elas são muitas e estas tem relação com as diferentes racionalidades de atores e suas estratégias. A alteração espacial segundo a autora está organicamente relacionada a estrutura social do País, desigual em rendas e oportunidades; também pela inserção da Amazônia e do País na economia mundial globalizada e por último devido aos arranjos políticos e à disponibilidade de recursos naturais no território.

Nos assentamentos de Reforma Agrária a questão do desmate e da fragilização das áreas de reserva legal desencadeiam processos negativos para a Reforma Agrária. Por exemplo, quando se cria um assentamento, a expectativa é a de que ele consiga se desenvolver trazendo melhoria de vida a seus moradores. Quando, portanto, a situação não caminha segundo esta expectativa, devido a uma série de fatores, entre eles, assistência técnica, infra-estrutura adequada, fornecimento créditos e alternativas de produção, os assentados esgotam os



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)**  
**CURSO DE MESTRADO**

recursos naturais de seus lotes (floresta, solos, APPs) para a aquisição de renda imediata com a venda da madeira, por exemplo, ou abertura de pastagem para a criação de gado. Quando estes recursos se esgotam, as alternativas são poucas, e os assentados vendem os lotes ou estabelecem de vez a pecuária como atividade prioritária. Findam que os objetivos da Reforma Agrária não são atendidos, gerando o processo inverso, com reconcentração de lotes e baixa diversidade produtiva nos assentamentos, gerando passivos ambientais significativos. Para minimizar e regular a os danos ambientais no Brasil, a legislação ambiental obriga que atividades potencialmente poluidoras e que causem algum dano a questão ambiental passem por um processo de Licenciamento Ambiental. A criação de projetos de assentamento é uma destas atividades, e foi exigido do INCRA que regularizasse seus projetos mediante processo de Licenciamento.

Pensando neste contexto decidimos investigar a conduta do INCRA em relação as questões ambientais dos projetos de assentamento. Tentando responder as perguntas acima elencadas, desenvolvemos um trabalho de investigação das condicionantes do quadro ambiental estabelecidos hoje nos assentamentos do Acre, onde foram analisados 101 projetos de assentamento em relação a sua cobertura florestal. Somando-se a isso, procuramos entender como o INCRA se insere na legislação ambiental quanto a obrigatoriedade de realização de medidas ambientais nos assentamentos, principalmente no que diz respeito ao licenciamento ambiental.

Para atender ao objetivo acima citado estruturamos o trabalho em 02 partes. A primeira e a segunda parte possuem 03 capítulos.

Na primeira parte trabalharemos as idéias de Estado, política e território, desenvolvimento e meio ambiente. Entendemos que estas idéias são importantes para entender as relações estabelecidas no meio rural do estado do Acre. A compreensão da realidade a partir da atuação do Estado perpassa todos os capítulos desta primeira parte, nos ajudando a compreender as teorias discutidas. Por este motivo a idéia de Estado vem dissolvida nas análises dos três capítulos.

No Capítulo 01, discutimos, através do aparato teórico da geografia política, as relações entre política e território no intuito de entender como essa relação produz o espaço geográfico e quais são seus desdobramentos teóricos, como por exemplo, os processos de desterritorialização.



---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)**  
**CURSO DE MESTRADO**

---

No capítulo 02, partimos para análise da teoria do desenvolvimento, buscando as conseqüências da incorporação deste conceito a lógica social e do Estado.

No capítulo 03 apresentamos uma discussão sobre o surgimento das questões ambientais nos discursos internacional e nacional, além de apresentar uma análise da inserção do termo sustentável ao conceito de desenvolvimento.

Na segunda parte do trabalho, passamos a observar a situação do Estado do Acre mais de perto, tendo como foco de análise o contexto envolvido pela atuação do INCRA neste Estado. Iniciamos a discussão no Capítulo 04, percorrendo o histórico de ocupação do Estado do Acre, buscando compreender os precedentes sociais da chegada do INCRA. A análise está focada no cotidiano dos seringueiros, com o objetivo identificar neste contexto fatores que contribuam com a análise do entendimento da situação do desmatamento atual no Estado.

No capítulo 05, procuramos estabelecer uma análise da atuação do INCRA no que diz respeito a situação sócio-econômica e ambiental dos assentamento, relacionando-a com a questão ambiental e com o histórico apresentado no capítulo anterior.

E por fim, no Capítulo 06 apresentamos e analisamos os dados do desmatamento nos assentamentos analisados, além de dados sobre o Licenciamento Ambiental dos Assentamentos. Neste momento, buscamos na legislação ambiental e nos Acórdãos do TCU destinados ao INCRA, colocar em que situação encontra-se o INCRA em relação a regularização ambiental de seus assentamentos.

**-- PARTE 01 --****ESTADO, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA:  
DISCUSSÕES****-- CAPITULO 01 --****AS RELAÇÕES POLÍTICAS E A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO  
ESTADO: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL**

Neste capítulo, vamos buscar na Geografia Política um aparato teórico que nos ajude a compreender a configuração territorial do Estado em sua interface com as relações políticas. A partir daí, analisaremos o território acreano buscando compreender, entre outros, as conseqüências ambientais da chegada do INCRA em 1970.

É importante destacar que aqui usamos a palavra política no sentido dado por Castro (2005), que seria a essência das normas socialmente instituídas para o controle das paixões (interesses, conflitos, ambições, escolhas etc.), tornando-se a condição do surgimento do espaço político onde é possível a convivência entre os diferentes, sendo que não é possível pensar a política sem as condições de sua duração que se encontram na base material e social, o território.

Em relação ao Estado, o que será tratado neste item e nos demais, não diz respeito ao conceito puro de Estado, mas à análise da relação do Estado Nação moderno com o território, mediado pela política. Isso não exclui a possibilidade de nos remetermos a estes conceitos para o que for pertinente à análise.

Para Ashis Nandy (2000), o Estado Nação moderno surge a partir do tratado de Westfália em 1648. É sobre a formação deste Estado que o autor faz a sua análise. Ele discute como a idéia de Estado foi consolidada através da idéia de nacionalismo, traçando um código homogeneizante da população de um dado território. A diversidade social é dissolvida para que a homogeneidade seja estabelecida. Dessa maneira os conflitos dentro dos territórios são mais controláveis.

Desde seu início, a construção de uma nação – um termo gentil para homogeneização cultural e ideológica da população de um país – tornou-se uma das metas, declarada ou não, do Estado moderno. (NANDY, 2000, p. 85).

Uma maneira de exemplificar este fato diz respeito a forma como a Reforma Agrária foi estabelecida no Estado do Acre. O movimento dos seringueiros é a prova concreta de

que a forma como estava sendo feita a Reforma Agrária, para naquele momento atenuar os conflitos, não ia de encontro com a forma desejada pelos seringueiros. A reforma agrária portanto, pode ser entendida naquele momento com uma forma homogeneizante de resolver os conflitos agrários.

Para Iná Elias de Castro (2005), o nacionalismo foi um recurso ideológico necessário para surgimento do Estado Nação moderno. Segundo a autora, na construção do imaginário nacional, forjado pelo nacionalismo, o território tornou-se um patrimônio que a sociedade deve preservar como herança para as novas gerações, sendo a ordem estatal sua garantia.

Existem três coisas, segundo Castro (2005) que tornam o Estado Nação moderno diferente das outras formas de organização do poder político até então existentes:

[...]1) Na progressiva centralização do poder político em instâncias cada vez mais amplas que terminam por abranger o âmbito completo das relações políticas, 2) na concomitante afirmação do princípio da territorialidade da obrigação política e 3) na progressiva aquisição da impessoalidade do comando político (CASTRO, apud SCHIERA, p. 44)

O resultado dessa instauração do Estado nação foi a marginalização dos demais conceitos de Estado até então existentes. O Estado começou a ser visto como o árbitro secular e imparcial entre as várias classes, etnias. E contraditoriamente a democracia em alguns casos só instaurou-se de fato depois do controle, da homogeneização, seja por marginalização ou expulsão, das minorias “destoantes” do território, como o caso dos aborígenes nos Estados Unidos.

No âmbito da Geografia, a idéia de Estado Nação e território são inerentes a sua institucionalização. Isto porque os conhecimentos geográficos sempre foram essenciais a expansão geográfica dos Estados sobre outros territórios. A famosa obra de Ives Lacoste (1985) *Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*, demonstra a importância estratégica e o vínculo que os conhecimentos geográficos sempre tiveram com a expansão do poder e do controle sobre os territórios.

Na década de 1970, ao retomar a relação tripla entre território, Estado e geografia, Lacoste polemizou e recolocou a dimensão política e, conseqüentemente, a geografia política na agenda dos temas e das divisões acadêmicas da geografia. Após ter sido renegada, depois da Segunda Guerra Mundial, pelas críticas ao engajamento da disciplina na aventura colonial européia e após a identificação do comprometimento das teses da geopolítica com a expansão do nazismo e dos horrores daquela guerra, a geografia política entrou em profundo ostracismo, e os geógrafos evitavam qualquer indício de responsabilidade na relação entre o conhecimento que produziam e as

iniquidades do colonialismo, do imperialismo e da guerra (CASTRO, 2005, pg 64).

Superando os problemas e o contexto de institucionalização da geografia com ciência, Castro (2005) explica melhor as contribuições deste período, chamando a atenção para a importância que teve, por exemplo, a teoria de Ratzel, considerado o pai da Geografia Humana. Segundo a autora, Ratzel deu um aspecto geográfico, material, ao Estado, dentro das acepções geográficas, pois não entendia o mesmo sem sua relação imediata com o solo. Neste sentido Ratzel deu um sentido geográfico à idéia de Estado.

Embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria do Estado que fizesse abstração do território não poderia, jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro (p.73). Sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado (HAESBAERT apud RATZEL, 1990:74)

Na atualidade a geografia política ganhou novas interpretações que consideram outros poderes políticos que não o do Estado na composição/modificação do território e territorialidades. Não que o Estado tenha perdido sua expressão política, mas identificaram-se outras relações sociais dentro do território que também contribuem no seu processo de formação. Podemos exemplificar esta questão nos referindo aqui a criação do PAE Chico Mendes (Seringal Cachoeira), uma modalidade de projeto diferente daquele que vinha sendo determinado pelo Estado, decorrente da insistente luta do movimento dos seringueiros. Devemos considerar também que o Estado também atua de acordo com demandas externas ao território, , uma vez que, a globalização tem colocado questões sobre a fragilização desta instituição diante das grandes corporações transnacionais, blocos regionais e organizações internacionais.

Nesse sentido, é possível então afirmar que as questões e os conflitos de interesse surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, de modo mais adequado aos seus interesses.[...]. Neste sentido, podemos indicar que é na relação entre a política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade – que se encontram os temas e questões do campo da geografia política. (CASTRO, 2005, pg 41)

Segundo Castro (2005), no que diz respeito às questões políticas abarcadas pela geografia, elas se enriquecem quando tratadas a partir da lógica do arranjo espacial das coisas, ou seja, quando se observa os resultados das políticas no território.

Mas como esse arranjo supõe a necessidade de recortes de coerência, a delimitação de um campo temático da geografia política estaria nas questões decorrentes dos componentes geográficos das estratégias dos atores políticos e dos resultados de suas ações. O espaço é então, mais que uma dimensão do fato político, uma mediação – continente – e um resultado – conteúdo. (CASTRO, 2005, p. 90)

As decisões políticas tomadas pelos atores sejam eles as empresas, movimentos sociais, instituições, têm uma abrangência limitada, enquanto as decisões políticas advindas do Estado afetam todo o território e toda a sociedade. A política de uma empresa, por exemplo, afeta seus funcionários, o terreno de sua propriedade e seus consumidores, mas sua política não pode contrariar aquilo que foi determinado pelas instituições públicas. Portanto, as relações são complexas e não excludentes, e o Estado tem peso significativo nas relações do território.

Neste sentido, o Estado nacional permanece ainda um espaço da política por excelência e uma instituição importante para a identificação, análise e explicação de fenômenos no recorte territorial definido por suas fronteiras e um componente próprio da globalização, além de interlocutor necessário nas relações internacionais (CASTRO, 2005, p. 87).

Na intenção de delimitar o campo da geografia política, Castro (2005) nos apresenta algumas definições que consideramos importantes para as análises pertinentes ao trabalho.

A primeira proposição, ainda geral, é que **espaço político** é aquele circunscrito pelas ações das instituições políticas e pelas forças instituintes, que lhe conferem um limite, dentro do qual há efeitos identificáveis e mensuráveis. As **instituições políticas**, por sua vez, são aquelas cujas decisões e ações, apoiadas por normas, leis e regulamentos, afetam amplamente diferentes instâncias da vida social, e as **forças instituintes** são aquelas exercidas por atores sociais que se organizam para institucionalizar suas demandas nos limites de um território legitimamente definido para estas decisões e ações. Podendo estes limites se estender da escala local a global. (CASTRO, 2005, p. 87, grifo nosso).

Diante do cenário que se pretende estudar nesta pesquisa, entendemos que as definições dadas por Castro (2005) acima, são pertinentes para a análise. Entenderemos o **espaço político**, como sendo a configuração dada pela atuação do INCRA, através da Política Nacional de Reforma Agrária,; as **instituições políticas** governamentais representadas pelo INCRA, o governo estadual e suas instituições (IMAC, SEMA, etc), e as **forças instituintes** representadas pelos beneficiários da política de Reforma Agrária do INCRA. Na segunda parte deste trabalho falaremos especificamente do papel destes atores na dinâmica do território acreano. Caracterizaremos agora o território entendido como mediador dessas dinâmicas políticas.

O território é a base material deste Estado. As suas apropriações e as respostas advindas do mesmo são essenciais para entender a dinâmica que se estabelece na atualidade. Vamos partir da conceituação de Milton Santos (2006), onde o território deve ser entendido como algo produzido pela sociedade, sendo este espaço usado, produzido a categoria de análise para a geografia.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence [...] é o território usado que é uma categoria de análise. (SANTOS, 2006, p. 14)

Para Rogério Haesbaert (2006) o conceito de território é amplo, e por se tratar da espacialidade humana, tem variado de acordo com as perspectivas de análise de cada disciplina, variando aí da perspectiva da etologia (ligada ao comportamento animal) até a psicológica. Inclusive no âmbito da Geografia, o conceito de território não é delimitado. O autor identifica três vertentes básicas que agrupariam os conceitos, dentro da geografia:

**-política** (referidas as relações espaço-poder em geral) ou jurídico política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

**-cultural** (muitas vezes culturalistas) ou simbólico cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva em que o território é visto, sobretudo, como produto de apropriação/ valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

**-econômica** (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação

capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2006, pg 40, grifos nossos)

O autor analisa ainda cada uma destas vertentes procurando relacioná-las com as correntes filosóficas idealista e materialista. Desta forma procura entender até que ponto o conceito de território é determinado apenas pela sua materialidade e quando sua definição envolve considerações da dimensão ideal. Observou-se que em nenhum momento, para os geógrafos, o significado de território excluiu totalmente uma dessas dimensões, como pode ser observado no exemplo da fala de Gottman apud Haesbaert (2006):

A geografia não deve procurar ser materialista nas escolas: ela de modo algum o é na realidade viva e cotidiana. A política dos Estados é sem dúvida materialista nos seus fins: ela deve retirar da geografia alguns elementos que a libertarão desta influência. Os grandes sucessos da política nunca foram adquiridos pela força armada, mas pela conversão dos espíritos. (GOTTMAN apud HAESBAERT, 2006, p. 68)

O autor continua sua análise explicando o caráter relacional ou absoluto do território. Neste caso, existem autores que o consideram o território como algo absoluto, o que significa que o território seria apenas a base espaço material sobre a qual se reproduz a sociedade. Outros autores priorizam a visão relacional, onde o território não seria apenas o substrato, mas um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial (SOUZA apud HAESBAERT, 2006). Baseado nesta discussão o autor afirma sua posição em relação ao território, que nos parece mais interessante a ser considerada nesta pesquisa.

Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido destacado por Godelier, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou segunda natureza, para utilizar os termos de Marx. Além disso, outra consequência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira. Justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões. (HAESBAERT, 2006, p. 55).

O que podemos perceber pela análise do autor é que para além das concepções de território como ente estático e passivo, este pode ser apreendido por sua dinâmica relacional.

As discussões sobre o território têm aumentado, segundo o autor, devido à chegada de novos itens nos debates científicos neste fim de século, que tem anunciado grandes mudanças sociais e o fim dos territórios, como por exemplo, a pós-modernidade e a desterritorialização.

Muitos imaginam que está se instalando o reino da fragmentação, da descontinuidade, de desconstrução, da bricolagem, do simulacro, da realidade virtual, da dissolução do tempo e do espaço, do fim da geografia e do fim da história. A drástica e ampla ruptura dos quadros sociais e mentais de referência logo provoca a onda da pós-modernidade. (IANNI, Octavio. 2004, p. 206-207)

Mas Haesbaerth (2006) esclarece em sua análise que desterritorialização é antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilidade dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor de exclusão socioespacial.

Território, para o índio, é ao mesmo tempo um espaço de reprodução física, de subsistência material, e um espaço carregado de referências simbólicas, veículos de manutenção de identidade cultural. [...] Na verdade, cada grupo cultural e cada período histórico funda sua própria forma de “vivenciar” integralmente o espaço.

Se o indígena e o sem-terra desenvolvem, cada um a seu modo, uma “experiência total do espaço”, é dentro de uma condição de classe e/ou de grupo cultural e num determinado contexto histórico (e de releitura do passado) que ela se processa. O que os une é a dinâmica de precarização socioespacial dominante na sociedade capitalista, que dá forma aquilo que denominamos “aglomerados humanos de exclusão” (Haesbaert 1995), e exemplo mais estrito de desterritorialização. (HAESBAERT, 2006, p. 67).

Podemos afirmar, a partir da análise acima de Haesbaert (2006) que a crise da borracha provocou um processo de desterritorialização dos seringueiros, um processo de exclusão sócio espacial, de certa forma por consequência pelas ações do Estado que, naquele momento priorizou os incentivos fiscais para a vinda dos grandes pecuaristas para esta região, com o intuito de “modernizar” o Estado. Essa desterritorialização desencadeou posteriormente uma transformação na vida destes trabalhadores quando os mesmos foram inseridos nos projetos de assentamento, e tiveram que se adaptar a um novo estilo de vida, diferente da experiência vivida nos seringais. As consequências destas mudanças serão analisadas nos capítulos 05 e 06.

Haesbaerth (2006) explica ainda que num mundo dito globalizado, o acesso pleno a um território como experiência integradora do espaço só se dará quando todos, de alguma forma puderem vivenciar o mundo em suas múltiplas escalas, pois o território é hoje multiescalar e um território-rede.

Rogério Haesbaert (2006) explica que a distinção entre território e rede envolve três perspectivas gerais. A primeira envolveria a visão mais radical em que o território se contrapõe a rede. A segunda, que o autor denomina intermediária, diz respeito aqueles que afirmam que território e rede formam um binômio onde a rede pode ser tanto um elemento fortalecedor, interno aos territórios, como por exemplo, as redes viárias e de comunicação, quanto um elemento que se projeta para fora do território, promovendo a sua desestruturação, ou seja, um processo de desterritorialização. A terceira seria a idéia de que as redes estão completamente subordinadas ao território, onde o território é sempre mais estável e enraizador. Observamos por esta divisão que o conceito sobre as redes em sua relação com o território está sendo construído. No entanto, a discussão sobre o território não pode mais excluí-la.

Seja como elemento separado o território e que o domina, seja como seu constituinte que adquire novo peso, a rede se coloca como um referencial teórico fundamental neste debate. Ela é o veículo por excelência da maior fluidez que atinge o espaço e, no nosso ponto de vista, o componente mais importante da territorialidade contemporânea. (HAESBAERT, 2006, p. 58)

Raffestin (1993) reforça a importância das redes quando afirma que seu controle levará conseqüentemente ao domínio dos homens. Como o território deve ser entendido, segundo Milton Santos (2006), como território usado, logo dominar os homens é dominar conseqüentemente o território.

“[...] o espaço não é um dado, mas uma criação. [...] há laços decisivos entre a ocupação do espaço e uma certa orientação da vida social. [...] Controlar as redes é controlar os homens e é impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga” (RAFFESTIN, 1993, p. 210 e 213).

A análise de Milton Santos (2005) sobre o território considera a importância das redes na abordagem, mas aponta que o acesso as elas não é para todos, diferente do espaço banal, que o autor considera como sendo o espaço de todos, que permanece de todos.

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das

redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns.

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas.(SANTOS, 2005, p.256)

Se imaginarmos os assentamentos de Reforma Agrária, como poderíamos associá-lo as redes como fator de análise dessas áreas? Entendemos que estas áreas são muito suscetíveis as redes existentes dentro do Estado e associado à rede privada, Um exemplo disso seria, por exemplo, a chegada da Usina Alcool Verde no Estado do Acre, com o discurso de que a cana-de-acúcar só seria implantada em áreas já degradadas. Como os assentamentos possuem grandes dificuldades em relação ao desempenho de atividades produtivas rentáveis, oportunidades de trabalho financiadas tornam se atrativos interessantes. Se a usina sugerisse que cada produtor plantasse 01 ha de cana-de-açúcar, financiando preparação do solo, envio das mudas e garantia de compra da produção, os assentados aceitariam com certeza. Vale ressaltar que o assentamento próximo a Usina, denominado Zaqueu Machado, está licenciado pelo IMAC, e sua ARL está compensada fora do assentamento, ou seja, a área dos lotes pode ser usada em sua totalidade para atividades agropecuárias (excluídas, as áreas de APP).

As concepções de Estado e território abordadas nos permitem analisar o problema colocado neste trabalho de uma perspectiva que atenta para a contínua transformação do espaço geográfico, materializado constantemente por meio de relações sociais no território, sendo este, desta forma, redefinido. Isso nos coloca como meta a identificação e análise dessas relações no território, suas tensões em relação às políticas estaduais e nacionais considerando suas especificidades históricas.

Dessa forma, torna-se importante compreender como essa porção do território se insere na lógica governamental em diversas escalas, assim como as articulações entre os diferentes atores sociais envolvidos, trazendo à tona o conceito chave de desenvolvimento. Entender o conceito de desenvolvimento representa desvendar uma visão político-econômica (e porque não social), que representou uma mudança significativa na forma de pensar as políticas de ocupação do território nacional, e até mesmo na maneira como a sociedade encara sua própria condição social. No capítulo seguinte tentaremos esclarecer as mudanças que estamos tratando.

--CAPITULO 02 --

**CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E SUA RELAÇÃO COM AS  
POLÍTICAS DO ESTADO**

Como explica Gustavo Esteva (2000), o conceito de desenvolvimento faz parte de uma constelação semântica muito poderosa. Ao longo de sua trajetória conceitual, foi adaptado tanto pela biologia quanto para as ciências sociais. Na linguagem coloquial ele descreve um processo no qual são liberadas as potencialidades de um objeto para que ele alcance sua forma natural, completa. O autor explica que esta idéia foi adaptada pela biologia para explicar o crescimento das plantas, ou seja, a planta ao longo de seu processo vital vai aos poucos liberando suas potencialidades até chegar a sua forma adulta.

Entre 1759 e 1859 o termo sofre uma modificação. Deixa de significar simplesmente transformação na forma apropriada (natural) para transformação na forma mais perfeita possível. A partir de então os conceitos de evolução e desenvolvimento se confundem na ciência. Ainda nesse período, o fundador da história social, Jusus Moser, emprega a palavra desenvolvimento para analisar questões sociais, naturalizando-as. Essa tentativa de naturalizar os processos sociais remete também à fase positivista da ciência, onde fazer ciência significava análise neutra dos processos pelo pesquisador, tentando criar leis gerais que explicassem os fenômenos sociais e se aplicassem ao todo, como se as situações fossem as mesmas em todos os lugares, como se a sociedade fosse uma caixa de abelhas.

A partir desse significado adaptado, que Gustavo Esteva (2000) denomina *metáfora* do desenvolvimento, passam a ser direcionadas as sociedades. Esteva (2000) nos diz que, após a segunda guerra mundial (1949), Truman converteu a história em um programa, um destino necessário e inevitável, como o destino de todo ser vivo. Isto porque Truman deu um novo significado à palavra desenvolvimento quando anunciou que “É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas **subdesenvolvidas**” (TRUMAN (discurso inaugural) apud ESTEVA, 2000, p. 59).

O novo significado de que fala Esteva diz respeito a usar a palavra *subdesenvolvidas* para colocar os Estados Unidos no ápice do processo evolutivo das sociedades, e colocar o restante das nações, independente de suas condições sociais, culturais e econômicas na busca do desenvolvimento. Ou seja, naquele momento

desenvolvimento passou a ser o caminho natural de todas as sociedades e a forma mais desenvolvida da sociedade seria a norte-americana. Ao usar pela primeira vez, em tal contexto, a palavra “subdesenvolvido”, Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, um eufemismo, que, desde então, passou a ser usado para, discreta ou inadvertidamente, referir-se à era da hegemonia norte-americana. (ESTEVA, 2000, p. 60)

Importante destacar que as idéias de atraso e desenvolvimento já haviam sido utilizadas anteriormente por outros analistas, como por exemplo, Marx. Este autor entendia que as sociedades ditas atrasadas iriam se equiparar às de capitalismo avançado (como a inglesa) através do desenvolvimento das forças produtivas.

Como sabemos, Marx depositou uma enorme confiança no desenvolvimento das forças produtivas, na força do processo desencadeado pelo movimento de acumulação capitalista que, ao expandir-se universalmente, tenderia a liquidar o “atraso” a exemplo do que ocorreu no caso inglês, que, para ele, indicava a imagem do futuro a que todos os países chegariam algum dia. (PAULA, 2008, p.14).

Ianni (2004) no diz que desde que a civilização ocidental que passou a predominar nos quatro cantos do mundo, a idéia de modernização passou a ser o emblema do desenvolvimento, crescimento, evolução ou progresso, onde as mais diversas formas de sociedade, compreendendo tribos e nações, culturas e civilizações, passaram a ser influenciadas ou desafiadas pelos padrões e valores sócio-culturais característicos da ocidentalidade, principalmente sob suas formas européia e norte-americana.

As noções de metrópole e colônia, império e imperialismo, interdependência e dependência, entre outras, expressam também o vaivém do processo histórico social de ocidentalização ou modernização do mundo (IANNI, 2004, p. 97)

Qual a mudança, portanto, de que trata Gustavo Esteva? No caso de Marx, a mudança viria através da organização do proletariado. Segundo Esteva, o uso das palavras desenvolvimento/subdesenvolvimento por Truman deslocou a responsabilidade dos proletários de dar início ao processo de mudança rumo ao desenvolvimento e a transferiu para os especialistas e para o capital. (ESTEVA, 2000). Especialistas neste caso entendidos como os tecnocratas.

O Estado, portanto, foi considerado o órgão estimulador do desenvolvimento. Segundo Fiori (apud PAULA 2008) o Estado cumpria um papel central como o indutor

do processo de desenvolvimento, onde a concentração e centralização marcaram o que ficou conhecido como “Estado desenvolvimentista”. As características principais deste Estado residiram na ampliação do papel econômico desempenhado por este na regulação e condução da acumulação.

A crítica de Esteva aos resultados do uso do termo desenvolvimento na sociedade vai mais além. Ele nos diz que, imediatamente após o discurso de Truman, começou-se a estudar as causas do subdesenvolvimento, até mesmo por parte da esquerda. Assumiu-se de imediato a idéia do subdesenvolvimento, sem questioná-lo.

Na América Latina, o *Peace Corps*, o *Point Four Program*, a Guerra à Pobreza e a aliança para o Progresso contribuíram para fixar ainda mais a noção de subdesenvolvimento na percepção popular e para aprofundar o sentimento de deficiência que essa percepção tinha criado. Nada nessas campanhas, no entanto, compara-se ao que foi obtido, nesse sentido, pelos teóricos dependentistas latino-americanos e por outros intelectuais da esquerda que se dedicaram a criticar toda e qualquer estratégia desenvolvimentista que os norte-americanos sucessivamente esboçavam (ESTEVA, 2000, p.65).

Isto significa que as nações que até então não estavam economicamente semelhantes aos Estados Unidos, foram consideradas subdesenvolvidas. Estas nações assumiram uma condição de subdesenvolvidas sem questionar esta condição. A consequência disso é uma subestimação das relações produtivas e sociais já exercidas nos países, em nome da modernização que acompanha a idéia de desenvolvimento.

Um exemplo das consequências da metáfora do desenvolvimento pode ser observada quando da inserção dos serviços de Assistência Técnica Rural ou Extensão Rural no Brasil. Esses serviços surgem no país no fim da década de 40, incentivados pelos EUA. Este país, em plena Guerra Fria, tentava proteger seus fornecedores de matéria-prima e seu mercado consumidor de produtos industrializados.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, segundo os ideólogos norte-americanos, era necessário o Brasil preparar-se para a Terceira Guerra Mundial, agora contra um “novo inimigo”, o bloco socialista liderado pela União Soviética. A queda de Vargas e a constituinte de 1946 apenas encobriram a realidade dos fatos: estava em marcha a construção do ideário que desembocaria na ideologia das “fronteiras ideológicas”. Ideário que acabou por garantir a hegemonia norte-americana no controle dos recursos minerais no Brasil e em praticamente toda a América Latina. (OLIVEIRA, 1991, pg.16)

Parte dos técnicos que compunham o quadro de profissionais da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), eram norte-americanos, e o financiamento para implantação das atividades também eram de origem norte-americana (SANTOS, 1993). As propostas trazidas pelos técnicos, em conjunto com o Estado e órgãos internacionais, atingiam as populações desconsiderando os conhecimentos até então acumulados ao longo da história, colocando-os em uma posição de incapazes, carentes e passivos. Ou seja, a assistência técnica foi trazida ao Brasil com objetivos pré-determinados. No entanto, não foram solicitados, foram impostos, mediados pela figura do Estado.

A grande diferença entre o processo extensionista norte americano e o brasileiro é que a extensão rural chegou sem ser solicitada pela comunidade rural a qual iria assistir. Como sempre acontece, os técnicos passaram pela comunidade decidindo o que para ela era importante. E assim a extensão rural foi imposta ao povo rural brasileiro. (MARQUES, apud SANTOS, p. 54)

Neste caso, a idéia de atraso foi reforçada no ideário rural, por meio da assistência técnica. A idéia de atraso econômico esta vinculada a um comparativo: a algo que é desenvolvido ou evoluído, e que, no caso, não éramos nós. Neste momento o conhecimento acumulado por anos de relacionamento entre o homem e a natureza, as iniciativas de auto-suficiência, foram consideradas coisas atrasadas, carentes de modernização. Até os dias de hoje a figura do caipira é tratada com deboche, como aquele que é ignorante, atrasado, desprovido de inteligência, incapaz.

Alicerçado nos pilares planejamento-trabalho-ordem-progresso, o extensionismo rural atua junto ao homem do campo e constrói uma determinada **representação social** do pequeno produtor como **carente**: de informações, de nutrição, de saúde, de solidariedade. Só podemos pensar em **ordem** quando estamos conscientes da **desordem**. (FONSECA, apud PORTILHO, 1998, p. 49 grifos da autora)

Na Amazônia não é diferente. A figura do seringueiro, do ribeirinho, do caboclo também sofrem a mesma transformação. A caracterização de atrasado, necessitados. Segundo Porto-Gonçalves (2004), é como se houvesse um relógio que servisse de parâmetro universal. À idéia de superação do atraso sempre vinha a de busca de igualdade, igualdade no desenvolvimento. E o parâmetro de comparação, ou a medida de igualdade, fora a do padrão cultural europeu norte-ocidental e norte-americano.

Assim vemo-nos diante de um desses paradoxos constitutivos do mundo moderno-colonial, em que a superação da desigualdade se transforma, na verdade, numa busca de igualdade para todos... segundo o padrão cultural europeu norte-ocidental e norte-americano. Pareceria até mesmo absurdo dizer que todos tem direito a serem iguais...aos ianomâmis, ou aos habitantes da Mesopotâmia. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 26).

A cobertura florestal das regiões brasileiras, ao longo do processo histórico de ocupação, também representou obstáculos ao desenvolvimento. As regiões cobertas por vegetação nativa de cerrado foram praticamente devastadas porque este tipo de vegetação era considerado “sujeira”, sinal de oposição ao desenvolvimento, à modernização. A Amazônia ao até meados da década de 1960 teve sua cobertura florestal considerada obstáculo, portanto, fazendo-se necessária a sua retirada.

É necessário lembrarmos, ainda, que de meados dos anos 60 até a metade dos 70 a floresta amazônica foi considerada ou percebida pelo núcleo dirigente do Estado e seus aliados internacionais principalmente os norte-americanos, como obstáculo a ser vencido. A expansão do progresso técnico pra a região tinha como suposto fundamental a remoção de uma parcela substancial de suas florestas. (PAULA, 2005, p. 66)

As populações tradicionais e o meio ambiente são temas que voltam à pauta dos assuntos nacionais e internacionais, mas com outras roupagens. Trataremos dessa questão mais a frente. O fato é que, como nos diz Ashis Nandy (2000),

Os anos 50 e 60 foram um período de otimismo. No mundo moderno, e nos centros modernos do mundo não moderno, acreditava-se plenamente que todas as sociedades teriam que passar necessariamente por estágios históricos definidos para chegar a ser finalmente uma nação verdadeira nos termos do modelo então em vigor. Da mesma maneira, acreditava-se também que, para atingir a bem-aventurança do desenvolvimento, todas as economias teriam que forçosamente alcançar níveis de crescimento. E ainda que para ultrapassar estes estágios inevitáveis, a sociedade teria que reestruturar sua cultura, desfazer-se de partes retrógradas e cultivar elementos culturais mais compatíveis com as necessidades de uma nação moderna. (NANDY, 2000, p. 84)

Portanto, o fato de se assumir a condição de desenvolvido ou subdesenvolvido manteve, de certa forma, o padrão assimétrico de relações internacionais do colonialismo, estabelecendo uma divisão clara entre os países alinhados ou não com o

modo de vida americano. Desse modo, elimina outras perspectivas de realização humana que não seja pela via do consumo de bens e serviços produzidos pelo capitalismo, taxando comunidades fora desse eixo de pobres e subdesenvolvidas.

Os autores que analisam o desenvolvimento sob seu caráter ideológico, como faz Gustavo Esteva, são chamados de pós-desenvolvimentistas. Outros autores estudam o desenvolvimento, mas, no entanto, estes partem da condição de subdesenvolvimento para realizar as suas análises, ou seja, procuravam a explicação para o subdesenvolvimento, atraso e pobreza.

Essa busca de explicação para as causas do subdesenvolvimento, os estudos realizados por economistas e cientistas sociais, muitas vezes serviram de base para a atuação dos Estados. Na década de 50 tivemos a atuação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Esta instituição foi criada dentro de um movimento mais geral da Organização das Nações Unidas para implantar em cada continente, núcleos de apoio ao planejamento das economias pós Segunda Guerra Mundial (SUGIMOTO, 2006, p. 09).

A Cepal deslanchou liderada pelo argentino Raúl Prebisch – talvez o maior economista que a América Latina já teve – e teve influência decisiva de Celso Furtado. Ambos defendiam uma agenda de planejamento econômico, com base na industrialização como geradora de empregos e na necessidade de intervenção estatal para assegurar o desenvolvimento do setor. “Furtado deu grandes contribuições para a compreensão de que o subdesenvolvimento não é um atraso – uma infância do capitalismo desenvolvido –, mas fruto de uma série de problemas crônicos que vão se repetindo ao longo da história, tais como vulnerabilidade externa, concentração de renda e desequilíbrios regionais”, explica Fernando Henrique Rodrigues (SUGIMOTO, 2006, p. 09).

O livro de Ariovaldo Umbelino Oliveira (1991), *Integrar para não entregar: políticas públicas na Amazônia*, apresenta-nos um retrato da ocupação desta região principalmente no período militar, analisando como as políticas públicas foram aplicadas no país, conjuntamente com a internacionalização da economia. Ainda no seio da Guerra Fria, em 1952 o presidente Getúlio Vargas assinou o acordo militar Brasil-Estados Unidos, através do qual foi ampliado o controle norte-americano sobre a economia brasileira, especialmente referente às matérias primas chamadas de valor estratégico, como por exemplo, o minério de ferro. O golpe militar veio como resposta

imperialista dos Estados Unidos às iniciativas nacionalistas no país de negociar com outras nações a venda do minério de ferro.

Ao longo do texto, o autor vem nos mostrando o acesso facilitado gerenciado pelo Estado às matérias-primas do território nacional. A presença do grupo Hanna (The Hanna Mining Co.) e outras empresas americanas, na exploração do minério de ferro é marcante na história do país. Baseados no critério da segurança nacional, do pavor do comunismo, a soberania do país foi abdicada em nome do “entreguismo”, mediado por vários acordos. O patrimônio mineral do país foi levantado pela USAF (United States Air Force) em 1965, sem nenhuma concorrência pública.

Essas transformações na estruturação do chamado “desenvolvimento regional e desenvolvimento nacional”, alimentado e alimentador da ideologia da “segurança e desenvolvimento” da Escola Superior de Guerra, passavam a ser planejadas dentro do e pelo próprio Estado através de seus planos de ação. (OLIVEIRA, 1991, p. 26).

No período militar o Estado progressista acreditava que o crescimento econômico trazido pela abertura do país ao capital estrangeiro, promovendo o desenvolvimento econômico, traria as benesses sociais que precisava a população. No caso da Amazônia, isso significou uma grande operação denominada Operação Amazônia, que tinha por objetivo “integrar” esta região ao restante do país, ou seja, fazer com que a região se transformasse em uma cópia daquilo que vinha sendo desenvolvido principalmente na região sudeste.

De qualquer forma, esta foi a contrapartida do Estado para que o empresariado nacional e estrangeiro aderisse à “Operação Amazônia”, uma espécie de “galinha dos ovos de ouro” para localizar o “pote de ouro ao pé do arco-íris”.

Como se sabe, o empresariado aderiu à operação e desta adesão nasceram os processos de expropriação das terras indígenas, das terras dos posseiros, das florestas, dos recursos minerais, enfim, da Amazônia como um todo. Nesses processos de adesão do grande monopólio capitalista situa-se também a origem dos conflitos com os indígenas, com os posseiros e garimpeiros. (OLIVEIRA, 1991, p. 39)

O Brasil estaria aplicando em uma escala menor, o que as economias centrais aplicaram nos países ditos “subdesenvolvidos”. Significa o colonizado reproduzindo o discurso hegemônico, re-colonizando. Essa integração, no entanto, não reconheceu a diversidade desta região, inclusive populacional, causando sérios problemas na região, ambientais e sociais.

Iná de Castro acredita que o reconhecimento apenas das paisagens naturais na percepção das diferenças do território brasileiro implica também reforçar o mito da unidade territorial como suporte da unidade política e da coesão social do nacionalismo, já que reconhecer outras diferenças poderia abalar esta crença. (BUENO apud ARBEX JR, 2005, p. 33)

No governo JK já se discutia a necessidade de se integrar a região amazônica ao quadro nacional. Fora implementado o I Plano Quinquenal (1955-1960), no quadro do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, supervisionado pela SPVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia), responsável pelo planejamento regional.

O plano de metas de JK anunciava a ideologia desenvolvimentista que marcaria a história brasileira nos anos 60. O regime militar implantado a partir do golpe de 1964, combinaria “desenvolvimentismo” e doutrina de segurança nacional, enfatizando os aspectos geopolíticos do processo de ocupação da Amazônia (o lema era “integrar para não entregar”). (ARBEX JR, 2005, p. 35)

Ao longo da ditadura, vários projetos e estratégias foram criados para tentar “integrar” a Amazônia. A criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) como órgão gestor e do BASA (Banco da Amazônia S.A) como intermediário nos financiamentos foram estratégias importantes para tentar executar essa política no período da ditadura militar (1964 a 1985). Além disso, a abertura de estradas, os incentivos fiscais para a compra de terras, mudaram a configuração territorial da Amazônia, trazendo para essas regiões novas dinâmicas de ocupação, alterando a relação entre o homem e a floresta.

Ao longo dos anos 70, a ditadura implantou o Projeto Radam (Radares para a Amazônia) e construiu a infra-estrutura viária (Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho, Manaus-Rio Branco, Perimetral Norte), ferroviária (Carajás-Itaqui) e energética (usinas hidrelétricas de Tucuruí, Balbina e Samuel). Além disso, o governo criou empresas estatais que associaram ao capital privado nacional e transnacional, como no Projeto Grande Carajás. [...] Também foram instalados grandes projetos agropecuários e de extração mineral. (ARBEX JR, 2005, p. 36)

Oliveira (1991) apresenta os escândalos e absurdos deste período, como a venda de imensas áreas na Amazônia a estrangeiros, as facilidades induzidas pelo estado a

exploração mineral na região e as contradições nos discursos militares para ideologicamente tornar o seu projeto aceito pela sociedade.

Até a década de 1970 o mundo vivia a idéia do desenvolvimento associado à idéia de crescimento econômico. Isso significa dizer que a idéia de sociedade desenvolvida era determinada única e exclusivamente por indicadores como PIB, ou seja, indicadores econômicos. Acreditava-se, que as benesses sociais viriam naturalmente com o desenvolvimento econômico das nações. A famosa frase de Delfim Netto "É preciso fazer o bolo crescer para depois reparti-lo" demonstra claramente o rumo da política econômica da época.

Delfim Netto afirmou: "É preciso fazer o bolo crescer para depois reparti-lo". Está implícita nesta tese que a repartição de rendas por políticas sociais (benefícios para idosos e portadores de deficiência; piso de salário mínimo para pensões e benefícios previdenciários; bolsas famílias e procedimentos de transferência de renda) são pró-civilização, porém contra o desenvolvimento. (LESSA, 2007, p. 1)

José Eli da Veiga (2005) nos explica que até 1960 não se sentiu a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado mais ricas pela industrialização. Mas, no entanto, nos países semi-industrializados, como o caso do Brasil, o crescimento econômico não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, a começar pelo acesso a saúde e educação. Esse "não acesso" a bens de ordem diversa, para Amartya Sen (2000), seriam privações de liberdade. Para Amartya Sen (2000), o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas decisões, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando-o.

Mas, ao mesmo tempo, nos perguntamos: como fica o Estado diante de toda essa conjuntura? Seria o responsável pela viabilidade do desenvolvimento como liberdade que nos diz Amartya Sen? Pelas experiências que apresentamos até agora, conclui-se que este órgão está sujeito às determinações de um projeto hegemônico, que deixa a mercê de suas políticas, as minorias e a questão ambiental.

Gabriele Muzio (1999) complementa esta idéia quando nos diz que a transferência da administração dos fluxos financeiros atuais e futuros, do Estado para entidades

privadas, exemplifica uma tendência em ação no momento. Ou seja, há uma tendência a limitar a ação do Estado, sua capacidade de gerar recursos. Neste caso, o Estado é levado a depender dos mercados de capitais, que estão se tornando globais.

Podemos verificar as conseqüências deste processo, principalmente para a América Latina, no período de execução das políticas de ajuste estrutural nas décadas de 1980 e 1990 que exigia, entre outras características, atribuir aos Estados Nacionais a responsabilidade central de enfrentar os pagamentos absurdos do endividamento externo. As exigências do modelo incluíam, entre outras, que os respectivos Estados garantissem que em seus orçamentos existiriam fundos necessários para fazer frente ao endividamento. Era imprescindível seguir, portanto, estritamente o critério das instituições financeiras localizadas nos países que eram titulares do endividamento. Como nos diz Roofman (2004), a contenção de gastos passou a ser na prestação de bens públicos para a sociedade, principalmente saúde e educação, deixando para os municípios a responsabilidade de gerir os próprios recursos em nome do desenvolvimento local, ou seja, como se a arrecadação de cada município fosse homogênea e a demanda por serviços também.

Ello conducía, inexorablemente, a la recomendación -o más bien imposición- de que cada uno de los componentes del gasto fiscal del Gobierno nacional fuese comprimido sin contemplaciones. El ajuste estructural de los 80 contenía, como un postulado fundamental, la política de desvincular al Estado nacional de sus compromisos financieros como prestador de bienes públicos al conjunto de la sociedad, actividad que había heredado de la etapa en la que predominaban los principios del Estado de bienestar. (ROFMAN, 2004, pg 40)

É neste contexto que novas temáticas surgem, segundo Carlos Milani (2007), novos temas na agenda oficial da cooperação multilateral: temas como a descentralização, a governança local, a participação, a emergência da sociedade civil e, mais recentemente, o capital social, integram o envelope de novos projetos.

Na América Latina tivemos um processo de descentralização das funções básicas do Estado a fim de liberá-lo da carga financeira que havia de repassar a estados e municípios. Segundo Rofman (2006), este processo colocou em marcha o processo *querido e desejado* pelas comunidades de *baixo nível* de manipular instrumentos da economia e política social em substituição ao centralismo político-administrativo,

representando um simulacro daquilo que é formalmente apresentado como a panacéia universal.

Entretanto, o processo de desenvolvimento local nasce com sérias deficiências para dar conta dos benefícios que propunha. Foi passada aos municípios a função de gerir educação e saúde, no entanto os recursos para tal não foram encaminhados com esta responsabilidade. A suposta descentralização que viria a fortalecer o desenvolvimento local acabou por tornar-se um fardo para as instâncias administrativas de nível inferior ao nacional. Segue desigual a capacidade de financiamento própria de cada jurisdição para atender serviços de alta complexidade.

Essa perda de capacidade do estado gerir seus recursos abre as portas para um processo de substituição da tomada de decisões, passando do âmbito nacional para o global (OMC, FMI, Banco Mundial, Sistema das Nações Unidas), fazendo com que haja uma perda de legitimidade interna. Então quem nos garantia a liberdade de que fala Amartya Sen?

O processo de globalização parece intensificar os problemas, ao invés de ser usado em benefício da humanidade, como discute Milton Santos (2000) em seu livro *Por uma outra globalização*. Segundo o mesmo autor, nunca estivemos diante de ferramentas tão poderosas para reverter o quadro atual de pobreza, fome, concentração de renda. No entanto, estas ferramentas são utilizadas contra a humanidade, fazendo permanecer a pobreza e o controle social por poucos grupos. Segundo Muzio (1999), ao apresentar a perspectiva do local como inferior à perspectiva global, como incapaz de entender e explicar e, em última instância, tirar proveito da complexidade do mundo contemporâneo, a concepção global atualmente dominante tem como objetivo fortalecer a unificação de um único código de comportamento humano, e abre caminho para a realização do sonho definitivo de economias globais de escala.

As inovações tecnológicas em relação à informação e comunicação tornaram possível a globalização do capital financeiro e o avanço das fronteiras físicas. Temos, portanto um sistema no qual a totalidade dos recursos financeiros está concentrada nas mãos das grandes corporações e dos que se auferem grandes lucros, onde os governos, ou Estados, aparecem como receptores dos recursos através do mercado, mas não como controlador dos recursos (Muzio, 1999). Becker (2006) nos apresenta uma situação ainda mais complexa. A autora nos diz, parafraseando Lefebvre e Paul Virilo, que a nova racionalidade inerente à tecnologia na atualidade é a logística, neste caso, entendida como preparação contínua dos meios para guerra ou para a competição. O uso

da logística, é uma das raízes da (des)ordem e da globalização/fragmentação, na medida em que a nível operacional ela é seletiva gerando uma geopolítica da inclusão-exclusão.

A questão que se impõe é – quem controla a logística? Questão que envolve o debate sobre o grau de autonomia da tecnologia e seus riscos, e que coloca sob outro foco de reflexão a ação dos movimentos sociais e do Estado. Pois que a logística está presente também em propostas de ação sobre o território. (BECKER, 2006, p. 292)

Por outro lado, a funcionalidade do Estado, a sua postura frente à dinâmica político-econômica mundial funciona, como nos explica Hirschmann (1996), nas conexões liga/desliga entre Estado e Mercado. Podemos ver na atualidade um exemplo claro desta situação. Diante da crise dos EUA que gera interferências no mercado mundial, com quedas repentinas de bolsas nacionais, os Estados foram convidados a injetar dinheiro na economia para segurar o mercado. Neste caso, o Estado “minimizado” no sistema político-econômico neoliberal, é chamado a atuar para que o mercado não confirme a sua incapacidade de auto-regulação.

O fato é que, as ações para o desenvolvimento estimuladas pelo Estado não foram capazes de resolver os diversos problemas sociais que engendrou em suas contradições. Muitos países de capitalismo avançado conseguiram tal avanço a um alto custo ambiental e social. Os Estados Nacionais assumiram sua postura de subdesenvolvidos e partiram para o caminho do desenvolvimento. Até a década de 1970 esse desenvolvimento foi entendido como crescimento econômico. Estabelecer valores econômicos como prioritários exclui automaticamente todas as outras formas de vida social. Segundo Esteva, esta desvalorização transforma como num passe de mágica, bens públicos em recursos, homens e mulheres em mercadorias, tradições em fardos, transformando nossas esperanças e habilidades em necessidades mediadas pelo mercado.

Contraditoriamente a melhora nas condições de vida das populações pobres, marginalizadas foi considerada uma consequência direta do crescimento econômico. Resumindo, as benesses sociais surgiriam com o “bom” desenvolvimento econômico.

A máxima de Lewis, em 1955: “Primeiramente é preciso observar que nosso tema é crescimento e não distribuição” reflete a importância que davam ao crescimento econômico as correntes principais dos defensores do desenvolvimento, uma atitude que gradualmente passou a permear todo pensamento desenvolvimentista. (ESTEVA, 2000, p.66)

A perspectiva do desenvolvimento até a década de 70 não ignorou de tudo as conseqüências de um rápido crescimento econômico. Foram publicados relatórios como o Relatório da situação social mundial de 1972, publicado pelas Nações Unidas, que descrevia as condições sociais existentes. No entanto, pouco se tratava de programas que viessem a melhorar as condições existentes. (ESTEVA, 2000). Só com o aparecimento das fragilidades trazidas pelo desenvolvimento começou-se a inserir outras temáticas aos discursos desenvolvimentistas, como a ambiental e a social. Isso pode ser observado pela revisão da concepção clássica de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável. De maneira geral o desenvolvimento sustentável seria uma maneira de considerar outros aspectos, que não o econômico, para o desenvolvimento de uma sociedade.

Para tentar entender o porquê do surgimento da questão ambiental na pauta do desenvolvimento econômico, vamos discutir o histórico do seu surgimento nas discussões nacionais e internacionais.

-- CAPÍTULO 03 --

**QUANDO O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO TRANSFORMA-SE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

A temática ambiental surge no contexto internacional através da Conferência da Nações Unidas em Estocolmo, 1972.

A conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972, durante a qual o “meio ambiente” surgiu na agenda internacional, foi proposta inicialmente pela Suécia, preocupada com a Chuva Ácida, poluição no Báltico, e os níveis de pesticidas e metais pesados encontrados em peixes e aves. (SACHS, 2000, p. 118)

Segundo Camargo (2006) o movimento ecológico surge no Brasil em 1970, especialmente em 1971 com a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural. No entanto, a ditadura militar sufocou a participação destes movimentos. Além disso, os programas desenvolvidos ao longo do período da ditadura militar causaram grandes danos ambientais, tais como o PIN (Programa de Integração Nacional), Proterra (Programas de Redistribuição de Terra e de Estímulos a Agropecuária do Norte e do Nordeste), como já citado no capítulo 02 e também claramente denunciados no livro de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991) Integrar para não Entregar.

As práticas desenvolvimentistas que tinham por objetivo o crescimento econômico ilimitado mostraram que seu custo era muito alto à sociedade e ao meio ambiente. Segundo Esteva (2000), no fim da década de 1960 muitos fatores contribuíram para amortecer o otimismo sobre o crescimento econômico, e mostrar que o mesmo vem acompanhado de desigualdades também crescentes. Em uma publicação das Nações Unidas, apresentada no texto de Esteva (2000), cita-se esta preocupação.

O fato de que o desenvolvimento deixa em seu caminho, ou de alguma forma até cria, grandes áreas de pobreza, estagnação, marginalidade e uma verdadeira exclusão do progresso social e econômico é demasiado evidente e demasiado urgente para ser ignorado. (NAÇÕES UNIDAS, apud, ESTEVA, 2000).

Essa visão foi acentuada pela crise do petróleo, onde começou a ficar claro para os governos que o crescimento contínuo era limitado pela disponibilidade de recursos naturais. Além disso, o problema vai se tornando global à medida que, segundo Sachs (2000), as nações começam a perceber que lixo industrial escapa a soberania nacional,

não se apresenta na alfândega, não usa passaporte. Ou seja, a busca por crescimento econômico despreocupou-se com os resíduos resultantes das atividades industriais, sendo ela nacional ou transnacional e também com a finitude das matérias primas. A globalização permitiu, portanto a disseminação de uma posição mundial a respeito da temática ambiental. Segundo, Porto-Gonçalves (2004), o desafio ambiental foi apropriado de uma maneira específica pelo discurso hegemônico, fazendo com o mesmo servisse a seus benefícios imperialistas.

Ao mesmo tempo, o desafio ambiental será apropriado de um modo muito específico pelos protagonistas que vem comandando o atual período neoliberal de uma perspectiva essencialmente econômico-financeira. Esses afirmam que o *Abaixo as fronteiras* corresponde à dinâmica da natureza, na medida em que esta não respeitaria as fronteiras entre os países e, assim, legitimaria políticas de caráter liberal, como aquelas propostas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Assim a globalização neoliberal seria natural. A globalização da natureza e a natureza da globalização se encontram. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 16)

Após a conferência em Estocolmo, outras muitas se sucederam. Acordos importantes foram criados no sentido de resguardar as matérias-primas mundiais, como o “Protocolo de Kyoto”, a “Agenda 21” propostos na Reunião de Cúpula das Nações Unidas para o Meio Ambiente de 1992 e a “Eco 92”, onde a maioria dos países se comprometeu a buscar modelo sustentável de desenvolvimento. Um marco importante do discurso do desenvolvimento sustentável foi o relatório de Brundtland, produzido em 1987 pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde o mesmo deu definição ao termo *desenvolvimento sustentável*: o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de as futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas.

Segundo Porto-Gonçalves (2004), na década de 60 as discussões sobre a questão ambiental já se fazia nas economias de capitalismo avançado. Um exemplo disso seria o relatório *The limits to Growth* (Os limites para o Crescimento) elaborado pelo Massachusetts Institute of Thecnology (MIT) a pedido do Clube de Roma, que era composto por empresários e executivos transnacionais como a Xerox, IBM, Fiat entre outros. O objetivo desse relatório era medir o quanto durariam os recursos naturais se o padrão de crescimento continuasse o mesmo. É nesse momento, segundo o autor que a questão ambiental desloca de seu caráter cultural e político e começa a ser assimilada pela lógica técnico-científica.

A partir daí Porto-Gonçalves (2004) faz uma análise a respeito da inserção da questão ambiental na atualidade e o que ela representa. Para este autor, as ações colonizadoras e imperialistas ficaram desconcertadas diante da moral e da ética do período atual, onde sérios problemas ambientais começam a aparecer, como por exemplo, a poluição e o esgotamento. A grande questão é como se faria para manter o suprimento de matéria-prima e energia na direção da geografia moderno-colonial, ou seja, para os países e classes ricas dos países ricos ou para as classes ricas dos países pobres? As idéias desenvolvimentistas colaboraram para tal fato. Aqui nos remetemos às idéias de subdesenvolvimento tratadas anteriormente. Na busca de sermos iguais no desenvolvimento, nos enquadrámos no pensamento eurocêntrico, reiteramos a colonialidade que pensamos combater.

Observe-se que quando se questiona a desigualdade, o objetivo parece ser a igualdade, e assim permanecemos nos marcos do pensamento eurocêntrico. Todos querem ser desenvolvidos como a Europa e os Estados Unidos e, assim, o horizonte está marcado pela colonialidade do saber e do poder, posto que não se consegue pensar fora dos marcos desse pensamento moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 22)

O fundamental é entendermos que o problema das desigualdades e injustiças sociais, e agora a questão ambiental, acabou contraditoriamente, trazendo como solução salvadora o próprio desenvolvimento. Mais desenvolvimento seria a solução das desigualdades, ou seja, permanece o desenvolvimento como parâmetro. No entanto, para atingirmos a igualdade tão sonhada, passarmos de subdesenvolvidos para desenvolvidos, estaremos caminhando para o suicídio. Isto porque, 20% dos habitantes mais ricos do planeta consomem cerca de 80 % da matéria prima e energia produzidas anualmente (PORTO-GONÇALVES, 2004). Se o restante dos 80% chegarem ao mesmo padrão de consumo, estaremos limitados pela capacidade da Terra. Portanto, essa concepção de subdesenvolvimento nos trouxe um otimismo irrealista, tecnocêntrico, moderno-colonial.

A promessa moderna de que os homens e mulheres, sendo iguais por princípios, são iguais na prática não pode concretamente ser realizada se a referência de estilo de vida para essa igualdade for o *american way of life*. Mas do que nunca vemos que a modernidade é colonial, não só na medida em que não pode universalizar seu estilo de vida, mas pelo modo como, pela colonização dos corações e mentes, procura instilar a idéia de que é desejável e, acima de tudo, possível

que todos se europeízem ou americanizem. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 31, grifos do autor)

Para complementar a idéia podemos citar a análise de José de Souza Martins (2003) a respeito das exclusões sociais e novas desigualdades. O autor discute que as lutas dos “excluídos” são por re-inclusão na mesma sociedade que os exclui, estão pedindo para serem integrados corretamente segundo a lógica do mercado, evitando padrões de escravidão. A alternativa a isso, segundo o autor, provocaria a necessidade de resolver, de criticar, de recusar a exclusão da dupla sociedade: aquela que só tem obrigações de trabalho e não tem absolutamente mais nada e uma sociedade daqueles que tem em princípio absolutamente tudo e nenhuma responsabilidade pelo destino das demais.

Para manter, portanto, a idéia de desenvolvimento, o termo sustentável foi anexado. O termo *desenvolvimento sustentável* passou então a ser gestado nas organizações mundiais. Esteva (2000), assim como Sachs (2000) e Porto-Gonçalves (2004), dizem-nos que o termo sustentável apareceu para dar uma nova face ao termo desenvolvimento, um “sopro de vida”. Os autores acreditam que mundialmente as organizações trabalharam para justificar a permanência do desenvolvimento entendido como crescimento econômico, no entanto, travestido de desenvolvimento sustentável, usando o argumento de que esta era a única forma de salvar o mundo da destruição ambiental.

Em termos conceituais e políticos, o re-desenvolvimento adota hoje a forma de desenvolvimento sustentado, para nosso “futuro comum” segundo a prescrição da Comissão Brundtland. Ou então, é ativamente encorajado como um re-desenvolvimento verde e democrático, para aqueles que acreditam que a luta contra o comunismo, o leitmotiv do discurso de Trumam, acabou. Mas, na interpretação oficial, o desenvolvimento sustentável foi elaborado explicitamente como uma estratégia para sustentar o “desenvolvimento”, não para dar apoio ao florescimento ou a manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada. (ESTEVA, 2000, p. 72)

Em outras palavras, os problemas mundiais se resolvem com mais desenvolvimento. Além disso, deslocou-se a “culpa” pelos danos ambientais, dada anteriormente aos industriais, para os pobres, entendidos agora como aqueles que, diante da escassez diária, colocam o meio ambiente sobre pressão. E quando procuramos a solução para a pobreza, temos imediatamente a idéia de

desenvolvimento. A partir de então, o discurso do desenvolvimento sustentável foi ganhando forma, inclusive no discurso governamental. Tornou-se o novo “canto da sereia” no já cansado e batido discurso político-econômico do desenvolvimento, envolvendo questões de caráter sócio-ambiental. Porém, vez ou outra, transparecem as questões práticas que envolvem a noção clássica de desenvolvimento, como pode ser observado no trecho abaixo:

A certificação é uma forma de a empresa administrar o problema ambiental, mas não é um fim. A empresa precisa ter muito mais do que a certificação [...] Se tivermos a intenção de ser uma empresa líder regional, de nos associarmos com grandes empresas, tais como Exxon, Shell, Texaco e BP, de ter sucesso empresarial, precisamos, então, ter excelência ambiental. Não é uma questão de bom-mocismo, é uma questão de negócios mesmo [...] Há uma lacuna de três a quatro anos entre a Petrobras que temos hoje e essa nova Petrobras com excelência ambiental. (REICHSTUL apud FOLHA ONLINE, 2000).

No capítulo seguinte vamos apresentar a realidade do Estado do Acre, buscando compreender a partir do seu histórico de ocupação, a política de reforma agrária desenvolvida pelo INCRA e suas conseqüências sócio-ambientais. Diante do discurso desta instituição apresentado em suas publicações<sup>1</sup> e suas propagandas, vamos verificar até que ponto o desenvolvimento sustentável representa uma verdade nas atuações do órgão.

---

<sup>1</sup> Ver publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário / INCRA, intitulado **Terra da Gente Especial**: A reforma Agrária que faz bem ao meio ambiente, de outubro de 2007.

**PARTE 02:**  
**QUESTÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS DO ESTADO DO ACRE:**  
**REALIDADE E PRECEDENTES HISTÓRICOS**

**-- CAPÍTULO 04 --**

**HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO ESTADO DO ACRE: CONTEXTO SOCIO-TERRITORIAL PRECEDENTES A CRIAÇÃO DO INCRA**

O processo histórico de concentração de terras e a formação de grandes latifúndios no Estado do Acre não se diferem do que ocorreu no Brasil, desde o período da Independência. No ano de 1978, o Estado do Acre possuía o maior índice de GINI de todo país. Esta informação é apresentada em uma publicação organizada pelo IBGE, denominada *A organização do espaço na faixa da Transamazônica*, de 1989, elaborado por Orlando Valverde. O texto nos informa que o índice de GINI para o Acre em 1978 é de 0,94, o índice mais alto do país neste período. Se observarmos o índice por microrregião homogênea, ainda teremos o Acre como primeiro da lista. O índice de GINI representa a concentração fundiária e seu cálculo resulta em um índice que varia de 0 a 1. Quanto mais o índice se aproxima de 1, maior será a concentração fundiária.

**Tabela 1 - Microrregiões Homogêneas de Maior Concentração Fundiária**

<b>MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA</b>	<b>UNIDADE DA FEDERAÇÃO</b>	<b>ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO</b>
Alto Purus	AC	0,96
Baixo Amazonas	PA	0,92
Alto Juruá	AC	0,92
Rondônia	RO	0,90
Recife	PE	0,90
Corredeiras do São Francisco	BA	0,90
Mata Úmida Pernambucana	PE	0,89

Fonte: INCRA, Informativo Técnico 4, Zoneamento Agrário, 1ª Fase, 1978. (IBGE, 1989)

Na análise do IBGE, podemos associar este alto índice à forma de ocupação econômica do Estado do Acre. Sabemos que antes da configuração territorial do Estado do Acre ser transformada pela exploração da borracha, outros territórios com outras dinâmicas se estabeleciam aqui, entre eles os indígenas. O conflito e/ou diálogo entre

seringueiros e índios na época da exploração da borracha demonstra que estes territórios se sobrepunham causando interseções conflituosas ou associativas (associativas no sentido de que, na luta dos seringueiros, os índios se juntavam para fazer também suas reivindicações).

Para entender a atual dinâmica territorial do Estado do Acre, principalmente àquela que diz respeito às áreas de assentamentos rurais de Reforma Agrária, faz-se necessário entender como, ao longo de seu período de ocupação, ele foi sendo construído. Entendemos que as paisagens são compostas por sobreposições de tempos, e ela retrata o atual e o antigo, sendo, portanto necessário compreender seu histórico para decifrá-la de forma mais fiel.

Passamos, portanto, a explicar rapidamente os antecedentes históricos da colonização realizada pelo INCRA no Estado do Acre, tentando observar principalmente as transformações sociais que implicaram em mudanças espaciais no território acreano. O extrativismo da borracha para fins comerciais trouxe uma nova dinâmica ao território do Estado. A chegada de migrantes, as relações comerciais e sociais estabelecidas nos seringais e entre seringais e centros urbanos, criou uma série de dinâmicas que transformavam o território.

Não só a dinâmica interna de relações políticas, comerciais e sociais, mas também a influência externa nas políticas para região que contribuíram em grande parte para dar o contorno espacial das mudanças. Dois momentos marcantes na configuração do território acreano dizem respeito à ascensão e queda da produção de borracha. Entendemos que, com ascensão da economia da borracha o território até então, habitado por nativos, começa a receber um grande fluxo de migrantes, com interesses diferentes em relação à floresta e ao território, o que dará a ele uma formação característica. Com a crise da produção da borracha, esta configuração será reajustada, modificando novamente a configuração territorial do Estado.

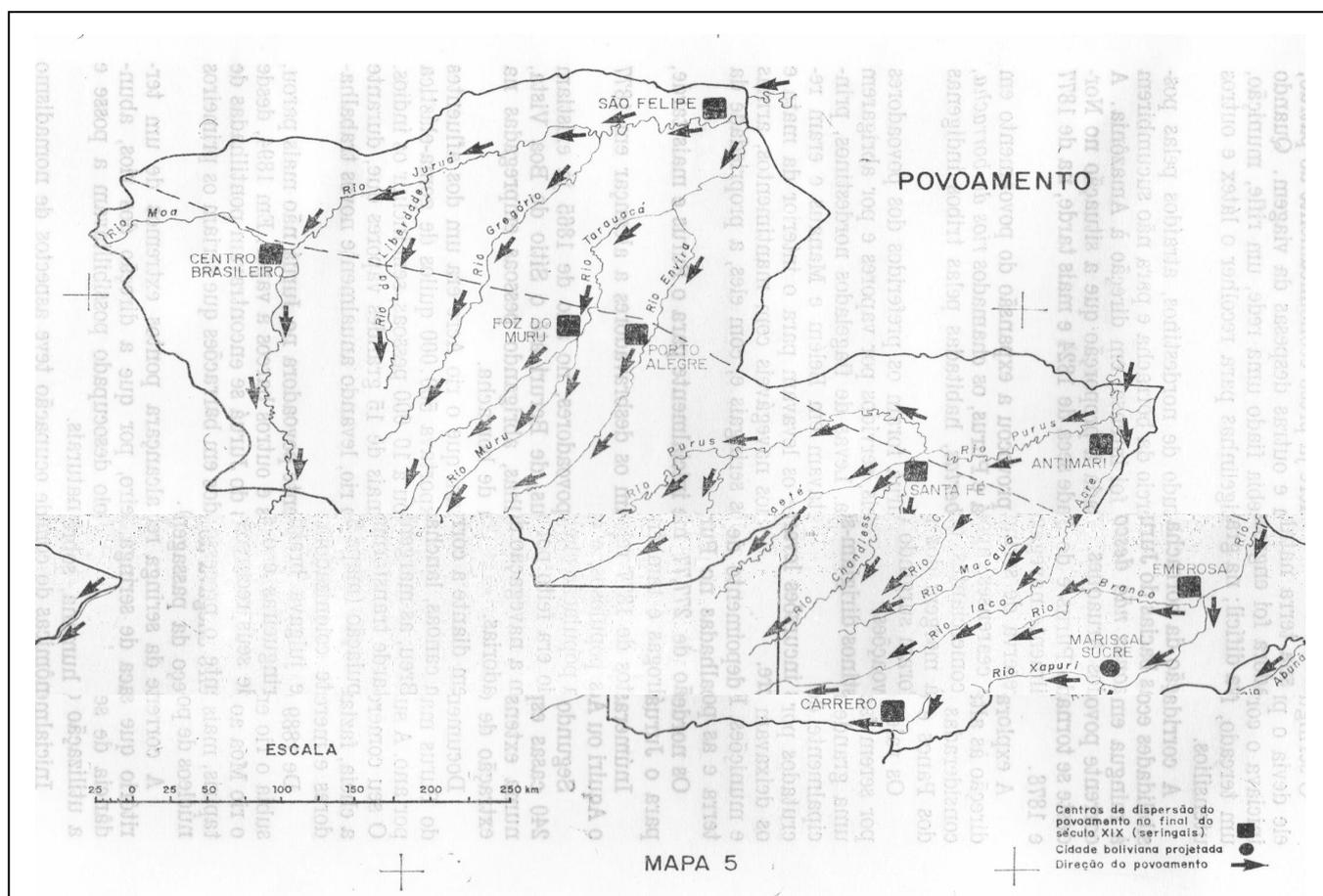
Tentaremos explicar resumidamente as características destes períodos, pois eles são os precedentes da chegada do INCRA e possuem fortes relações com a atuação deste órgão no Estado do Acre. Consideraremos como período de ascensão da borracha os anos de 1980 a 1910 e o período de queda da produção de borracha o período que se estende de 1910 à chegada do INCRA em 1970. A partir daí tentaremos prestar atenção mais especial à atuação do INCRA. O processo de ocupação gerado pela produção da borracha partiu do Estado do Amazonas em direção ao Acre. Na publicação do IBGE

(1989) apresenta-se a forma como se desenvolveu o processo de ocupação no período da Borracha:

[...] O povoamento sempre ribeirinho pouco se aprofundou no interior da floresta, concentrando-se inicialmente nas margens dos rios, onde estavam os seringais e onde era fácil o escoamento da produção que viesse a ser obtida e pela proximidade do porto de Belém. A população basicamente vinculada à exploração da goma-elástica, sangrava impiedosamente as árvores, empobrecendo rapidamente a região do baixo Amazonas. Os seringueiros foram sendo obrigados a uma penetração mais ousada. Vararam a floresta em todas as direções, dada à dispersão da seringa, provocando a penetração no interior da mata. (IBGE, 1989, p.40).

Com o crescimento da demanda internacional pela borracha, a margem direita do Rio Amazonas fora ocupada por migrantes nordestinos que fugiam de condições precárias de vida no nordeste buscando trabalho na região Amazônica (cf. figura 01). As correntes migratórias chegam à região Amazônica por volta de 1877 e 1878 quando ocorreu no nordeste a Seca dos Três Setes, de efeitos trágicos para a região.

**Figura 1 - Povoamento do Estado do Acre**



Fonte: IBGE, 2009.

Assim os nordestinos carentes de trabalho e sem perspectivas na sua região de origem, penetram em terras onde as fronteiras brasileiras com o Peru e a Bolívia não estavam ainda bem definidas, sendo eles responsáveis pela incorporação ao Brasil da região que, posteriormente, viria a constituir-se no atual Estado do Acre, maior produtor brasileiro de borracha. É importante ressaltar que o povoamento da região fez-se visando a obtenção de uma produção cada vez maior, para satisfazer às exigências do mercado, isto se obtinha com o aumento do número de seringueiros. (IBGE, 1989, pg. 51).

Devido à exaustão das árvores produtoras de látex pela excessiva sangria, os seringueiros subiam os rios em busca de mais áreas de produção. Desta forma chegaram ao território do Acre, de maneira geral, pelos rios Juruá e Purus. No Acre encontra-se grande abundância de seringueiras, e a região acabou por tornar-se a maior produtora de borracha do país (até o início do século XX, por volta de 1910).

Como a exploração da borracha se dava em áreas de seringueiras nativas, sua exploração comercial, para ser lucrativa, exigia grandes áreas de exploração. Isto porque as árvores estavam distribuídas de forma descontínua pela floresta, fazendo com que grandes áreas fossem ocupadas em busca de lucratividade. Assim, as pessoas de “poses” e interesse na produção de borracha ocupavam áreas para exploração. Esta ocupação, na maioria das vezes, foi feita aleatoriamente à titularidade das áreas, simplesmente respeitando a “ordem de chegada”.

Com a valorização da borracha a situação modificou-se. O sistema, até então posto em prática, foi abandonado. Passou-se a explorar a seringueira; havia muita concorrência entre os que viviam da exploração da borracha; criaram-se novas empresas; a ocupação definitiva da terra fez-se necessária. Assim as pessoas de poses que pretendessem explorar a borracha contratavam verbalmente homens na cidade, durante o *inverno*, adquiriam os instrumentos de trabalho e se lançavam, no *verão* seguinte, com um mateiro (experimentado identificados de hévea e conhecedor da região), à procura de uma localidade na margem de um rio onde pudessem estabelecer um seringal.

Para o êxito do empreendimento não era necessária a propriedade da terra e, sim, a posse de um significativo número de seringueiras na área, tarefa esta a cargo do mateiro, o qual, após realizar caminhadas de reconhecimento na mata, opinava sobre a viabilidade do projeto no local. A posse da terra era assinalada pela existência de um simples tapiri à margem do rio. (IBGE, 1989, p. 51-52).

Na formação, portanto, dos seringais, as propriedades eram contabilizadas ou demarcadas por estradas de seringa, e muitas vezes o seringalista desconhecia os limites

exatos de sua propriedade, mas tinha o controle mediado por seus homens de confiança, pela imposição do poder e do medo. Essa forma de contabilidade demonstra que, naquele momento, a produção de borracha, ou mesmo as estradas de seringa tinham valor expressivo, resultando conseqüentemente no método de controle e medida da propriedade privada. A terra, segundo Neves e Lopes, 1989, tinha pouco valor até 1971, pois o valor do seringal estava no número de colocações que possuía e não especificamente pelo seu número em hectares.

De qualquer forma, a concentração fundiária intensificou-se com a formação de grandes seringais.

No Acre, região de grande concentração de seringueiras, a posse da terra nem sempre se fez de modo pacífico. Os conflitos pela disputa da mesma área iam crescendo, à medida que aumentavam os preços da borracha no mercado internacional. Assim, o seringalista tinha que ser, muitas vezes, um homem frio, calculista e decidido, que fazia justiça com as próprias mãos. Sua fama de homem duro deveria difundir-se para que ele pudesse consolidar a sua empresa, que seria tanto maior quanto mais espalhadas estivessem as madeiras, incorporando novas terras à sua. Deste modo, o latifúndio caracteriza os seringais acreanos. (IBGE, 1989, p.52)

Dentro destas grandes áreas, espalhavam-se seringueiros para o trabalho com o látex, cada qual em sua colocação. Cada um era responsável por um número de estradas de seringa. As estradas de seringa eram construídas com ajuda dos mateiros que em dupla, procuravam as seringueiras na mata e abriam caminhos que ligavam umas as outras. Estas estradas eram percorridas todos os dias pelos seringueiros numa rotina própria deste trabalho, de acordo com o tamanho da estrada.

Para a sobrevivência na colocação, com todo o tempo destinado a produção da borracha (em média de 10 a 16 horas de trabalho diário), os seringueiros compravam produtos de necessidade básica, inclusive para alimentação diária. Estes produtos eram vendidos nos barracões, no centro do seringal, normalmente onde residia o seringalista. Estes bens e infinitos outros favores eram adquiridos nos barracões ou por intermédio direto do seringalista.

As relações de trabalho, na produção de borracha, desenvolveram-se de tal modo que o seringueiro vive prisioneiro de seu próprio trabalho; conforme já foi dito, o seringalista exercia sobre o mesmo, além do monopólio comercial, todos os direitos, inclusive o de arrebanhar mulheres nas principais praças de Belém e do Nordeste e trazê-las sob encomenda para os solteiros, descontando todas as despesas no aviamento (IBGE, 1989, p. 49).

A produção de subsistência era proibida nas colocações (até 1930, segundo IBGE, 1989), uma vez que, para o seringalista, era necessário fazer com que o trabalhador estivesse sempre vinculado ao trabalho e ao barracão pela dívida. Este sistema de vínculo exploratório vivido pelos seringueiros ficou conhecido como sistema de aviamento. Ele só vai ser fragilizado pela primeira crise da borracha.

[...] ali se realizava uma duvidosa escrituração, sempre favorável ao patrão, na qual os gêneros adquiridos pelos seringueiros eram lançados com majoração de 100, 200 e até 300%. [...] Assim isolado, devido às grandes distâncias e ao comércio dos transportes pelos intermediários, não lhe restava outra alternativa se não aceitar pacificamente a exploração do aviamento que o seringalista lhe impunha, sob pena de submeter-se a represálias e, muitas vezes, até a castigos corporais (trancos), caso demonstrasse desejos de sair, mesmo que fosse para rever sua família; se não fosse de comum acordo com o patrão, jagunços eram colocados em seu encaicho, tocaiando-os. (IBGE, p.63).

De acordo com Costa Sobrinho (1992) no livro *Coronel de Barranco*, de Cláudio Araújo Lima para explicar as relações estabelecidas entre seringalista e seringueiro. Estas relações eram mediadas por um contrato unilateral, sem validade legal, e praticamente sem nenhum direito por parte dos trabalhadores-seringueiros. As primeiras regras informadas ao seringueiro recém contratado são: não é permitido plantar, caçar ou pescar. Além de outras várias regras, destacamos o fato de que, era proibido pelo seringalista que o seringueiro partisse do seringal sem saldar sua dívida no barracão. Diante dos preços das mercadorias, da proibição de plantar, caçar e pescar, e do vínculo único e exclusivo com o seringalista, conclui-se que o seringueiro estava completamente preso ao seringal, condenado a trabalhar o resto da vida.

Para vislumbrarmos melhor este momento, sob a ótica do seringueiro, apresentaremos um trecho da entrevista de Chico Mendes ao autor Pedro Vicente Costa Sobrinho apresentada no livro *Trajetórias da Luta Camponesa na Amazônia-Acreana*.

Eu comecei a cortar seringa com nove anos de idade. Invés de ir para a escola, aprender ler e escrever, aprendi desde cedo a sangrar seringueira. O patrão não deixava filho de seringueiro ir pra escola. Não era de seu interesse, pois o filho de seringueiro, ao aprender ler e contar, iria descobrir que o pai era roubado no final da prestação de contas. Além disso, o fato de aprender não aumentava a produção, pelo contrário, ao ir a escola a gente deixava de ajudar o pai no corte. A minha infância, portanto, foi igualzinha a de todos os filhos de seringueiros. Até aos dezoito anos era analfabeto. (.Entrevista com Chico Mendes, por COSTA SOBRINHO, 2006, p. 25)

Como podemos observar os seringueiros dedicavam o seu tempo praticamente integral à produção de borracha, inclusive a mão-de-obra infantil da colocação. Quando chegava o fim do dia, partiam para o processo da defumação da borracha. Nem sempre houve tempo, portanto para as atividades de subsistência, como o roçado. O tempo era em sua maioria para a produção.

Há uma referência no livro do IBGE (1989), apontando que o trabalho da defumação ficava a cargo da mulher, enquanto o seringueiro se dedica ao roçado, mostrando que as situações nas colocações eram diferenciadas. Sabe-se, no entanto que, mesmo depois da liberação do cultivo do roçado, sua execução ficou limitada pela alta jornada de trabalho com a borracha.

Em uma entrevista feita com Estanislau Siqueira (soldado da borracha e posterior fundador do Partido Comunista Boliviano), Costa Sobrinho (1992) nos apresenta a rotina exaustiva do seringueiro.

Foi uma trabalhadora dos diabos. Saía da estrada do ‘Centro’ às 3:00 horas da madrugada e cortava até as 10:00 horas. Daí almoçava e recomeçava às onze, indo até as 5:00 horas da tarde na coleta do leite. Depois gastava mais 3 horas defumando. (SIQUEIRA apud COSTA SOBRINHO, 1992, pg. 79, destaques do autor).

Até 1910 o Brasil se destacava no cenário mundial de produção de borracha (cf tabela abaixo). No entanto, a produção de borracha, através de áreas plantadas de seringueiras fora do país, chamadas plantations, acabou por superar a produção brasileira, tornando o produto brasileiro sem competitividade, estabelecendo uma crise sem precedentes, principalmente no Estado do Acre que possuía toda a sua dinâmica política, econômica e social baseada na lógica produtiva da borracha.

Os dados da produção de 1910 e 1914 nos demonstram o salto apresentado pela produção das plantation saindo de uma produção de 8.200 toneladas em 1910 para 71.400 em 1914.

**Tabela 2: Contribuição da produção de borracha do Brasil para o total da produção Mundial – 1822-1937**

Anos	Borracha Silvestre				Borracha de Plantation		Total Produção Mundial	
	Brasil		Outros Países		Toneladas	%	Toneladas	%
	Toneladas	%	Toneladas	%				
1822	31	100					31	100
1890	16000	57,2	12900	42,8			28900	100
1910	53200	58,8	29100	32,1	8200	9,1	90500	100
1914	33500	27,8	15500	12,9	71400	59,3	120400	100
1922	16200	4,3	8800	2,3	355000	93,4	380000	100
1937	(1)		27000	2,3	1125000	97,7	1152000	100

Fonte: Jurgen W. - *Kampt um Kautschuk*, p. 198 e 199. (1) Jurgen não fornece os dados da produção brasileira, que era de 18.470 t, de acordo com a separata do Anuário Estatístico do Brasil - 1939/40 - IBGE. (IBGE, 1989, p. 67)

Estas foram as principais relações que configuraram o território acreano até a década de 1910, quando se inicia um processo de mudança. Destacamos que as mudanças aconteceram lentamente e que este quadro de relações sócio-espaciais perdurou até meados da década de 1970. Com a queda da produção da borracha, temos o segundo momento de reestruturação do território. O período que se segue a partir de 1910, representa uma fase de decréscimo da produção de borracha. É a partir daí, quando a produção de borracha brasileira perde sua competitividade, que a estrutura espacial da borracha começa a ser desfeita. Sabemos que na década de 1940 houve incentivos do governo federal para um reaquecimento da produção de borracha, período conhecido como a batalha da borracha. No entanto, não houve grandes resultados em relação ao restabelecimento da produtividade. Por outro lado, a campanha de recrutamento de mão-de-obra realizada pelo governo federal para a reativação dos seringais neste período fez com que muitos migrantes viessem para o Estado.

Em um primeiro momento, (1942 e início de 1943) vieram nordestinos selecionados pelo DNI (Departamento Nacional de Imigração). Em 1942, fora criado o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) para auxiliar o processo de recrutamento de mão-de-obra. Diferentemente do DNI, o SEMTA selecionou pessoas de vários Estados brasileiros, entre eles Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, entre outros. Estes últimos ficaram conhecidos como Arigós, se diferenciando dos demais por serem mais “arredios” e conhecedor dos seus mínimos direitos (COSTA SOBRINHO, 1992). São estes arigós que realizavam movimentos de resistência e denúncia nos seringais contra as ações que quebravam o contrato firmado

entre o seringalista e o seringueiro, pois muitos sabiam ler e não aceitavam passivamente as imposições dos seringalistas.

Portanto, apesar de não haver reascendido a produção de borracha, a tentativa trouxe ao estado uma série de migrantes, com diferentes formas de se relacionar com o território. Com o fim da batalha da borracha, muitos soldados da borracha se deslocam para os centros urbanos. São criadas colônias no entorno das cidades para alojar este contingente de pessoas e ao mesmo tempo aumentar o abastecimento da cidade de Rio Branco, em pleno crescimento.

[...] “os seringais e as colocações constituíram, respectivamente, as primeiras formas de posse e de uso da terra, sendo o seringal também a primeira forma de domínio do solo. Este binômio seringal/colocações, foi até a década de 1960, praticamente, a base da organização do espaço no atual Estado, considerando que quase todos os núcleos urbanos, exceto Rio Branco, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, tinham pouca expressão”. (NEVES apud IBGE, 1989, p.89).

Durante este período cresceu no Estado o movimento dos seringueiros. Com o fim da batalha da borracha, muitos soldados da borracha se deslocam para os centros urbanos. São criadas colônias no entorno das cidades para alojar este contingente de pessoas e ao mesmo tempo aumentar o abastecimento da cidade de Rio Branco, em pleno crescimento.

A cidade de Rio Branco, nos anos de 1950, contava com aproximadamente 30 mil habitantes; dessa população, quase 10 mil moravam na área urbana. Próximo ao sítio urbano, foram formadas colônias agrícolas, em áreas de terras desmembradas dos seringais dos seringais situados nas imediações, que cumpriam com a finalidade de assentamento para trabalhadores rurais. Nos anos de 1940 e início de 1950, tinham por objetivo atender, na sua maioria, a ex-soldados da borracha, que haviam se deslocado dos seringais, logo após o término da chamada “batalha da borracha”, e se encontravam sem ocupação na cidade. Além disso, leve-se em consideração que a população citadina havia aumentado, tornando-se necessária uma produção permanente de produtos agrícolas para seu abastecimento. (COSTA SOBRINHO, 1992, pg 95).

A chegada dos novos donos dos seringais, aqueles que compraram áreas dos antigos seringais, muitas vezes financiados pelo Estado, não queriam a permanência dos seringueiros em sua nova área. Isto porque o objetivo produtivo da área também mudou. O financiamento agora era para a pecuária a fim de “modernizar” o Estado. Várias foram as estratégias criadas pelos seringueiros para a permanência na área das

colocações, como por exemplo, o direito de posse, baseados no Estatuto da Terra (lei 4.504 de 1964).

Evidentemente, estas estratégias não foram simples de serem implementadas. No entanto, a dificuldade de permanência aumentava quando os barracões que forneciam os produtos fora encerrados e muitos seringueiros saíam dos seringais para vender seus produtos na cidade e transportar de volta os produtos de maior necessidade. Muitos tinham transporte animal, mas muitos outros levavam e traziam nas costas, por longas caminhadas. Este fato, segundo Chico Mendes, levou muitos seringueiros a deixarem os seringais e se deslocarem para as periferias das cidades. É nesse contexto que surge em 1970 o INCRA, trazendo um modelo de Reforma Agrária que não correspondia a forma de tradicional de ocupação na região.

Nós não tínhamos um rumo definido, a saída foi aceitar um acordo e garantir pelo menos um lote de terra. Em troca de suas colocações os seringueiros receberam alguns pedaço de terra. Não foi um bom negócio. Seringueiros transformados em agricultores da noite para o dia não deu certo. Pouco tempo depois venderam ou abandonaram os lotes e muitos deles foram cortar seringa na Bolívia. [...] A reforma agrária do INCRA, com base no Estatuto da Terra não servia pro seringueiro. Passamos a lutar pela permanência ao colocação com as estradas, com seu traçado original. Isso respondia a 300 ou mais hectares. Mobilizamos o pessoal todo pra luta. Vamos empatar o desmatamento.(Entrevista com Chico Mendes, por COSTA SOBRINHO, 2006, p. 39-40)

Podemos visualizar na tabela a seguir a situação dos imóveis rurais no estado do Acre em 1967, quando o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), instituição que precedeu o INCRA, publicou o resultado de seu cadastramento. É importante destacar que já existiam no Acre 711 latifúndios que juntos totalizavam 4.271.076,2 ha de terras, mostrando o quanto a terra estava concentrada neste período.

**Tabela 3 - DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA DE IMÓVEIS - 1967**

Microrregiões e Municípios	Número de imóveis	Situação Fundiária								
		Minifúndio			Empresa Rural			Latifúndio		
		Número de Imóveis	Área (ha)	%	Número de Imóveis	Área (ha)	%	Número de Imóveis	Área (ha)	%
<b>Alto Juruá</b>	1.462	1.026	101.399,9	5,0	23	27.189,5	2,0	413	1.724.834,5	93,0
Cruzeiro do Sul	1.123	874	98.873,3	8,7	6	3.621,6	0,3	243	1.024.313,3	91,0
Feijó	149	91	1.369,4	0,3	6	9.280,5	2,4	52	380.391,3	97,3
Tarauacá	190	61	1.157,2	0,3	11	14.287,4	4,3	118	320.129,9	95,4
<b>Alto Purus</b>	2.344	2.012	35.954,9	1,4	34	35.607,9	1,3	298	2.546.241,7	97,3
Brasiléia	387	375	8.532,2	17,0	1	450,0	1,0	11	39.653,9	82,0
Rio Branco	1.169	1.016	20.284,0	2,0	23	19.285,9	2,0	130	920.255,7	96,0
Sena Madureira	444	306	4.510,7	0,3	4	2.100,0	0,1	134	1.559.929,0	99,6
Xapuri	344	315	2.628,0	6,0	6	13.772,0	32,0	23	26.403,1	62,0
<b>TOTAL</b>	<b>3.806</b>	<b>3.038</b>	<b>137.354,8</b>	<b>3,0</b>	<b>57</b>	<b>62.797,4</b>	<b>1,0</b>	<b>711</b>	<b>4.271.076,2</b>	<b>96,0</b>

Fonte: IBRA - Cadastramento de 1967. (IBGE, 1989)

No período de criação do INCRA no Estado, ainda na década de 1970, o território estava passando por um momento de reconfiguração territorial, conforme já comentado, principalmente em decorrência da decadência da borracha e da falência dos seringais. De acordo com Silva (2003) as ações e o processo de colonização oficial no Acre foram delineados pelas ações do INCRA e da COLONACRE.

Nesse tipo de colonização oficial, assim como na particular, apesar de destinarem à grupos sociais distintos, objetivava proporcionar o acesso a terra e a sua apropriação privada criando condições para um aproveitamento econômico, mas sob a ótica da reprodução capitalista. Assim, nas circunstâncias em que foi implantada esta colonização, no Acre, atingiram-se apenas parcialmente alguns fins sociais, pois a prioridade não era o social, mas o capital. (SILVA, 2003, p. 129).

Esse era o cenário daquele momento no que se refere aos projetos de assentamentos rurais e posse e uso das terras acreanas. O INCRA chega no Estado dando uma nova configuração ao território, pela inserção de projetos que recortavam a terra em pequenos quadrados, denominados lotes, e de uma forma ou de outra, agregou muitos produtores. Diferente da forma antiga, a colocação, os seringueiros saídos do seringal são encaminhados para estas áreas, trazendo também concomitantemente ao a esta nova forma de ocupação do território, um processo de desterritorialização, como foi apresentado no capítulo 01, representando uma exclusão sócio-espacial dos seringueiros. No capítulo seguinte, comentaremos as principais conseqüências deste processo.

**-- CAPÍTULO 05 --**  
**ASPECTOS AMBIENTAIS NA GESTÃO DO INCRA NOS PROJETOS DE**  
**REFORMA AGRÁRIA**

Durante o período de atuação do INCRA a gestão ambiental foi uma preocupação praticamente ausente. Basta observar, por exemplo, os projetos da modalidade PA em qualquer Estado do Brasil, apresentando altos índices de degradação ambiental. Apesar de seu aparato legal, acrescido das devidas modificações, indicar uma maneira mais conveniente de criação de assentamentos (por exemplo, o artigo 17 da Lei 8.629/1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal), o órgão tem tropeçado em vários problemas que demonstram ineficiência na gestão e criação de seus projetos, como por exemplo, assentamentos que não prosperam, evasão de famílias, venda de lotes, reconcentração de terras, etc. Isto porque sua linha de atuação foi direcionada a amenização das tensões sociais do campo e colonização, despreocupando-se com fatores determinantes no sucesso dos assentamentos.

Desde o princípio já se esperava que a região Norte apresentasse as maiores dificuldades para localizar as famílias assentadas. As razões e as circunstâncias disso estão relatadas por todos os supervisores da região. Além das dificuldades de acesso aos projetos de assentamento, é nesta região que se concentram os projetos mais antigos de colonização que, aparentemente, sofreram a maior taxa de evasão e de rotatividade no conjunto dos projetos de reforma agrária. Portanto, havia dificuldade de localizar os projetos, o que causou transtornos nas programações. Esta realidade deve ser sempre considerada, para se entender os números apresentados para esta região [...] O Estado do Acre teve catorze projetos de assentamento percorridos pelo censo e pesquisa amostral, sendo identificadas 7.368 famílias [...] Pode-se constatar que há um processo de reconcentração de lotes nos projetos de assentamento, principalmente no projeto de colonização Pedro Peixoto. Um único empresário possui 61 lotes, e um outro possui 18! (I Censo da Reforma Agrária, 1997, p. 12)

O I Censo de Reforma Agrária no Brasil, realizado por pesquisadores da Universidade de Brasília confirma este dado uma vez que se constatou que o maior problema do INCRA é o número de projetos que não prosperam (SCHMIDT, MARINHO, ROSA apud GUERRA, 2004, p. 158)

Concordamos com Ávila (2006), quando explica que os problemas ambientais amazônicos têm relação com os problemas sociais, visto que a descapitalização dos

pequenos proprietários conduz a um manejo baseado no desmatamento e na queima de florestas, com baixa adoção de tecnologias (ÁVILA, 2006, p 11).

Entendemos também que a degradação ambiental compromete o desenvolvimento das atividades econômicas, uma vez que o abastecimento hídrico depende das APPs (Áreas de Preservação Permanente) presentes ao longo dos cursos d'água, e o solo na região Amazônica por exemplo, depende de cobertura florestal para manter sua fertilidade. A qualidade desses dois elementos naturais é de extrema importância para o sucesso das atividades produtivas dos lotes. Portanto, não é simplesmente pelo fato da questão ambiental, mas porque a degradação ambiental e as condições sociais de reprodução das famílias estão diretamente relacionadas.

O que é mais preocupante neste caso é que o INCRA esteve desvinculado de suas obrigações quanto à questão ambiental. Basta observar que a Resolução CONAMA 001/1986 e a 237/1997, já preconizavam a obrigatoriedade de atenção à questão ambiental. Mais especificamente a 237/1997 exhibe a lista de atividades que tem obrigatoriedade quanto ao licenciamento ambiental, e esta lista inclui os projetos de colonização e reforma agrária.

O CONAMA publicou em 2001 uma resolução específica para o licenciamento dos projetos de assentamentos de Reforma Agrária (289/2001). Até então, como já citado acima, a legislação ambiental existente já apresentava a obrigatoriedade de Licenciamento Ambiental para as atividades potencialmente poluidoras e que causassem algum tipo de degradação ambiental, como pode ser observado no trabalho de CAMARGO (2006). Essa autora resgatou de maneira geral desde o Brasil colonial, os pontos da lei que indicavam a exigência de cuidados com a questão ambiental.

Um das legislações importantes relativa à proteção florestal é da década de 60, o Código Florestal de 1965. É nesse código que são definidas a largura das APPs (Áreas de Preservação Permanente) ao longo dos cursos d'água e de Reserva Legal obrigatórias, nas suas diferenciações entre as regiões do país, inclusive a Amazônia.

O sistema de licenciamento ambiental no Brasil antecede a própria Constituição Federal de 1988, ele foi criado pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Contudo, a Constituição Federal recepcionou esta Lei e, ela mesma, tratou do licenciamento ambiental.

Para regulamentar a Lei 6.938/81, foi editado o Decreto Federal 99.274, de 6 de junho de 1990, que figura como uma das principais normas legais a dispor sobre licenciamento ambiental. Em seu artigo 17 e seguintes o Decreto 99.274/90 fixa

critérios gerais a serem adotados no licenciamento de atividades que utilizam recursos ambientais e potencialmente poluidoras, sendo que tais critérios podem ser modificados pelos estados, desde que os padrões estaduais impliquem em maior proteção ao meio ambiente.

O INCRA criado em 1970, precedidos por ações do INDA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) e IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), só veio a ser cobrado efetivamente a partir da Resolução 289 do CONAMA. Como vimos o Licenciamento como exigência para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras e degradantes ao meio ambiente existia desde 1981, e normas gerais de proteção ambiental já existiam com o Código Florestal de 1965, anterior ao INCRA. O próprio Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964) já preconizava a questão ambiental, como pode ser observado abaixo:

A conservação dos recursos naturais é colocada como uma das condições para que a terra desempenhe sua função social (art. 2º);  
As características ecológicas são consideradas na definição da dimensão da área dos módulos de propriedade rural (art. 5º);  
Duas das finalidades apontadas para a desapropriação por interesse social merecem destaque, são elas: “efetuar obras de renovação, melhoria e valorização dos recursos naturais” e “facultar a criação de áreas de proteção à fauna, à flora ou a outros recursos naturais, a fim de preservá-los de atividades predatórias” (art. 18);  
São apontadas como prioridade para a desapropriação as áreas cujos proprietários desenvolvem atividades predatórias, recusando-se a respeitar as normas de conservação dos recursos naturais (art. 20);  
A utilização da tributação progressiva da terra tem como um de seus objetivos estimular a racionalização da atividade agropecuária, dentro dos princípios de conservação dos recursos naturais (art. 47)  
(CAMARGO, 2006, p. 93-94)

No relatório do Acórdão do TCU 557/2004, que diz respeito a uma auditoria nos procedimentos de desapropriação de imóveis do INCRA, destacou-se que a política de reforma agrária nacional, ainda com o INDA e o IBRA, priorizava o assentamento de família sem levar em conta a possibilidade de prosperidade do mesmo, alocando-os em lugares isolados dos centros urbanos e sem infra-estrutura, levando ao fracasso dos assentamentos e agravamento da questão ambiental. Além disso, a política de desenvolvimento agrícola estabelecida no período da ditadura militar facilitava o acesso a grandes proprietários a créditos, o que acabou por incentivar os grandes proprietários a comprar pequenas propriedades, concentrando ainda mais a terra. Essa política perdurou com a criação do INCRA, e sua gestão ao longo do período militar.

33. Ainda no mesmo ano, foi sancionado o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964) e criado o aparato institucional necessário à condução do programa de reforma agrária: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

34. Em sua breve existência, o IBRA estabeleceu uma política agrária de colonização, que foi, e ainda é, bastante criticada, principalmente nos meios acadêmicos. Em lugar de desapropriar latifúndios nas áreas mais próximas dos centros de consumo, onde se vislumbram as melhores condições de prosperidade de pequenos empreendimentos agropastoris (o que poderia ser denominado reforma agrária), o Instituto concentrou suas atividades no levantamento de dados e zoneamento de terras na distante fronteira agrícola, com o intuito de povoar as regiões mais ermas dos Estados do Mato Grosso, Goiás (Tocantins), Pará e Maranhão, onde a possibilidade de sucesso econômico dos assentados era reduzida, em decorrência das limitações de infra-estrutura de transporte e energia, dos custos de escoamento da produção, assim como da dificuldade de se oferecer assistência técnica aos colonos.

35. A política de reforma agrária adotada obedecia ao lema: 'levar pessoas de onde há pouca terra e muita gente, para onde há pouca gente e muita terra'. [...]

36. A principal consequência dessa escolha foi o baixo índice de efetividade alcançado, tendo sido verificado um elevado índice de abandono de áreas e/ou baixo índice de qualidade de vida dos assentados.

37. Em 1970, o IBRA e o INDA foram extintos, criando-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que seguiu, até o fim do regime militar, a linha estratégica de atuação definida pelos institutos anteriores. [...]

49. Além do modelo de colonização adotado pelo IBRA e pelo INDA, a própria política de desenvolvimento agrícola que foi instituída pelo regime militar pode ser considerada um dos motivos para esse elevado índice<sup>2</sup>. Com crédito farto e barato e o incentivo ao plantio mecanizado da soja e de outros produtos para fornecimento ao mercado externo, estimulou-se a incorporação das pequenas e médias propriedades pelos maiores proprietários. (BRASIL, 2004, p. 9,10, 11)

Como os assentamentos foram criados sem as devidas condições de prosperidade, com alternativas de uso da floresta e com assistência técnica, os assentados foram adquirindo práticas que levavam a derrubada da floresta para se reproduzirem, como a retirada de madeira (para comercialização e uso próprio), brocando e queimando as áreas para plantio e instalação de pastos. Como os solos a medida que são usados sem as devidas reposições minerais, os mesmos vão se empobrecendo, tornando inviável a atividade produtiva. Portanto, como não há conhecimento sobre práticas alternativas, a cada ano

---

<sup>2</sup> O texto trata do índice de Gini apresentado no censo agropecuário de 1995/1996 que se manteve elevado, mostrando que a concentração de terras é grande apesar da política de reforma agrária. O texto mostra que o índice encontrado em 1995/1996 (0,843) é maior do que os que foram apurados anteriormente: 1967 (0,836), 1950 (0,838); 1940 (0,826); 1920(0,798).

se faz necessária a busca de terras mais férteis, agregando novas glebas ao processo produtivo, ou retirada de madeira para comercialização. Como consequência a cobertura florestal dos lotes ao poucos vai sendo retirada.

Podemos analisar o resultado de uma má condução da Reforma Agrária no Estado Acre associando-a, a nosso ver, a dois fatores. Primeiro, como pode ser verificado na fala de Chico Mendes no capítulo anterior, a partida do seringueiro para os lotes do INCRA colocou-os numa situação adversa de seu cotidiano. Se antes sua vida era territorializada<sup>3</sup> no seringal, e seu trabalho limitado pelas estradas de seringa, quando estes partem para os lotes sofrem uma mudança brusca na forma de ocupação do território. Nos limites das colocações, explorando uma grande área (grande em relação às áreas dos lotes do INCRA) para produção da borracha, a floresta é importante e tem um sentido na reprodução destes trabalhadores, e porque não com sua vida social e cultural. Quando partem, portanto, para os lotes, estão diante de uma área linearmente delimitada e menor em área. A extração do látex, prática cotidiana dos seringueiros, fica limitada pelo fato do tamanho da área e ao mesmo tempo porque as seringueiras estão espalhadas na floresta de uma forma não linear, sendo que teoricamente um lote poderia ter 01 seringueira, muitas, ou nenhuma, inviabilizando esta atividade. Qual seria naquele momento as alternativas de sobrevivência nos lotes? Poderíamos imaginar que a caça, a pesca, o uso extrativo poderia ser uma alternativa. Sim, mas estas eram formas muitos “primitivas” e pouco modernas de se lidar com a terra, segundo o contexto político-social-econômico da época que sofria fortes influência do processo de modernização da agricultura vivido naquele período. A partir daí vem o segundo fator: a inserção das atividades agropecuárias e o incentivo ao desmatamento como forma representativa de ocupação do território.

Naquele momento a floresta não tinha a importância que possui hoje, como já apresentado no capítulo 2, na fala de Paula (2005 p. 66). Pelo contrário, assim como ocorreu com outros biomas brasileiros como os Cerrados, a floresta foi considerada obstáculo ao desenvolvimento, sua presença representava sinal de atraso econômico<sup>4</sup>. O

---

<sup>3</sup> Poderíamos dizer até que estavam reterritorializados no seringais, uma vez que a maioria dos seringueiros eram migrantes, e deixaram suas relações na terra de origem e partiram para novas áreas a procura de sobrevivência.

<sup>4</sup> Não consideramos que o olhar sobre a floresta tenha mudado. Para os pecuaristas a floresta continua a ser um obstáculo. Considerando que o desmatamento não parou de lá pra cá, não podemos deixar de entender que ela é obstáculos para alguns e reserva para exploração de recursos naturais para outros, como por exemplo, as reservas que são exploradas como manejo florestal. Podemos entender que os movimentos ecológicos tenham trazido a pauta das discussões mundiais a importância que a natureza representa ao homem e a necessidade de preservá-los. Mas as dificuldades trazidas pela desenvolvimento

desmatamento foi incentivado, inclusive pelo próprio INCRA, uma vez que essa era a forma de representar a territorialização dos produtores. Isso pode ser confirmado na fala do atual Superintendente do INCRA, pelo coordenador do GTA (Grupo Técnico Ambiental) e pelo Secretário de Meio Ambiente do Estado, quando questionados sobre os motivos do quadro de desmatamento hoje nos assentamentos.

Quando eu entrei no INCRA no governo militar ainda, a orientação que davam para os assentados era de que fizessem benfeitorias em seus lotes, sob a pena de perder os lotes; a benfeitoria era o desmatamento este seria como uma marca de que a pessoa está produzindo, incentivava o desmatamento. Isto é consequência da falta de conhecimento do problema climático do problema do equilíbrio do ambiente e assim por diante. (PAZ, 2009)

No início dos anos 70 era estimulado (*desmatamento*), eu entrei com 11 anos de INCRA e posso te dizer, cansei de chegar em propriedade e ter criticado até que o camarada não tinha desmatado [...] porque a política do seringueiro era manter a agricultura de subsistência tradicional e manter a floresta. (MEDEIROS, 2009)

Tem duas situações, primeiro quanto aos assentamentos mais antigos se tinha uma política, de ocupar a área, precisamos ocupa essa área! Então os produtores eram colocados ali, e ele tinha que desmatar para valoriza a sua área, ocupar a sua área, essa é uma diretriz de momento, para fazer a ocupação daquela área teremos então que desbravar. (AMARAL, 2009)

Somado ao fato do incentivo ao desmatamento, associamos a inserção das atividades agropecuárias. Como vimos anteriormente a prática com a agricultura era extremamente regulada pelos seringalistas, quando não proibida. Em muitos casos como foi exposto acima, não havia tempo para este tipo de atividade, uma vez que o trabalho com a borracha tomava o dia do seringueiro, inclusive dos jovens. Basta lembrar que a educação para os filhos dos seringueiros era proibida, justamente para que os mesmos dedicassem todo o tempo a produção da borracha. A agricultura era, para muitos deles uma atividade distante, cuja prática foi interceptada pelos seringalistas. Portanto, quando os mesmos chegam aos lotes do INCRA tiveram que reaprender ou aprender estas práticas. Como a assistência técnica sempre foi pouco freqüente nos projetos, essa prática fica comprometida nos assentamentos. Somado a isso, o tamanho das áreas e

---

econômico a qualquer preço, tem imposto barreiras a esta preservação, haja visto a exploração da madeira, a biopirataria, entre outros. Tudo isso também coloca em cheque a questão do desenvolvimento sustentável. Será que os projetos, programas e políticas de desenvolvimento realmente andam considerando a sustentabilidade ambiental e social?

falta de crédito também eram limitantes ao sucesso produtivo das pequenas propriedades, o que pode ser estendido aos lotes de assentamentos.

A prova disso é que a pequena propriedade no Estado teve sua origem em grande parte, nas antigas colônias implantadas pelo governo local, com lotes de, em média, 25 ha. Considerando-se que cinco hectares podem ser utilizados para construção, ficam 20 ha para atividades agrícolas e rotação de terras, dentro do sistema usual na região.

Se se considerar que uma família utiliza cinco hectares para seu sustento, no sistema de rotação de terras, em quatros anos ele terá utilizado toda a área disponível do lote. Admite-se que, efetuada três vezes seguidas esta operação, o solo estará esgotado, sobretudo quando se sabe que, em geral, o pequeno agricultor acreano não dispõe de crédito, nem de um sistema eficiente de assistência técnica. Nessas condições, resta ao minifúndio acreano migrar para a cidade, ou alugar sua força de trabalho. (IBGE, 1989, pg 131)

Os produtores sofrem, portanto, um momento de reterritorialização, ou seja, vão estabelecer com o território, novas relações, diferentes da situação vivida nos seringais. Os fatores discorridos acima evidenciam a forma com que a Reforma Agrária deu seus primeiros passos no Estado do Acre. Assim como discutido no primeiro capítulo, o Estado não soube lidar com as diferenças regionais, as diferentes formas de ocupação e uso do território. A tentativa de homogeneização através de uma única direção de desenvolvimento desencadeou processos degradantes, tanto ambiental quanto social.

Um agravante a toda a questão ambiental é avanço da pecuária nas áreas de assentamento. A pecuária trazida como prática moderna de ocupação, incentivada pelo Estado, apresentou-se aos assentados como alternativa de renda. A facilidade na forma de cria, transporte e comercialização acabam por atrair a preferência dos assentados devido às dificuldades agregadas a outros tipos de produção, como a agrícola (transporte, preparo do solo, plantio, colheita, comercialização, etc). A pecuária teoricamente dispensa transporte, gastos com alimentação do rebanho uma vez que a pastagem cresce sob o solo degradado, a pecuária predominante é a de corte uma vez que a pecuária leiteira exige alimentação constante e de boa qualidade para a produção de leite.

Um exemplo desta problemática é apresentada no trabalho de Guerra (2004) quando estuda o PDS São Salvador no Estado do Acre, demonstrando que a lógica da pecuária tem chamado a atenção dos agricultores, inclusive dentro dos PDS.

Até 1994 as principais atividades econômicas realizadas em São Salvador eram a extração da borracha e da madeira. A agricultura era destinada apenas para o consumo interno. Com a queda do preço da

borracha no mercado internacional, no início dos anos 1990, o seringalista abandonou a área e os trabalhadores tiveram de buscar a sua autonomia. A partir de então os seringueiros se empenharam na agricultura, na caça, na pesca e na produção de madeira serrada, gerando uma pressão sobre esses recursos naturais. Menos de uma década após essas mudanças, grande parte da produção agrícola, cujo principal produto é a farinha, é comercializada nos centros urbanos mais próximos, em Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul. A perspectiva dos assentados é que, futuramente, a pecuária venha a ser a principal atividade, uma vez que é, para eles, a atividade em que é aplicado o menor esforço e da qual obtém-se o maior rendimento (GUERRA, 2004, pg 06).

Apesar das “facilidades” na criação do gado, a atividade causa compactação do solo, degradação de APPs para criação de aguada, incorporação de novas glebas (cobertas por floresta, ou capoeira) para abertura de novos pastos. Na entrevista feita com o Superintendente do INCRA, o mesmo comenta o fato confirmando a preferência histórica dos assentados pela pecuária, na falta de alternativas.

Saiu a borracha, qual a alternativa a curto prazo... a pecuária. A pecuária chegou e deu no que deu. Você pega um homem, uma família, num estado do norte, numa colocação de trezentos ou quatrocentos hectares e traz para um lote de 80 a 100 hectares, para ele aquilo é um absurdo, segundo ele não conhece aquela relação de trabalho de produção agrícola, de trabalhar a agricultura, este homem então sabendo que estava sendo derrotado naquela nova relação de trabalho uma parte desistiu, não aceitou, outra aderiu ao desmatamento, muitos foram explorar seringal na Bolívia por não haver espaço para ele aqui no extrativismo. (PAZ, 2009)

Na publicação de Sparovek (2003), em que o mesmo analisa a qualidade ambiental dos assentamentos de Reforma Agrária o mesmo chega a conclusões interessantes que vão de encontro a realidade que encontramos no Estado do Acre.

O passivo ambiental [dos assentamentos] pode ser explicado de três formas: a seleção de áreas para reforma agrária prioriza (não se preocupa com) situações em que a degradação ambiental é mais expressiva e isso traz, em tese, a responsabilidade de recuperação para o governo ou os futuros assentados, sem ônus ao proprietário desapropriado; b) a implantação dos sistemas de produção agrícola levam à degradação das APPs [áreas de preservação permanente] e RLs [reservas legais], fato que pode ser oriundo da demora na liberação de créditos, forçando os assentados a buscar recursos na exploração desses recursos naturais (extração de madeira e carvão em APPs e RLs ou em outras áreas sem planejamento); c) as áreas em que são implantados assentamentos ainda apresentam predominância de cobertura florestal, sendo assim necessário o desmatamento para viabilizar os sistemas de produção. (SPAROVEK, 2003, p. 175)

É importante ressaltar ainda, que no Estado do Acre existem estilos de projetos diferenciados, que demonstram que demandas sociais diferenciadas foram consideradas neste histórico, como os Projetos Agroextrativistas, Projetos de Assentamento Florestal e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável. Neste momento temos que destacar a luta dos movimentos dos seringueiros encabeçada por Chico Mendes que já indicava que a forma de ocupação que estava disponibilizada naquele momento para os seringueiros era inadequada a seus propósitos.

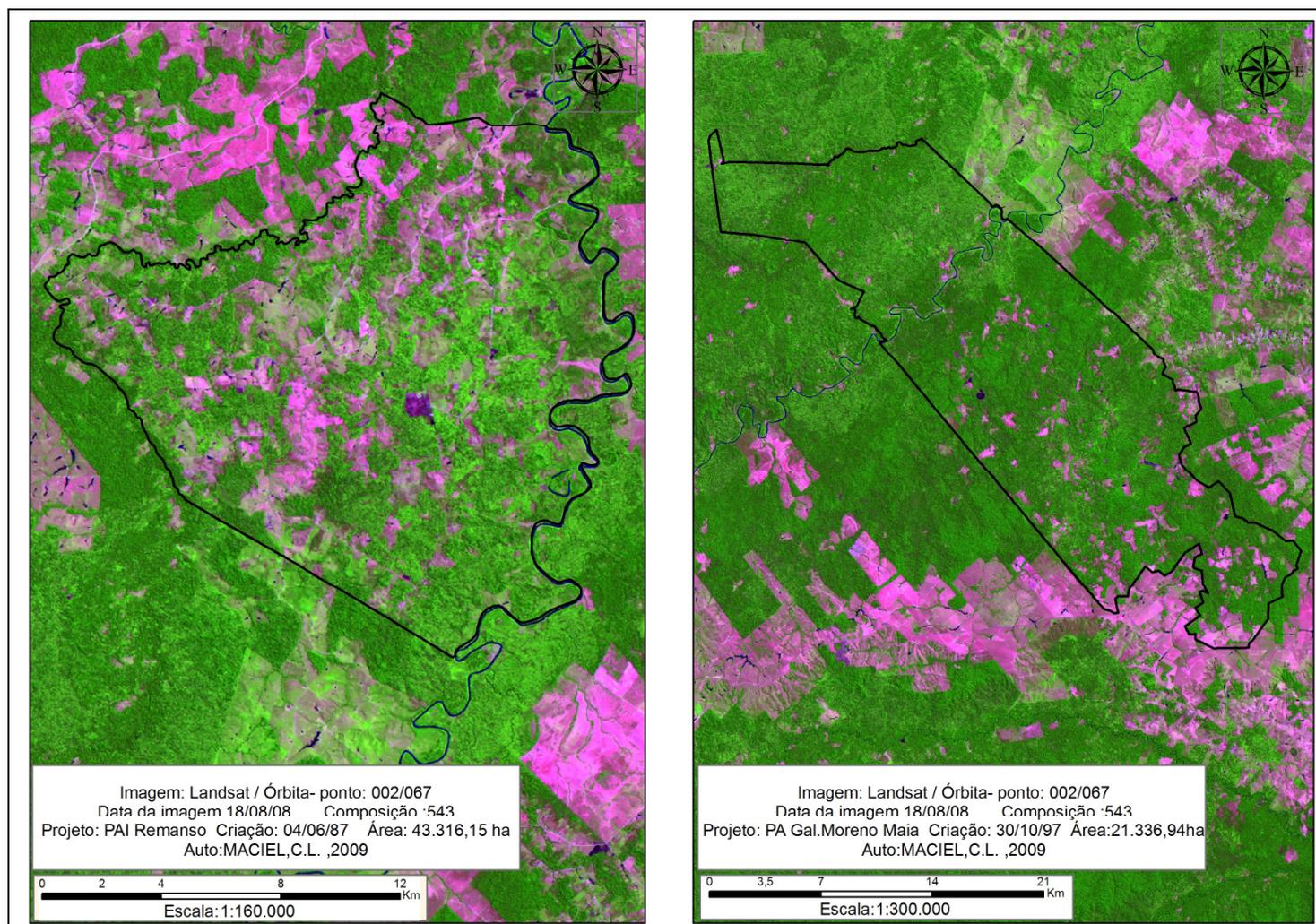
A incorporação da questão ambiental a luta dos seringueiros teve um propósito estratégico, que deu força e visibilidade ao movimento a nível internacional. Como a floresta era o meio de sobrevivência para os seringueiros, não foi difícil agregar este fator a luta. O mais interessante destacado na fala de Chico Mendes foi sua percepção quanto a desmobilização do movimento trazido pela Reforma Agrária que estava sendo feita. Ele percebeu que a ida para os lotes não levava a um futuro interessante para os seringueiros, sendo que o melhor seria sua permanência na floresta, permanência da prática do corte da seringa, e autonomia para os trabalhadores. A luta do movimento dos seringueiros resultou na criação de projetos de assentamento diferenciados, como por exemplo, o PAE Chico Mendes, conhecido como Seringal Cachoeira (criado em 1989). Pode-se dizer que o PAE é um marco na em relação a formas alternativas de ocupação da floresta.

Neste período foram criados pelo INCRA dois PAEs, Remanso em 1987 e Santa Quitéria em 1987. Quando questionado sobre a motivação da criação dos PAEs em geral no Estado, como uma política ambiental, o Superintendente Regional da SR14 afirma que estes foram criados por pressão do governo Fernando Henrique e uma denúncia feita no Senado Federal, no entanto desconsiderou os que foram criados antes deste período. Tudo indica que a pressão realizada pelo movimento dos seringueiros pode ter desencadeado a criação deste tipo de projeto.

Ali foi apenas uma pressão, uma pressão existente. Uma denuncia que houve no Senado Federal do desmatamento da Amazônia e no governo FHC, que tinha o ministro Jungmann, criaram alguns projetos agro-extrativistas só para dar satisfação a sociedade. Criaram mas não fizeram um trabalho de formação e de manejo a prova é que uns quando eu cheguei estava pecuarizando. Mas a política ambiental é aquela que eu crio executo e dou continuidade, o que não foi feito. (PAZ, 2009)

Essas tipologias de projeto não são estruturadas de forma tradicional, como nos PAs, são ocupadas por colocações com limite de exploração em hectares, mas a floresta deve ser mantida para uso de todos, sendo que as áreas são geridas também pelas associações presentes nos PAEs. Como veremos no capítulo seguinte, esta tipologia de projeto é a que menos desmata, confirmando o que preconizava o movimento dos seringueiros na década de 1980.

**Mapa 1 - Diferença de cobertura florestal entre PA e PAE**



Fonte: IMAC e INCRA.

Para entender a realidade do Acre em relação a cobertura florestal dos assentamentos apresentaremos no capítulo seguinte alguns dados sobre o desmatamento nos assentamentos e também dados sobre o licenciamento ambiental dos assentamentos de Reforma Agrária, iniciando com a explicação da metodologia utilizada na aquisição dos dados tanto do desmatamento quanto das entrevistas que foram realizadas. A seguir discutiremos estes dados. Para efeito de encadeamento lógico da análise, informamos que para analisar a questão ambiental dos assentamentos seguiremos o historio de

resoluções do CONAMA e Acórdãos do TCU que foram a partir de 2001 os balizadores da atuação do INCRA neste quesito. São eles: Resolução 289/CONAMA de 2001; Resolução 318/CONAMA de 2002; TAC firmado em 2003 entre MDA, INCRA, MA, IBAMA E MP; Acórdão TCU 516/2003; Acórdão TCU 557/2004; Resolução CONAMA 387/2006; Acórdão TCU 2633/2007; Acórdão TCU 1097/2008. Esses acórdãos são muito esclarecedores quanto a conduta do INCRA em relação a questão ambiental, e foram de fundamental importância para a pesquisa.

--CAPITULO 06 --

**SITUAÇÃO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO INCRA  
NO ESTADO DO ACRE: RESULTADOS E DISCUSSÕES**

**6.1 - Descrição dos dados primários e metodologia para produção dos dados do desmatamento e realização de entrevistas**

Para visualizar a situação ambiental dos Projetos de Assentamentos do Acre, utilizaremos o produto do projeto de monitoramento do avanço do desmatamento do Estado, denominado “*Projeto de Monitoramento da Cobertura Florestal do Estado do Acre*”(PMCFEA)<sup>5</sup>.

O PMCFEA é resultado de um trabalho elaborado a partir das imagens do satélite Landsat. A metodologia de trabalho foi fornecida ao Estado do Acre(especificamente ao IMAC e FUNTAC) pelo AMAZON e consiste em uma classificação supervisionada das imagens de satélite acima mencionadas. O objetivo é acompanhar a evolução do desmatamento ano a ano, para direcionar as políticas ambientais do Estado, no que diz respeito a fiscalização, monitoramento e implementação de programas e projetos. O PMCFEA utiliza imagens do satélite Landsat 5 para a produção dos dados. Falaremos rapidamente sobre as características deste satélite.

O primeiro satélite Landsat foi lançado em 1972. A partir daí os sensores que estão a bordo dos satélites foram sendo atualizados para modelos com maior captura e melhor resolução espacial. Os primeiros satélites tinham a bordo sensores denominados MSS (Multispectral Scanner System) e RBV(Return Beam Vidicon). Esses sensores captam quatro faixas do espectro eletromagnético abaixo identificadas:

**Tabela 4 - Características espectrais e espaciais do sensor MSS**

Banda	Faixa espectral	Região do Espectro	Resolução Espacial
4	0,5 a 0,6 $\mu\text{m}$	Verde	80 metros
5	0,6 a 0,7 $\mu\text{m}$	Vermelho	80 metros
6	0,7 a 0,8 $\mu\text{m}$	IR Próximo	80 metros
7	0,8 a 1,1 $\mu\text{m}$	IR Próximo	80 metros

Fonte: Instituto de pesquisas Espaciais(INPE). Organizado por: SALGADO, Cristiane Batista. 2009

Os três primeiros satélites Landsat lançados (Landsat 1, 2 e 3) tinham a bordo os sensores acima citados. As imagens correspondentes ao período de 1972 a 1982 só podem ser adquiridas com as especificações descritas na tabela 04. Na tabela 05 estão

<sup>5</sup> Abreviação nossa.

descritos os períodos imageados pelos satélites Landsat, os sensores a bordo de cada um e o número de bandas captadas.

**Tabela 5 – Períodos de operação dos satélites Landsat**

Satélite	Lançamento	Desativação	Sensores	Bandas
1	23/7/1972	6/1/1978	MSS e RBV	4
2	22/1/1975	25/1/1982	MSS e RBV	4
3	5/3/1978	31/3/1983	MSS e RBV	4
4	16/7/1982	Em órbita	TM e MSS <sup>6</sup>	7
5	1/3/1984	Em órbita	TM e MSS <sup>7</sup>	7
6	5/10/1993	Falha no lançamento	ETM	7 + 1 pan(15m)
7	15/4/1999	Em orbita	ETM	7 + 1 pan(15m)

Fonte: Instituto de pesquisas Espaciais(INPE), NASA (National Aeronautics and Spaces Administration).  
Organizado por: SALGADO, C. B, 2009

Os sensores MSS estão desativados. Na atualidade são usadas imagens dos sensores TM (Thematic Mapper) e ETM (Enhanced Thematic Mapper). Estes sensores captam 07 faixas do espectro eletromagnético e produzem uma imagem com a resolução espacial de 30 metros. Isso significa dizer que uma área de 30x30m (0,09ha) é representada por uma cor na imagem produzida. Existem 256 níveis de cinza que podem ser aplicados na construção da imagem, ou seja, existem 256 tons de cinza variando no intervalo das cores preta e branca. Portanto, de acordo com a radiação eletromagnética que chega ao sensor, ele atribui um valor aquela célula, ou ao pixel, de 30x30 e a cada valor atribui uma cor. Pensando nisso, podemos de antemão informar as dificuldades para trabalhar uma imagem com tal resolução espacial.

Em uma área de 30x30 metros podem existir diferentes objetos (árvores, áreas de pastagem, etc). O satélite dará apenas uma cor para essa área. Esse procedimento pode obscurecer a informação correta da realidade, gerando uma cor que é interpretada como desmatamento, por exemplo, mas que, no entanto, pode ter parte de cobertura florestal. De qualquer forma, os dados produzidos pelas imagens são importantes, pois nos dão uma parcial muito aproximada da realidade nos aproximando de áreas de difícil acesso, permitindo acompanhar a evolução das ações humanas(desmatamento, por exemplo) e naturais (movimentação de um rio meandrante, por exemplo).

Cada objeto no solo possui uma característica no que diz respeito a luz refletida, como por exemplo a água (clara e barrenta), a floresta (aberta, fechada, campos, etc), solo

<sup>6</sup> O sensor MSS foi desativado em 1992 segundo informações da USGS (United States Geological Survey), no site: <http://www.usgs.gov>.

<sup>7</sup> O sensor MSS foi desativado em 1995, segundo informações do site da NASA (National Aeronautics and Spaces Administration), no site: <http://landsat.gsfc.nasa.gov>.

exposto, etc. O sensor capta estas diferenças de emissão de luz transformando-as em números, como uma matriz matemática com vários valores. E assim, atribuindo valores ao que é refletido a partir do solo, o sensor do satélite agrega os dados que darão origem as imagens do satélite.

**Tabela 6 - Características dos Sensores TM e ETM**

Banda	Intervalo espectral ( $\mu\text{m}$ )	Principais características e aplicações das bandas <i>TM</i> e <i>ETM</i> dos satélites <i>LANDSAT 5</i> e <i>7</i>
1	(0,45 - 0,52)	Apresenta grande penetração em corpos de água, com elevada transparência, permitindo estudos batimétricos. Sofre absorção pela clorofila e pigmentos fotossintéticos auxiliares (carotenóides). Apresenta sensibilidade a plumas de fumaça oriundas de queimadas ou atividade industrial. Pode apresentar atenuação pela atmosfera.
2	(0,52 - 0,60)	Apresenta grande sensibilidade à presença de sedimentos em suspensão, possibilitando sua análise em termos de quantidade e qualidade. Boa penetração em corpos de água.
3	(0,63 - 0,69)	A vegetação verde, densa e uniforme, apresenta grande absorção, ficando escura, permitindo bom contraste entre as áreas ocupadas com vegetação (ex.: solo exposto, estradas e áreas urbanas). Apresenta bom contraste entre diferentes tipos de cobertura vegetal (ex.: campo, cerrado e floresta). Permite análise da variação litológica em regiões com pouca cobertura vegetal. Permite o mapeamento da drenagem através da visualização da mata galeria e entalhe dos cursos dos rios em regiões com pouca cobertura vegetal. É a banda mais utilizada para delimitar a mancha urbana, incluindo identificação de novos loteamentos. Permite a identificação de áreas agrícolas.
4	(0,76 - 0,90)	Os corpos de água absorvem muita energia nesta banda e ficam escuros, permitindo o mapeamento da rede de drenagem e delineamento de corpos de água. A vegetação verde, densa e uniforme, reflete muita energia nesta banda, aparecendo bem clara nas imagens. Apresenta sensibilidade à rugosidade da copa das florestas (dossel florestal). Apresenta sensibilidade à morfologia do terreno, permitindo a obtenção de informações sobre Geomorfologia, Solos e Geologia. Serve para análise e mapeamento de feições geológicas e estruturais. Serve para separar e mapear áreas ocupadas com <i>pinus</i> e <i>eucalipto</i> . Serve para mapear áreas ocupadas com vegetação que foram queimadas. Permite a visualização de áreas ocupadas com macrófitas aquáticas (ex.: aguapé). Permite a identificação de áreas agrícolas.
5	(1,55 - 1,75)	Apresenta sensibilidade ao teor de umidade das plantas, servindo para observar estresse na vegetação, causado por desequilíbrio hídrico. Esta banda sofre perturbações em caso de ocorrer excesso de chuva antes da obtenção da cena pelo satélite.
6	(10,4 - 12,5)	Apresenta sensibilidade aos fenômenos relativos aos contrastes térmicos, servindo para detectar propriedades termais de rochas, solos, vegetação e água.
7	(2,08 - 2,35)	Apresenta sensibilidade à morfologia do terreno, permitindo obter informações sobre Geomorfologia, Solos e Geologia. Esta banda serve para identificar minerais com íons hidroxilas. Potencialmente favorável à discriminação de produtos de alteração hidrotermal.

Fonte: Instituto de pesquisas Espaciais(INPE).

Como pode ser observado acima, os objetos no solo tem maior ou menor sensibilidade a alguma faixa do espectro. A análise desta sensibilidade ajuda na interpretação dos dados enviados pelo sensor e posteriormente a análise das imagens.

O PMCFEA utiliza imagens do Landsat 5, que na atualidade são fornecidas gratuitamente pelo INPE. As imagens quando adquiridas estão sem georreferenciamento<sup>8</sup> e com as bandas desagrupadas. No laboratório agupa-se as bandas e georreferencia-se as imagens. Na metodologia do projeto, a banda 6 (termal) fica fora do agrupamento, por se tratar de uma banda com resolução espacial diferente das demais. Portanto, para o desenvolvimento do projeto usam-se as bandas 1, 2, 3, 4, 5, e 7.

O projeto do Estado foi estruturado da seguinte forma: utilizou-se como ano base para o cálculo do avanço de desmatamento o ano de 1988. Os incrementos vieram a partir de 1994. Ou seja, tem-se no resultado final do processo o desmatamento de 1988 para todo o Estado do Acre e os acréscimos a partir de 1994. O período que vai de 1989 a 1993 não foi contabilizado.

A metodologia<sup>9</sup> de trabalho do PCMFEA pode ser resumida em 05 fases:

01- Aquisição das Imagens

02- Tratamento das Imagens e Georreferenciamento

03- Classificação

04- Supervisão dos dados da classificação

05- Mosaico do Incremento do ano processado com os anos já classificados

Em 2008 o Estado fez uma avaliação dos dados produzidos neste projeto. Observou-se que alguns erros produzidos no passado (como por exemplo, georreferenciamentos imprecisos) causaram erros de classificação que foram se acumulando ao longo dos anos prejudicando a qualidade dos dados finais. No momento estes dados estão sendo revisados. Todas as imagens utilizadas no projeto foram novamente georreferenciadas e no momento discute-se o método de classificação das imagens. Desta forma, os dados serão todos reavaliados.

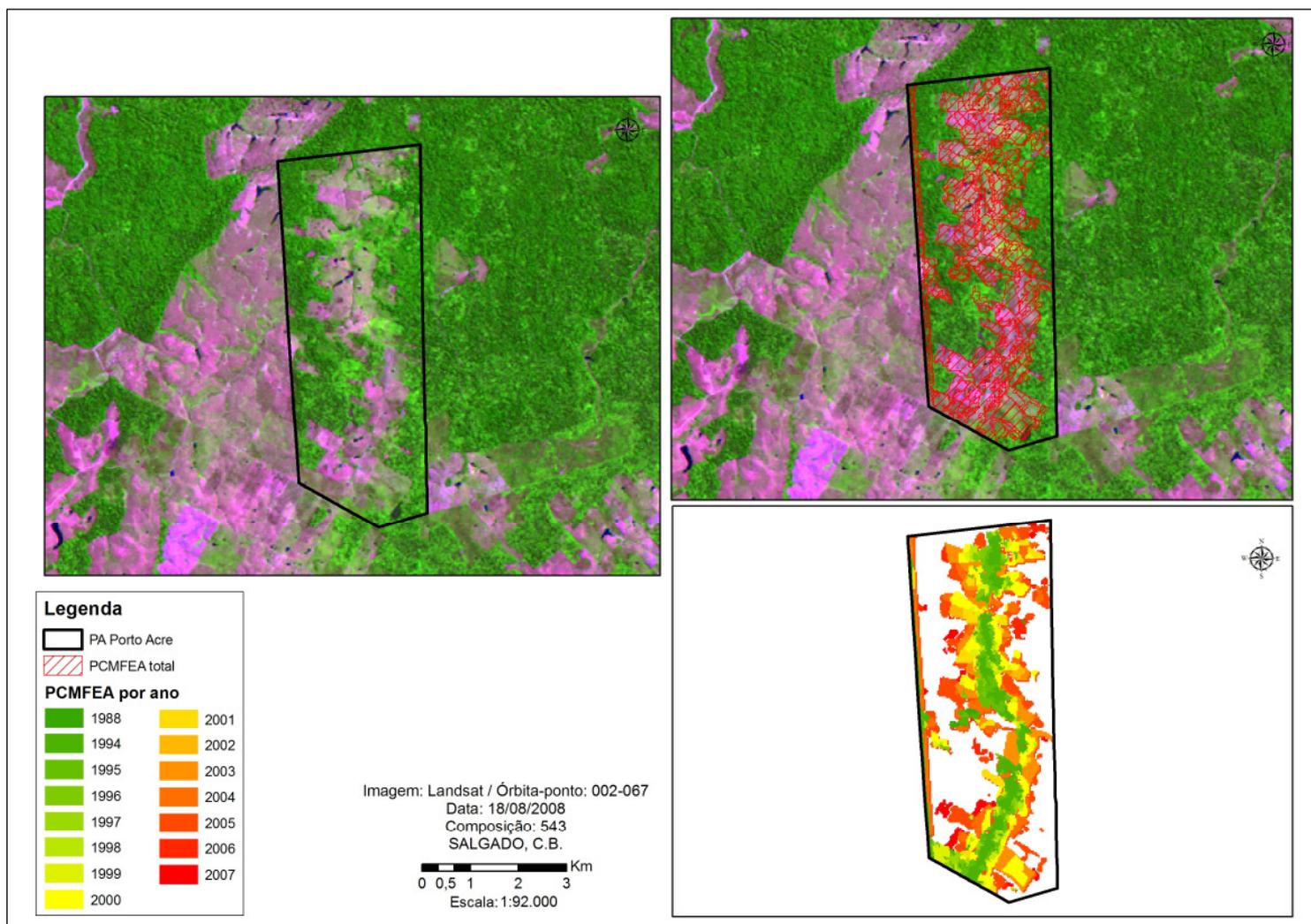
---

<sup>8</sup> O processo de georreferenciamento de uma imagem significa aproximar sua posição aparente de sua localização real. A base de ajuste do Estado são as imagens chamadas Geocover. Estas são imagens do satélite Landsat que foram ajustadas pela NASA, usando procedimentos específicos de correção e precisão como, por exemplo, a ortorretificação. Elas são dos anos de 1999 e 2000 e são parâmetros para ajustes das demais imagens não processadas.

<sup>9</sup> A metodologia detalhada do PCMFEA pode ser encontrada no artigo **Dinâmica do desmatamento do Estado do Acre (1988-2004)** que está disponível no seguinte endereço:  
<<http://www.imazon.org.br/publicacoes/publicacao.asp?id=504>>

Utilizaremos o produto sem revisão, com incremento até o ano de 2007 com o objetivo de avaliar a situação ambiental dos assentamentos. O dado revisado ainda não foi finalizado. O maior erro que pode conter o dado está no seu cálculo de incremento anual. No entanto, no que diz respeito ao somatório do desmatamento o dado é mais preciso. No mapa abaixo pode-se observar o PA Porto Acre, criado em 1997. A imagem de satélite ao fundo é do ano de 2008. A área em vermelho é o resultado do PCMFEA.

**Mapa 2 – Área Alterada no PA Porto Acre - (PCMFEA)**



Fonte: Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC) e INCRA. Organizado por SALGADO, C. B.

Entendemos que a atualização do dado não compromete os resultados e objetivos desta pesquisa, uma vez que, de qualquer forma o dado é um auxílio às interpretações. O dado já fora utilizado em outros trabalhos, como por exemplo, SILVA, VALENTIM, AMARAL e MELO, em a *Dinâmica do desmatamento no período de 1988 e 2007 do município Rio Branco, Acre, Brasil* (2009).

Para usar o produto, foram feitas adaptações. Além dos dados do desmatamento, queríamos identificar o quantitativo de cobertura florestal alterada no ano de criação dos assentamentos. Alguns assentamentos foram criados fora do período analisado pelo PCMFEA. Alguns anteriores a 1988 e outros no período de 1989-1993. Então, buscamos as imagens no site do INPE e identificamos manualmente os polígonos do desmatamento, somente dentro da área dos assentamentos. Depois de identificados, eles foram inseridos no arquivo geral do PCMFEA. Os assentamentos são os seguintes:

**Tabela 7 - Lista de assentamentos criados fora do período de cobertura do PCMFEA**

Nome do projeto	Data de criação	Modalidade
Boa esperança	31/10/1977	PAD
Carão	11/7/1991	PA
Chico Mendes	8/3/1989	PAE
Cumaru	24/9/1992	PA
Espinhara I	23/9/1986	PA
Figueira	29/1/1987	PA
Humaitá	8/6/1981	PAD
Nazaré	21/10/1992	PA
Pavão	24/4/1989	PA
Pedro Peixoto	31/10/1977	PAD
Porto Rico	11/7/1991	PAE
Quixada	13/4/1981	PAD
Remanso	4/6/1987	PAE
Riozinho	20/10/1989	PAE
Santa Luzia	30/8/1982	PAD
Santo Antônio do Peixoto	24/9/1992	PA
São João do Balanceio	11/7/1991	PA
Vista Alegre	25/2/1987	PA

Fonte: Dados SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária). Organizado por: SALGADO, Cristiane Batista. 2009

Para os anos de 1977 e 1981 foram usadas imagens dos satélites 1, 2 e 3, com sensor MSS e RBV, e resolução de 80 metros. No site do INPE não são disponibilizadas imagens do Landsat 4, portanto não existem imagens de 1982. Para o assentamento criado neste ano, utilizou-se a imagem de 1981.

É importante ressaltar que, tanto para os dados identificados manualmente como os classificados, existem limitantes que podem interferir na estimativa do desmatamento. As áreas de praia ao longo dos rios aparecem nas imagens (composição RGB-543) como áreas desmatadas. Normalmente elas são eliminadas, de acordo com o técnico que supervisiona a classificação, mas algumas podem ter entrado no cálculo. O mesmo

acontece com vegetação natural menos densa, como por exemplo, os tabocais, etc. As imagens com melhor visualização, ou seja, sem cobertura de nuvens, são do período de agosto a setembro, justamente no período de poucas chuvas, o que acentua estes problemas.

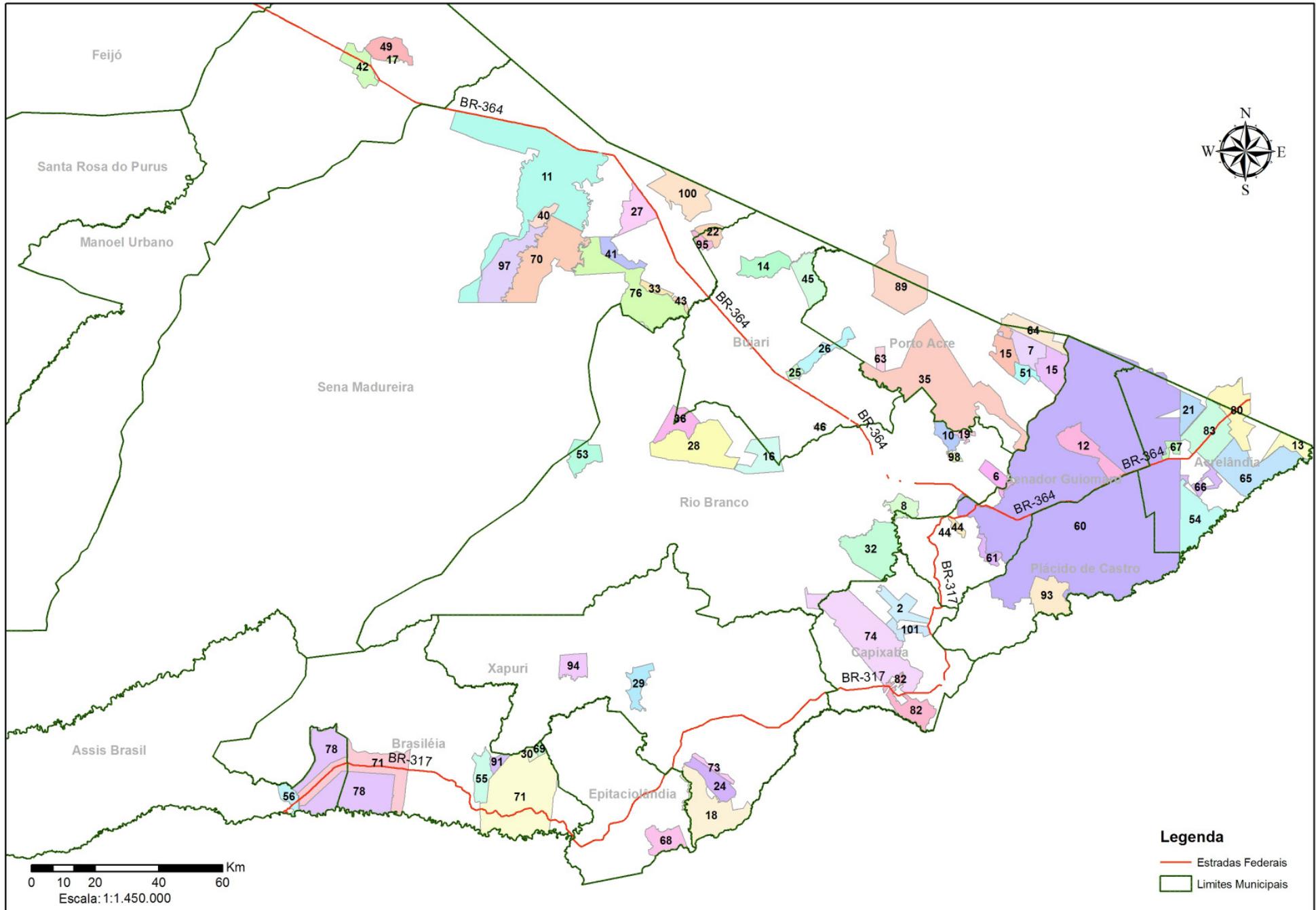
O produto final do PCMFEA é um arquivo no formato shape. Este arquivo pode ser usado pelos técnicos do Estado para caracterização da situação ambiental das propriedades rurais e demais análises necessárias aos procedimentos do órgão ambiental (IMAC).

Os polígonos digitais dos assentamentos foram cedidos pelo INCRA no formato shapefile. Originalmente estes polígonos foram elaborados por empresas privadas, em períodos diferentes, em formatos diferentes. Poucos deles foram feitos pela equipe técnica do INCRA. As técnicas de topografia utilizadas para a criação dos polígonos variam das mais antigas as mais modernas. Por este motivo os polígonos apresentam deslocamentos e sobreposições. Segundo o INCRA estes polígonos estão sendo corrigidos de acordo com a norma técnica para georreferenciamento de imóveis<sup>10</sup> rurais. Mas no arquivo fornecido, os polígonos ainda não foram corrigidos, sofrendo apenas adaptações que priorizaram os polígonos oriundos de levantamentos com técnicas mais modernas. Neste caso, foram eliminadas pequenas áreas de sobreposição. Este procedimento é importante, pois evita que os polígonos do desmatamento sejam contabilizados duas vezes nas áreas de sobreposição. No entanto, no caso do PAD Santa Luzia e PAF Recanto, existe uma grande área de sobreposição (3.254,64 ha) que não foi eliminada. Segue abaixo o mapa dos Projetos de Assentamento do Estado do Acre, contendo os polígonos que foram utilizados para o cálculo do desmatamento. Comentaremos mais a frente sobre os problemas que esta indefinição dos polígonos dos projetos geram no processo do Licenciamento Ambiental.

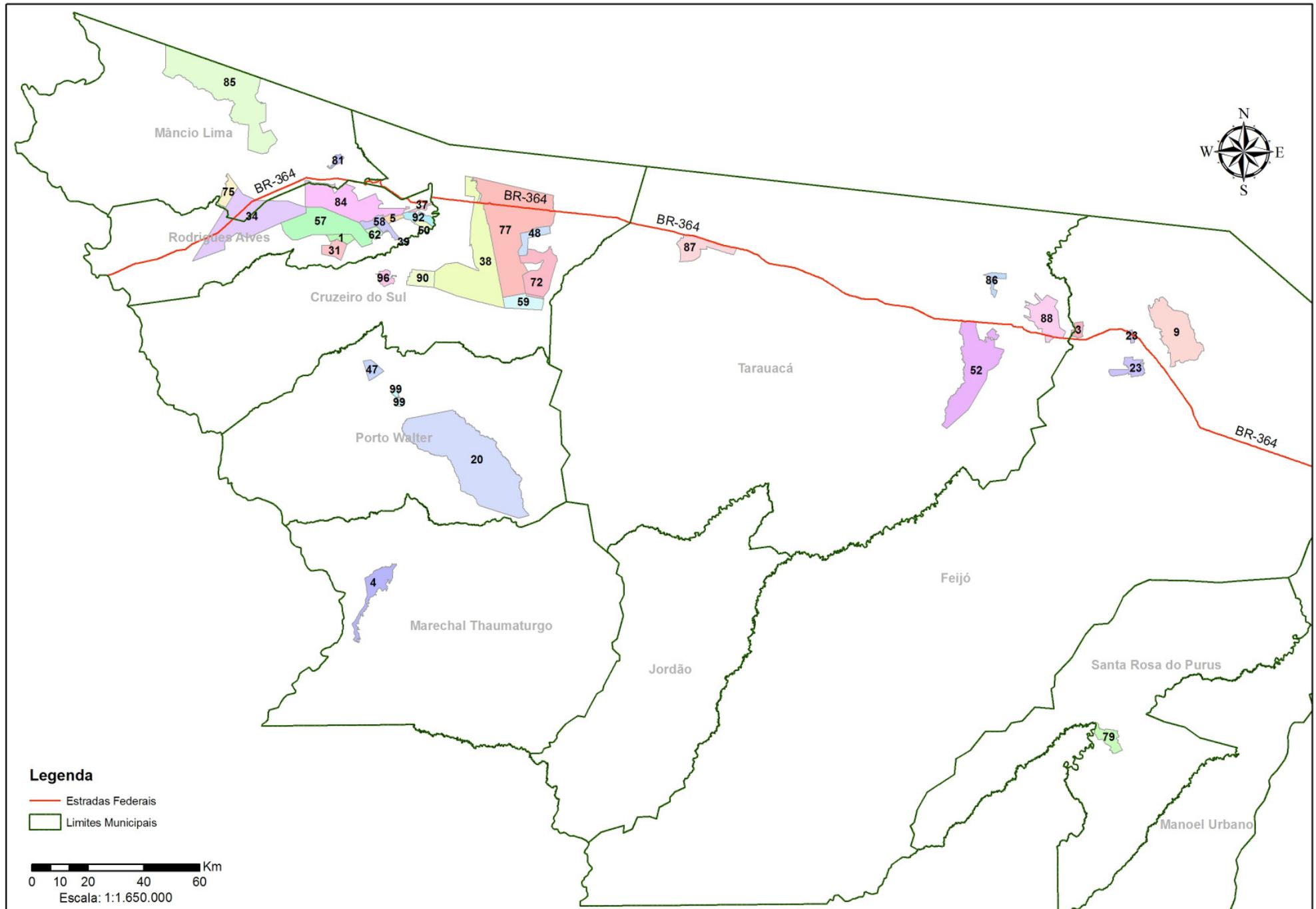
---

<sup>10</sup> A norma técnica foi publicada em novembro de 2003 e está disponível em: <  
<http://200.252.80.5/Cartografia/download/Norma%20T%C3%A9cnica.pdf>>

Mapa 3 – Localização dos projetos – Parte leste do Estado



Fonte: Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC) e INCRA. Organizado por SALGADO, C. B.  
**A numeração dos projetos corresponde a numeração da tabela 10**



Fonte: Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC) e INCRA. Organizado por SALGADO, C. B.

**A numeração dos projetos corresponde a numeração da tabela 10**

Os polígonos do desmatamento do PCMFEA foram cruzados com os polígonos dos assentamentos para a geração dos dados que serão apresentados no trabalho. Foram eliminadas do cruzamento dos dados as áreas que não são diretamente gestadas pelo INCRA, como por exemplo, os pólos municipais e estaduais, assim como os PAR que objetivam apenas a titulação de áreas. Portanto foram considerados nesta pesquisa apenas os projetos de assentamento que estão total ou parcialmente sob a gestão do INCRA (PAs, PADs, PDS, PAEs, e PAFs) e que foram apresentados no arquivo digital fornecido pelo mesmo.

Além dos dados do desmatamento foram realizadas entrevistas com o Superintendente do INCRA/SR-14: Carlos Augusto Lima Paz; Coordenador do GTA do INCRA: Aristóteles Barros Medeiros; Presidente do IMAC: Cleísa da Cunha Brasil Cartaxo e Secretário da SEMA/AC: Eufnan Ferreira do Amaral. Neste caso utilizamos um roteiro de entrevistas, e as mesmas foram gravadas. Os roteiros encontram-se no Anexo I. Algumas partes destas entrevistas foram utilizadas no capítulo anterior.

## 6.2 Apresentações dos dados de cobertura florestal dos projetos de Assentamento do Estado do Acre.

O Estado do Acre possui 16.407.983,72 ha de extensão. Deste total 31,74% são áreas de Unidade de Conservação (UC), 16,50% são Terras Indígenas (TI), 2,90% são propriedades particulares certificadas (dados de dezembro de 2008) pelo INCRA, 10,43% são Projetos de Assentamento (todas as modalidades foram incluídas) e 38,42% são áreas de posse, propriedades, e demais formas de ocupação.

**Tabela 8 - Área por tipo de ocupação**

<b>Descrição</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
Unidades de Conservação	5.208.375,39	31,74
Terras Indígenas	2.708.058,16	16,50
Imóveis Certificados	475.863,70	2,90
Projetos de Assentamento	1.711.931,58	10,43
Outros	6.303.754,89	38,42
<b>Total</b>	<b>16.407.983,72</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados digitais do ZEE II e INCRA. SALGADO, C. B, 2009.

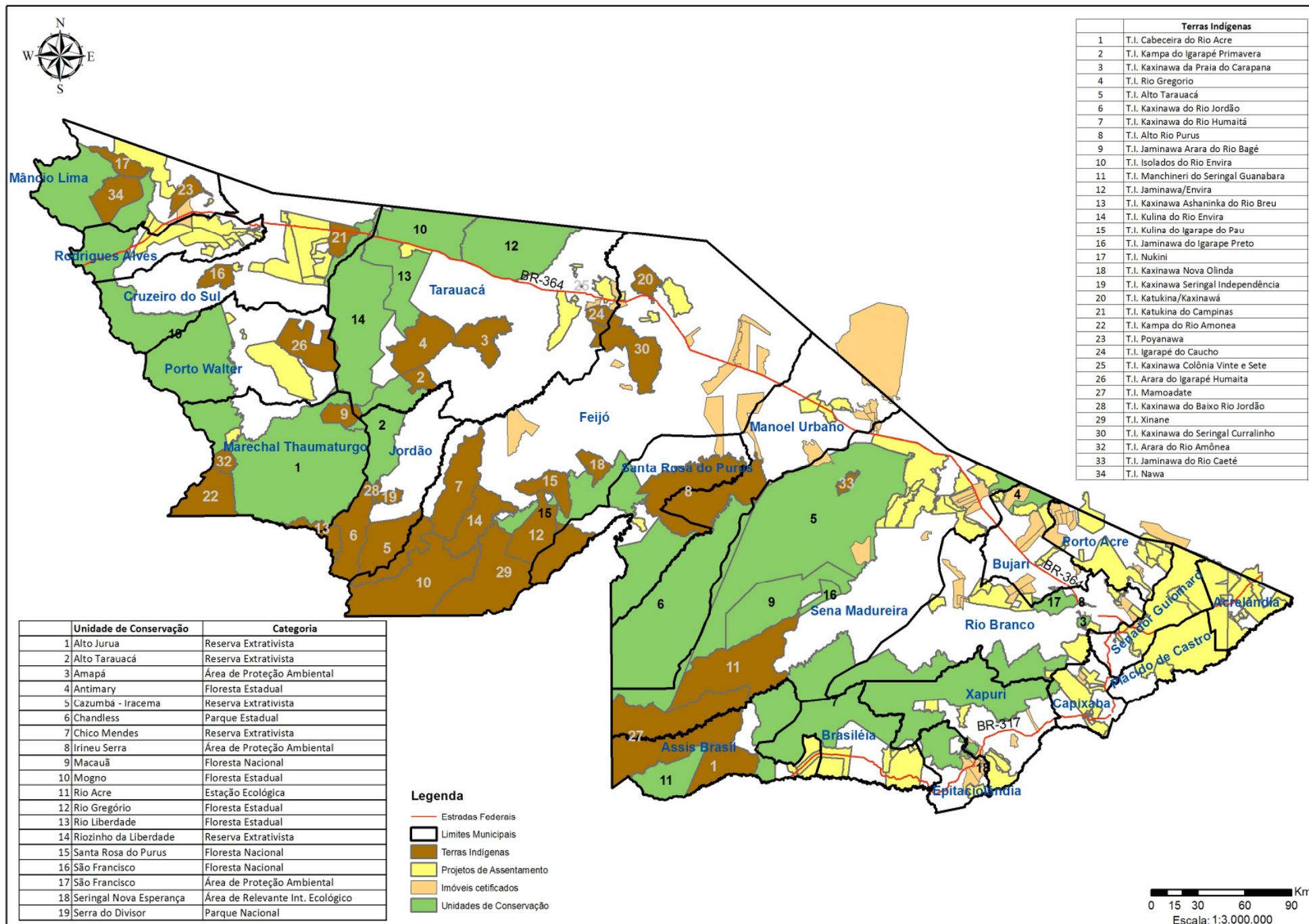
Deste total, existem polígonos sobrepostos que podem aumentar o total destas áreas. Há inclusive áreas sobrepostas ao mesmo tempo entre TIs, UCs e Projetos de Assentamento. Alguns imóveis certificados pelo INCRA encontram-se dentro de Unidades de Conservação como, por exemplo, o Seringal São João que está dentro da

Floresta Estadual do Antimary, o seringal Cachoeira está dentro da Resex Cazumbá Iracema, entre outros. Não foram identificadas todas as sobreposições, e os dados apresentados acima não consideram estas áreas, foi feito somente a soma do total. Portanto alguns destes dados podem estar em desacordo com a realidade ou em situação fundiária ainda indefinida. Algumas das sobreposições foram contabilizadas a título de exemplo, como pode ser observada na tabela abaixo. As áreas de sobreposição demonstram que a situação fundiária do Estado precisa ser revista e corrigida. Dos imóveis certificados, existem 02 polígonos que estão fora dos limites estaduais e foram excluídos do cálculo de área: Fazenda Novo Macapá e Seringal Granada.

**Tabela 9 - Áreas de sobreposição identificadas entre os polígonos**

<b>Descrição</b>	<b>Hectares</b>
Sobreposição entre PAD Santa Luzia e PAF Recanto	3.254,65
Sobreposição entre Flona Santa Rosa do Purus e TI Jaminawa Envira	69.161,80
Sobreposição entre Flona Santa Rosa do Purus e TI Xinane	6.305,75
Sobreposição do Parque Nacional da Serra do Divisor sobre TI Arara do Rio Amônia	4.000,18
Sobreposição entre Resex Alto Jurua sobre TI Arara do Rio Amônia	11.136,01
Sobreposição do PA Amônia sobre o Parque Nacional da Serra do Divisor	666,61
Sobreposição do PA Amônia sobre o Parque Nacional da Serra do Divisor e TI Arara do Rio Amônia	1.232,55
Sobreposição do PA Amônia sobre a TI Arara do Rio Amônia	572,39

Fonte: Dados digitais do ZEE II Fase e INCRA.



Fonte: Dados digitais do ZEE II e INCRA. Organizado por SALGADO, C. B.

O Estado do Acre possui hoje 101<sup>11</sup> projetos de assentamento sob a gestão do INCRA, criados no intervalo de 1977 a 2007. Segue abaixo a lista de projetos, com data de criação e modalidade, segundo informações do SIPRA.

**Tabela 10 - Projetos de Assentamento analisados**

	<b>Denominação</b>	<b>Data de Criação</b>	<b>Modalidade</b>
1	Alberto Santiago	15/8/2005	PA
2	Alcobras	24/11/1998	PA
3	Amena	26/12/1996	PA
4	Amônia	25/7/1996	PA
5	Arco-Íris	22/4/2005	PA
6	Baixa Verde	28/6/1996	PA
7	Barreiro	2/6/2005	PAE
8	Benfica	29/12/1994	PA
9	Berlim Recreio	10/6/2002	PA
10	Boa Água	30/5/1997	PA
11	Boa esperança	31/10/1977	PAD
12	Bonal	5/7/2005	PDS
13	Califórnia	4/12/2006	PA
14	Canary	10/3/1997	PAE
15	Caquetá	10/3/1997	PA
16	Carão	11/7/1991	PA
17	Castelo	27/4/2005	PA
18	Chico Mendes	8/3/1989	PAE
19	Colibri	31/10/1995	PA
20	Cruzeiro do Vale	25/7/2001	PAE
21	Cumaru	24/9/1992	PA
22	Edilsa Carneiro	28/4/2006	PDS
23	Envira	26/12/1996	PA
24	Equador	20/7/2001	PAE
25	Espinhara I	23/9/1986	PA
26	Espinhara II	19/11/1998	PA
27	Favo de Mel	31/10/1995	PA
28	Figueira	29/1/1987	PA
29	Floresta	6/11/2007	PDS
30	Fortaleza	15/9/2004	PA
31	Francisco Pimentel	16/8/2005	PDS
32	Gal. Moreno Maia	30/10/1997	PA
33	Geraldo Fernandes	7/6/2006	PDS
34	Havaí	8/4/2004	PAF
35	Humaitá	8/6/1981	PAD
36	Itamaraty	15/9/2004	PA

<sup>11</sup> Esse total diz respeito a quantidade de polígonos presentes no arquivo digital do INCRA. Se existem outros assentamentos criados neste período (1977-2007), eles ainda não foram lançados na base digital do órgão.

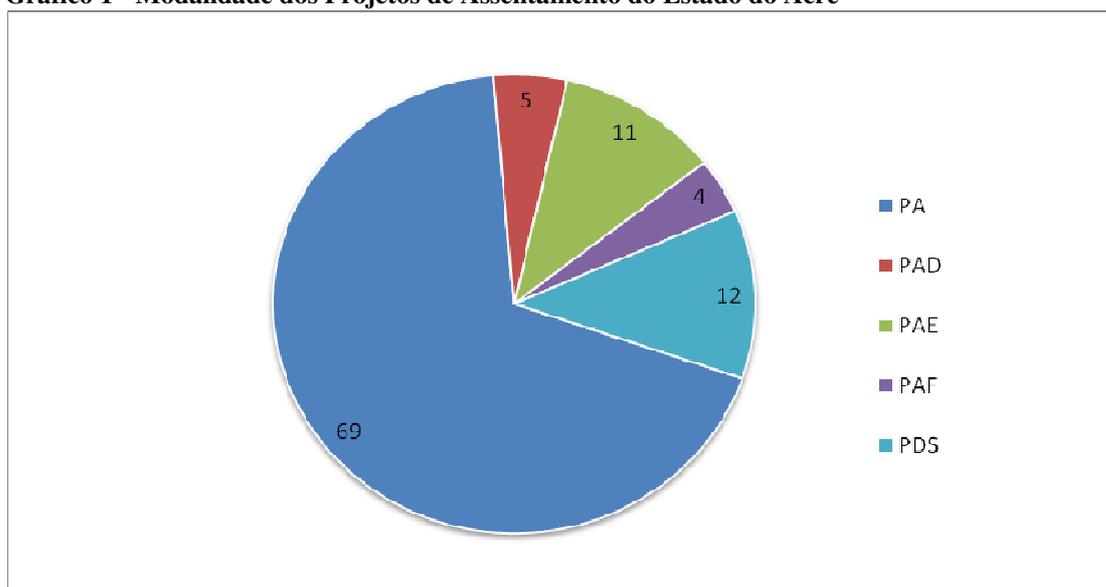
37	Iucatan	13/9/1996	PA
38	Jamil Jereissati	12/7/2004	PDS
39	João Ademir	22/4/2005	PA
40	João Batista	9/6/2005	PA
41	Joaquim de Matos	13/12/2002	PA
42	Liberdade	10/11/1998	PA
43	Lídia Craveiro	19/9/2006	PDS
44	Limeira	11/9/1998	PA
45	Limoeiro	19/3/1998	PAE
46	Luz da Vida	5/5/2006	PA
47	Minas	15/8/2005	PA
48	Narciso Assunção	7/8/2001	PA
49	Nazaré	21/10/1992	PA
50	Nova Cintra	13/9/1996	PA
51	Nova Esperança	1/6/2005	PDS
52	Novo Destino	10/5/1995	PA
53	Oriente	9/9/1998	PA
54	Orion	22/1/1998	PA
55	Pão de Açúcar	3/2/1999	PA
56	Paraguassu	15/9/2004	PA
57	Paraná dos Mouras	10/3/1997	PA
58	Pavão	24/4/1989	PA
59	Pedro Firmino	3/8/2001	PA
60	Pedro Peixoto	31/10/1977	PAD
61	Petrolina	2/6/2005	PA
62	Porfírio Ponciano	15/10/2001	PA
63	Porto Acre	30/10/1997	PA
64	Porto Alonso	11/3/1999	PA
65	Porto Dias	20/10/1989	PAE
66	Porto Luiz I	23/8/2004	PDS
67	Porto Luiz II	9/8/2004	PA
68	Porto Rico	11/7/1991	PAE
69	Princesa	3/2/1999	PA
70	Providência Capital	8/4/2004	PAF
71	Quixada	13/4/1981	PAD
72	Recanto	10/10/2005	PAF
73	Recanto do Equador	5/5/2006	PDS
74	Remanso	4/6/1987	PAE
75	Rio Azul	4/11/1996	PA
76	Riozinho	20/10/1989	PAE
77	Santa Luzia	30/8/1982	PAD
78	Santa Quitéria	24/6/1988	PAE
79	Santa Rosa	14/11/1997	PA
80	Santo Antônio do Peixoto	24/9/1992	PA
81	São Domingos	26/12/1996	PA
82	São Gabriel	28/6/1996	PA

83	São João do Balanceio	11/7/1991	PA
84	São Pedro	24/6/1988	PA
85	São Salvador	19/6/2001	PDS
86	Sete Lagoas	30/11/2006	PDS
87	Taquari	18/9/1998	PA
88	Tarauacá	7/7/1997	PA
89	Tocantins	14/11/1997	PA
90	Tracuí	23/8/1996	PA
91	Três Meninas	3/2/1999	PA
92	Treze de Maio	3/2/1999	PA
93	Triunfo	10/3/1997	PA
94	Tupá	20/7/2001	PA
95	Uirapuru	15/9/2004	PA
96	Uruburetama	30/11/2006	PA
97	Valência	9/6/2005	PAF
98	Vista Alegre	25/2/1987	PA
99	Vitória	14/11/1997	PA
100	Wilson Lopes	28/4/2006	PA
101	Zaqueu Machado	10/8/2001	PA

Fonte: INCRA/SIPRA, 2008.

Dentre estes projetos, existem 05 modalidades: os PADs (Projetos de Assentamento Dirigidos), os PAs (Projetos de Assentamento), os PAEs (Projetos Agro-extrativistas) os PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) e os PAF (Projetos de Assentamento Florestal). A modalidade que o Estado mais possui é o PA (69), seguidos pelo PDS (12). Eles estão distribuídos conforme a gráfico abaixo:

**Gráfico 1 - Modalidade dos Projetos de Assentamento do Estado do Acre**



Fonte: SIPRA, 2008.

A primeira modalidade de assentamento criada no Estado foi o PAD. Segundo o Zoneamento Ecológico Econômico do Acre (ZEE), esta modalidade tem como objetivo cumprir as determinações do Estatuto da Terra quanto ao assentamento de pequenos e médios agricultores, em regime de propriedade familiar. Sabemos que esta modalidade foi criada para amenizar a situação de conflito trazido pela crise da borracha, a falência e dos seringais e posterior ocupação por pecuaristas. Os cinco primeiros projetos do Estado foram PADs: Pedro Peixoto, Boa Esperança, Quixadá, Humaitá e Santa Luzia.

Em 1987 cria-se o primeiro PA. Os PAs são projetos de caráter agropecuário e são os mais frequentes no Estado do Acre. Os assentamentos dessa modalidade são organizados por lotes de tamanhos variados, e são distribuídos entre os beneficiários. A criação deste tipo de projeto é regulado na atualidade pela Instrução Normativa nº 15, de 30 de março de 2004.

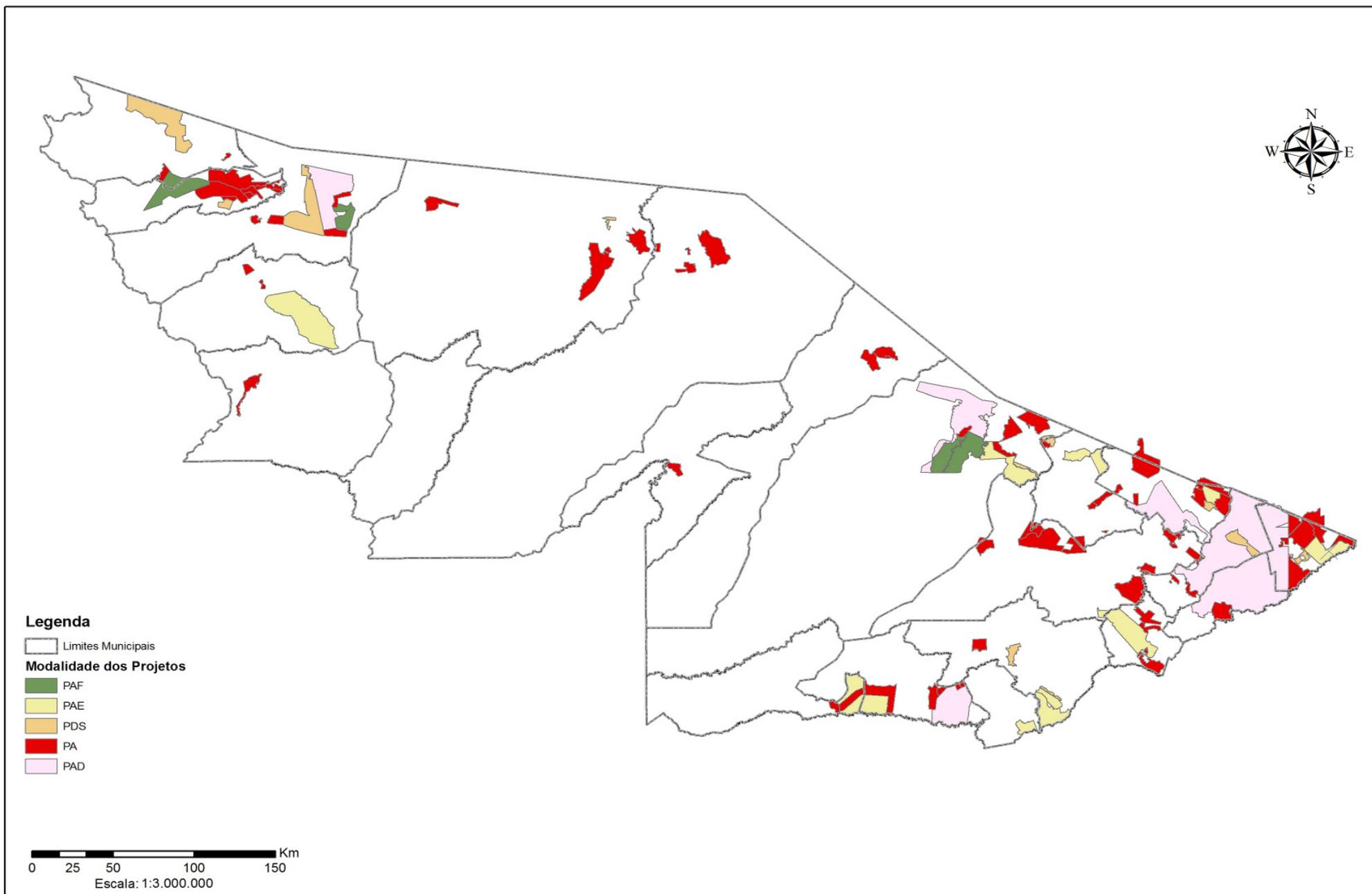
Os PDS foram criados através da Portaria/INCRA/P Nº477, de 04 de novembro de 1999. Segundo Guerra (2004), essa modalidade tem como características a interinstitucionalidade e a gestão participativa. Ao analisar o PDS São Salvador, no Estado do Acre, a autora explica que a comunidade, juntamente com os órgãos envolvidos com a questão definiram a forma de ocupação do PDS. De certa forma, a portaria 477/1999 do INCRA deixa claro em seu Art. 2º que a forma de uso será decidida pelas comunidades, abrindo precedentes para uma ocupação do tipo PA, caso seja a decisão coletiva.

No caso específico do PDS São Salvador, a forma tradicional (PA) não poderia ser adotada, pois a área encontra-se nas imediações do Parque Nacional da Serra do Divisor e normalmente os PAs geram pressões significativas nas áreas com cobertura florestal. A alternativa ao PA era a ocupação do tipo agroextrativista. Mas, segundo Guerra (2004) a comunidade achou que não seria uma boa opção, já que percebeu-se um declínio na prática do extrativismo. Então criou-se essa modalidade. Trata-se de uma modalidade destinada a atividades de baixo impacto ambiental como extrativismo e agricultura familiar.

Os PAEs tem como objetivo a exploração agroestrativista e o manejo florestal comunitário. As áreas escolhidas para este tipo de projeto levam em conta o potencial extrativista da área e sua ocupação por populações tradicionais como seringueiros e ribeirinhos (ACRE, 2008). O primeiro PAE do Estado foi criado em 1987, e foi denominado PAE Remanso. Essa modalidade era denominada Projeto de Assentamento

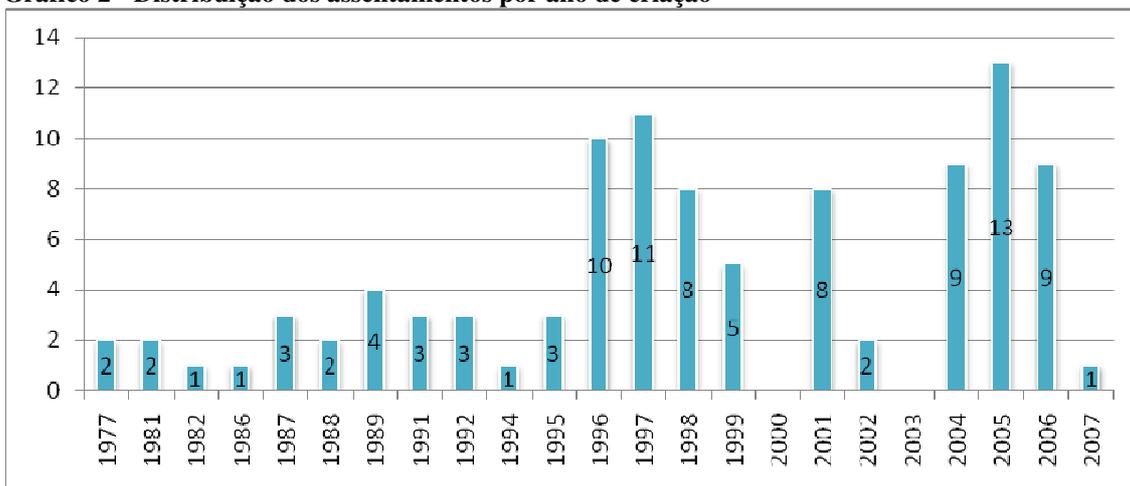
Extrativista e foi alterada pra Projeto de Assentamento Agro-Extrativista pela PORTARIA/INCRA/P/Nº268, de 23 de outubro de 1996.

A modalidade PAF foi criada através da da portaria 1.141 de 19 de dezembro de 2003. Os PAFs são destinados a áreas com aptidão para o manejo florestal de uso múltiplo, em base familiar comunitária. Teoricamente eles são administrados pelos próprios assentados, organizados em associação, condomínio ou cooperativa, e recebem do Inca o Termo de Concessão de Uso, em regime comunal. Segundo o procedimento metodológico para a criação de projeto de assentamento florestal, em casos de existência de áreas significativas já convertidas para outras atividades produtivas poderá haver reflorestamento com espécies nativas da região, sendo permitida a atividade agrícola e pecuária de pequeno porte em até 5% da área de cada módulo.



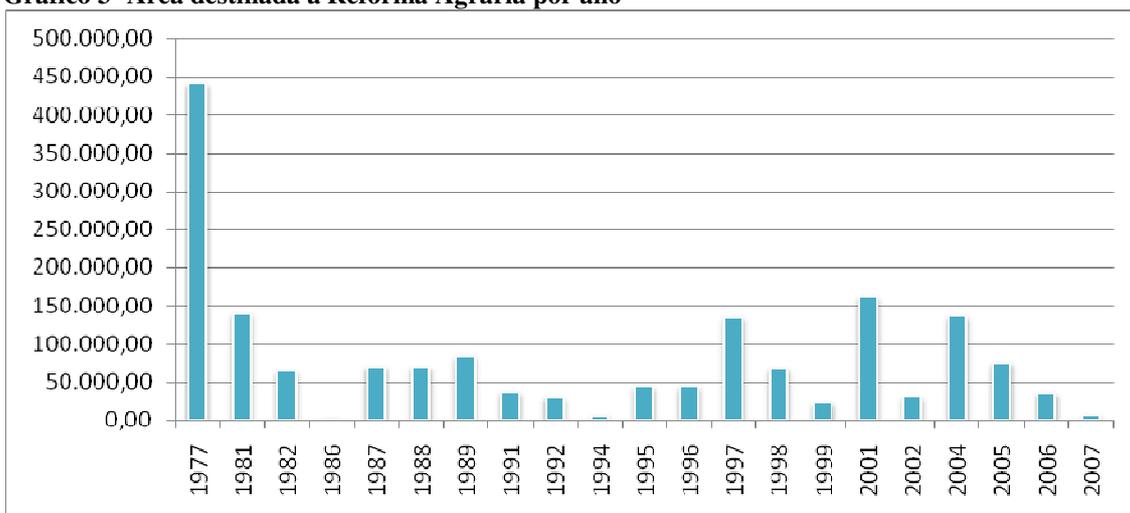
Os anos em que mais se criou assentamentos foram 2005, com total de 13 assentamentos, seguido por 1997 com 11 assentamentos criados e 2004 com 09. Se fizermos a média por todo o período, teremos 3 assentamentos em média criados por ano ao longo de 1977 a 2007.

**Gráfico 2 - Distribuição dos assentamentos por ano de criação**



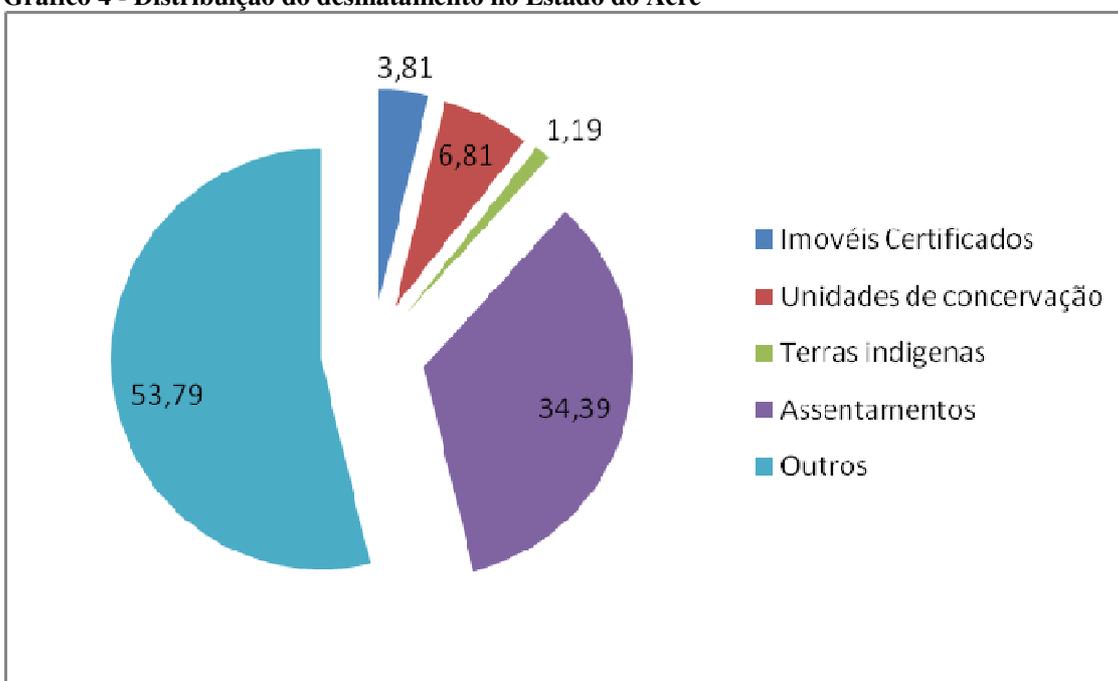
Fonte: SIPRA, 2008

Se observarmos a área dos projetos, veremos que o ano de 1977 e 2001 são os anos em que a somatória dos polígonos foram maiores. Os dois assentamentos criados em 1977 são os maiores do Estado: PAD Pedro Peixoto com 357.629,73 ha e PAD Boa Esperança com 82.869,26 ha. Em 2001 temos uma somatória de 161.646,00 ha destinados a Reforma Agrária assim divididos: PAE Cruzeiro do Vale com 78.061,35ha (3º maior projeto do Estado); PDS São Salvador com 53.213,89 ha, PAE Equador com 7.845,65 ha, PA Tupá com 6.287,61 ha, PA Pedro Firmino com 6.413,44 ha, Narciso Assunção com 4.311,17 ha, PA Zaqueu Machado com 3.757,12 ha e PA Porfírio Ponciano com 1.755,77 ha.

**Gráfico 3- Área destinada a Reforma Agrária por ano**

Fonte: Cálculo das áreas dos polígonos fornecidos em formato digital.

Do total da área de floresta alterada no Estado do Acre, 34,39% encontram-se nas áreas dos projetos de assentamento. Nas Unidades de Conservação e Terras Indígenas são 8,00%. Nos imóveis certificados pelo INCRA, tem 3,81% de área alterada. Nas demais áreas, que incluem propriedades privadas, posses, e outras formas de ocupação, são 53,79%.

**Gráfico 4 - Distribuição do desmatamento no Estado do Acre**

Fonte: PCMFEA e ZEE do Estado do Acre.

Observamos que os assentamentos representam 10, 43% da área do Estado, mas é o segundo classificado em quantidade de área alterada, confirmando que a Política de Reforma Agrária do Estado tem levado a um uso inadequado das áreas protegidas dos projetos (APPs e ARLs), determinadas pelo Código Florestal.

Outro fator que chama atenção neste gráfico, é que, é fora dos limites já estabelecidos no Estado (TIs, UC, Projetos do INCRA, Imóveis Certificados) que se encontram o maior índice de desmatamento do Estado. No gráfico a categoria *outros* pode representar grandes proprietários, pequenos proprietários, posses, entre outros. O dado chama atenção para o fato de que as políticas de controle e monitoramento em áreas não demarcadas oficialmente, fogem ao controle do Estado.

Foi realizada uma análise dos dados do desmatamento de 2007 para discutir com a presidente do IMAC. Na tentativa de averiguar os maiores responsáveis pelo desmatamento no Estado, buscou-se informações no IMAC para a tentativa de responder estas pergunta. Na divisão de Geoprocessamento do órgão existe um cadastro digital que se encontra desatualizado. Esse cadastro foi sendo construído pela divisão a medida que os empreendedores entravam com processo de licenciamento no IMAC. Informamos de antemão que o dado não é confiável (possui sobreposições e não se ao certo que documento originou os polígonos) e precisa ser atualizado para dar precisão a informação. Esse cadastro possui 507 propriedades. Destas 507, apenas 14 são pequenas propriedades, ou seja, possuem área menor que 150 ha. O restante são grandes propriedades, que inclusive podem estar sobrepondo área de imóveis já certificados. Mas o interessante deste dado é que, essas grandes propriedades estão fora dos polígonos das UCs, TI, e Projetos de Assentamento. Teoricamente elas contribuem para este quadro de desmatamento inserido na categoria *outros* no gráfico acima. Uma vez que o Estado criou recentemente (2008) a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal voltada para pequenos produtores<sup>12</sup>, inclusive os assentados do INCRA, questionou-se quais eram as políticas de controle para os grandes proprietários, com intuito de frear o desmatamento. A resposta segue abaixo:

---

<sup>12</sup> No programa são inseridos como áreas prioritárias de trabalho também as médias e grandes propriedades. Mas a rede de apoio com programas específicos é voltada para os pequenos produtores. O Secretário da SEMA, em entrevista, confirma: *Hoje no estado nós temos quarenta mil proprietários, desses quarenta mil metade estão em projetos de assentamento, entende então, o projeto de assentamento para gente é na estratégia do estado uma das áreas prioritárias [...]prioritárias porque? Se a gente começar a resolver os problemas de passivo ambiental dos assentamentos nos vamos resolver os problemas de 50 % da população rural desse estado. Então isso justifica a situação da política para pequenos produtores? Exatamente [...].(AMARAL, 2009)*

O que tem sido feito[...] com a grande as propriedade [...]tem sido difundir técnicas de manejo de pastagem para melhoramento do gado para a redução do desmatamento nestas grandes propriedades, porque a gente sempre teve um padrão de desmatamento no Estado aqui resultado da pecuária extensiva e na grande propriedade. Então isso tem mudado um pouco, esse modelo/padrão de produção te mudado pouco porque o grande e médio proprietário tem investido nisso, também mais além, não pela questão ambiental mas pela questão econômica . O custo pra eles estarem desmatando novas áreas pra pastagem é tem sido do que se eles investirem na melhoria de pastagem e na melhoria do rebanho. Até porque um prejuízo muito maior que eles vão ter agora é função de toda essa movimentação que ta tendo pra não comprar carne da Amazônia em função de ser resultante da pecuária extensiva. Mas não é consciência ecológica ... Graças a Deus a questão econômica está pesando agora porque se não a gente ia continuar sozinho na luta [...] mas o governo atende prioritariamente aos pequenos, porque ele não tem acesso a uma assessoria técnica paga né. [...] (CARTAXO, 2009)

Como foi observado, ainda não há uma política de controle ambiental efetiva direcionada aos grandes proprietários. O que acaba de certa forma, atribuindo aos pequenos, mesmo que indiretamente, a responsabilidade pelos prejuízos ambientais. É importante observar, pelo o que foi discutido no capítulo anterior que existe um contexto histórico que levou ao quadro de desmatamento atual nas pequenas propriedades, inclusive nos PAs. A atenção e destinação de política aos *outros* do gráfico é de extrema importância, pois os dados são alarmantes quanto ao desmatamento no estado, e o controle do mesmo, também passará por um controle mais próximo a estes atores.

Para avaliar a evolução do desmatamento na área dos assentamentos, calculamos a porcentagem do desmatamento no ano de criação de cada um deles. É muito comum ouvir que as áreas dos projetos já encontravam-se desmatadas quando da criação dos projetos. Mas veremos que, de acordo com os dados, esta afirmação não se aplica a maioria dos assentamentos do Estado.

Tabela 11- Área desmatada do projeto no ano de criação e total em 2007

Modalidade	Denominação	Ano de Criação	Desmatamento total da área no ano de criação	Desmatamento total até 2007 (ha)	Área total dos projetos (ha)	% de alteração no ano de criação	% de alteração em 2007
PA	lucatan	1996	740,71	809,91	838,47	88,34	96,59
PA	Zaqueu Machado	2001	3.509,51	3.588,46	3.757,12	93,41	95,51
PA	Benfica	1994	3.396,66	5.127,22	5.391,62	63,00	95,10
PA	São Domingos	1996	929,55	993,17	1.074,43	86,52	92,44
PA	Baixa Verde	1996	2.906,80	4.311,29	4.867,50	59,72	88,57
PA	Petrolina	2005	2.577,06	2.655,90	3.070,46	83,93	86,50
PA	Castelo	2005	421,84	443,87	513,38	82,17	86,46
PA	Luz da Vida	2006	320,25	323,59	379,13	84,47	85,35
PA	Paraguassu	2004	2.839,66	3.104,10	3.688,67	76,98	84,15
PA	Triunfo	1997	5.085,26	10.347,24	12.387,16	41,05	83,53
PA	Carão	1991	2.761,74	9.097,00	11.219,36	24,62	81,08
PA	Favo de Mel	1995	2.579,11	7.755,04	9.767,83	26,40	79,39
PA	Boa Água	1997	2.086,07	3.243,22	4.156,45	50,19	78,03
PA	Limeira	1998	275,66	1.192,16	1.537,29	17,93	77,55
PAD	Pedro Peixoto	1977	15.144,19	276.722,02	357.629,73	4,23	77,38
PA	São João do Balanceio	1991	3.598,65	13.856,03	18.251,55	19,72	75,92
PA	Nova Cintra	1996	741,49	1.048,08	1.385,34	53,52	75,66
PA	Três Meninas	1999	481,67	1.490,66	2.004,34	24,03	74,37
PA	Espinhara I	1986	246,75	1.192,08	1.612,98	15,30	73,91
PA	Orion	1998	2.052,71	11.942,55	16.319,13	12,58	73,18
PAD	Humaitá	1981	1.797,53	45.850,53	63.100,34	2,85	72,66
PA	São Gabriel	1996	1.824,95	7.235,39	10.176,70	17,93	71,10
PAD	Quixadá	1981	7.074,56	54.101,72	76.268,08	9,28	70,94
PA	Alcobras	1998	2.470,96	5.439,30	7.748,65	31,89	70,20
PA	Caquetá	1997	2.107,19	11.974,76	17.684,74	11,92	67,71
PA	Pão de Açúcar	1999	1.679,97	4.997,51	7.397,32	22,71	67,56
PA	Cumaru	1992	360,42	4.069,47	6.097,45	5,91	66,74
PA	Treze de Maio	1999	1.037,06	1.935,52	2.965,04	34,98	65,28
PA	Tupá	2001	3.920,99	4.042,58	6.287,61	62,36	64,29

Modalidade	Denominação	Ano de Criação	Desmatamento total da área no ano de criação	Desmatamento total até 2007 (ha)	Área total dos projetos (ha)	% de alteração no ano de criação	% de alteração em 2007
PA	Santo Antônio do Peixoto	1992	1.834,74	9.686,06	15.264,64	12,02	63,45
PA	Vista Alegre	1987	272,58	633,94	1.022,40	26,66	62,01
PA	Colibri	1995	409,97	908,25	1.498,05	27,37	60,63
PA	Porto Acre	1997	332,24	1.200,50	2.102,49	15,80	57,10
PA	Alberto Santiago	2005	1.155,31	1.240,66	2.218,82	52,07	55,92
PA	Envira	1996	969,63	3.083,88	5.667,98	17,11	54,41
PA	Figueira	1987	544,82	13.743,59	25.459,77	2,14	53,98
PA	Gal. Moreno Maia	1997	2.920,13	11.372,24	21.336,94	13,69	53,30
PA	Tocantins	1997	2.160,79	12.819,69	24.430,00	8,84	52,48
PA	Espinhara II	1998	659,98	3.258,53	6.214,53	10,62	52,43
PA	Itamaraty	2004	3.440,78	4.224,12	8.158,61	42,17	51,78
PA	Joaquim de Matos	2002	952,42	2.687,91	5.238,86	18,18	51,31
PAD	Boa esperança	1977	4.583,84	42.326,84	82.869,26	5,53	51,08
PA	Porto Alonso	1999	1.341,88	4.599,69	9.150,91	14,66	50,26
PA	Califórnia	2006	2.741,21	2.788,46	5.754,89	47,63	48,45
PA	Nazaré	1992	620,76	3.848,22	8.012,88	7,75	48,03
PA	Berlim Recreio	2002	7.493,96	11.602,78	24.580,05	30,49	47,20
PDS	Floresta	2007	2.713,22	2.713,22	6.373,74	42,57	42,57
PA	Princesa	1999	68,03	497,53	1.170,00	5,81	42,52
PA	Vitória	1997	267,7	496,44	1.196,49	22,37	41,49
PA	Tarauacá	1997	2.554,76	5.299,37	12.994,72	19,66	40,78
PA	Arco-Íris	2005	447,02	552,84	1.359,28	32,89	40,67
PA	São Pedro	1988	601,66	10.578,20	26.588,01	2,26	39,79
PAD	Santa Luzia	1982	1.965,96	24.812,46	63.934,83	3,07	38,81
PA	Wilson Lopes	2006	5.851,65	6.020,23	16.088,11	36,37	37,42
PA	Amônia	1996	571,42	3.457,67	9.285,67	6,15	37,24
PA	Fortaleza	2004	265,53	409,92	1.103,99	24,05	37,13
PAE	Porto Rico	1991	731,86	2.849,10	7.862,02	9,31	36,24
PDS	Recanto do Equador	2006	609,4	691,16	1.933,68	31,52	35,74

Modalidade	Denominação	Ano de Criação	Desmatamento total da área no ano de criação	Desmatamento total até 2007 (ha)	Área total dos projetos (ha)	% de alteração no ano de criação	% de alteração em 2007
PA	Liberdade	1998	1.275,63	2.964,85	8.468,22	15,06	35,01
PA	Uirapuru	2004	378,54	621,90	1.912,23	19,80	32,52
PA	Amena	1996	241,7	595,30	1.849,91	13,07	32,18
PA	João Batista	2005	768,61	942,92	3.218,77	23,88	29,29
PAE	Santa Quitéria	1988	1.780,48	12.222,75	42.669,76	4,17	28,64
PA	Oriente	1998	340,98	1.952,23	7.799,71	4,37	25,03
PA	Santa Rosa	1997	109,72	1.143,24	4.954,89	2,21	23,07
PA	Novo Destino	1995	3.298,95	7.536,79	32.873,09	10,04	22,93
PAE	Porto Dias	1989	309,93	5.419,74	24.462,47	1,27	22,16
PDS	Edilsa Carneiro	2006	699,28	864,54	4.055,79	17,24	21,32
PDS	Porto Luiz I	2004	482,79	776,53	4.149,83	11,63	18,71
PAE	Remanso	1987	2.540,72	7.980,78	43.316,15	5,87	18,42
PAE	Equador	2001	686,12	1.431,34	7.845,65	8,75	18,24
PDS	Bonal	2005	2.032,40	2.054,11	11.802,86	17,22	17,40
PDS	Francisco Pimentel	2005	556,1	678,15	4.019,81	13,83	16,87
PDS	Sete Lagoas	2006	357,94	363,15	2.183,85	16,39	16,63
PA	Pavão	1989	28,05	648,71	4.223,87	0,66	15,36
PA	Paraná dos Mouras	1997	283,64	3.527,65	23.873,94	1,19	14,78
PAE	Chico Mendes	1989	1.132,33	3.466,26	24.931,89	4,54	13,90
PA	Narciso Assunção	2001	183,17	572,65	4.311,17	4,25	13,28
PDS	Nova Esperança	2005	201,61	388,44	3.117,44	6,47	12,46
PAF	Valência	2005	2.108,02	2.433,85	20.627,57	10,22	11,80
PA	João Ademir	2005	36,22	36,22	315,19	11,49	11,49
PAF	Providência Capital	2004	2.554,74	3.673,34	32.371,98	7,89	11,35
PAE	Canary	1997	369,55	1.030,94	9.252,81	3,99	11,14
PA	Pedro Firmino	2001	165,04	706,46	6.413,44	2,57	11,02
PA	Tracuá	1996	70,85	570,38	5.201,72	1,36	10,97
PDS	Jamil Jereissati	2004	3.031,10	4.776,75	45.217,96	6,70	10,56
PA	Porto Luiz II	2004	150,91	203,81	1.974,43	7,64	10,32
PA	Rio Azul	1996	95,29	390,77	3.846,43	2,48	10,16
PA	Taquari	1998	222,89	942,80	9.405,09	2,37	10,02

Modalidade	Denominação	Ano de Criação	Desmatamento total da área no ano de criação	Desmatamento total até 2007 (ha)	Área total dos projetos (ha)	% de alteração no ano de criação	% de alteração em 2007
PAE	Barreiro	2005	712,41	786,22	8.254,77	8,63	9,52
PDS	Geraldo Fernandes	2006	37,55	182,43	1.942,42	1,93	9,39
PDS	Lídia Craveiro	2006	3,05	55,97	804,58	0,38	6,96
PAE	Riozinho	1989	213,6	2.097,45	30.410,80	0,70	6,90
PA	Uruburetama	2006	150,86	152,84	2.379,19	6,34	6,42
PDS	São Salvador	2001	1.857,91	3.178,12	53.213,89	3,49	5,97
PAE	Limoeiro	1998	185,33	472,57	10.162,53	1,82	4,65
PAF	Recanto	2005	445,84	635,06	14.560,52	3,06	4,36
PAE	Cruzeiro do Vale	2001	828,14	2.415,74	78.061,35	1,06	3,09
PA	Minas	2005	28,15	58,00	2.924,89	0,96	1,98
PA	Porfírio Ponciano	2001	0,99	32,05	1.755,77	0,06	1,83
PAF	Havaí	2004	365,62	423,49	37.654,28	0,97	1,12
<b>TOTAL</b>			<b>155.374,97</b>	<b>768.701,18</b>	<b>1.699.242,40</b>	<b>9,14</b>	<b>45,24</b>

Fonte: PCMFEA e alterações citadas na metodologia. SALGADO, C. B, 2009.

As áreas destacadas na tabela significam os projetos que, no ano de sua criação já estavam com sua ARL comprometida de acordo com a porcentagem exigida por lei. Os destaques em azul representam os assentamentos criados até 1996, e em amarelo os criados pós 1996, a diferenciação se faz necessária porque a porcentagem de ARL nestes exigida se diferencia nos dois períodos. Para fazer esta análise da cobertura florestal considerou-se a área total do imóvel desconsiderando a alteração por lote. Até 1996 a ARL exigida era de 50% do imóvel rural na Amazônia. A partir daí a ARL exigida passou a ser 80% (MP 1511/1996). Vale ressaltar que esta mudança na legislação ocorreu no governo Fernando Henrique Cardoso, e foi entendida como um ato premeditado para atender as pressões internacionais e nacionais, uma vez que o desmatamento na Amazônia havia crescido assustadoramente em sua gestão.

O desmatamento na Amazônia brasileira tem aumentado continuamente desde 1991, variando de acordo com as mudanças relacionadas às forças econômicas (Fig. 1). Estas mudanças incluem um pico no desmatamento em 1995, resultado do Plano Real, iniciação em 1994 e uma queda em 2005, resultado de taxas de câmbio desfavoráveis para exportações, combinado com a “operação Curupira” para reprimir a exploração madeireira ilegal em Mato Grosso, junto com criação de reservas e uma de área interdita no Pará após o assassinato da Irmã Dorothy Stang. É provável que o desmatamento futuro aumente ainda mais rapidamente por causa da constante expansão da rede de estradas. (FEARNSIDE, 2006, pg396)

Em 2001, foi publicada a Medida Provisória 2166 que reduz a ARL para 50% na Amazônia Legal, desde que sejam áreas indicadas pelo Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). No Estado do Acre o ZEE foi aprovado pela lei 1.904 de 05 de junho de 2007. A partir de então as áreas que estão dentro da Zona 01 (Consolidação de Sistemas de Produção Sustentável) do referido ZEE poderão ter suas áreas de Reserva Legal reduzidas em 50%. No entanto a regra só se aplica para desmatamentos ocorridos anteriores a data da publicação da Lei do ZEE, caso contrário, os proprietários perderão este direito, voltando o percentual para 80%. Vale ressaltar que todos os projetos da modalidade PA estão inseridos na Zona 01 do ZEE.

Na tabela acima observamos que dos 35 assentamentos criados até 1996, somente 5 estavam com área desmatada acima de 50%: Nova Cintra, Baixa Verde, São Domingos, Iucatan e Benfica. Dos 66 assentamentos criados pós 1996, 23 projetos encontravam-se com área alterada acima de 20%.

Mas observando concomitantemente as porcentagens do ano de criação e seu acumulado até 2007, percebemos que estes dados são relativos. Uma vez que vários assentamentos, como por exemplo, PA Cumaru e PA São Gabriel que possuíam baixa porcentagem de área alterada (5,91% a 17,93% respectivamente) passaram em 2007 a ter 66,74% e 71,10% respectivamente. E projetos que estavam com a ARL comprometida no ano de sua criação praticamente não sofreram alterações devido a terem sido criados recentemente, como por exemplo, PA Califórnia (47,63% para 48,45%) e PDS Recanto do Equador (31,52% e 35,74%) ambos criados em 2006.

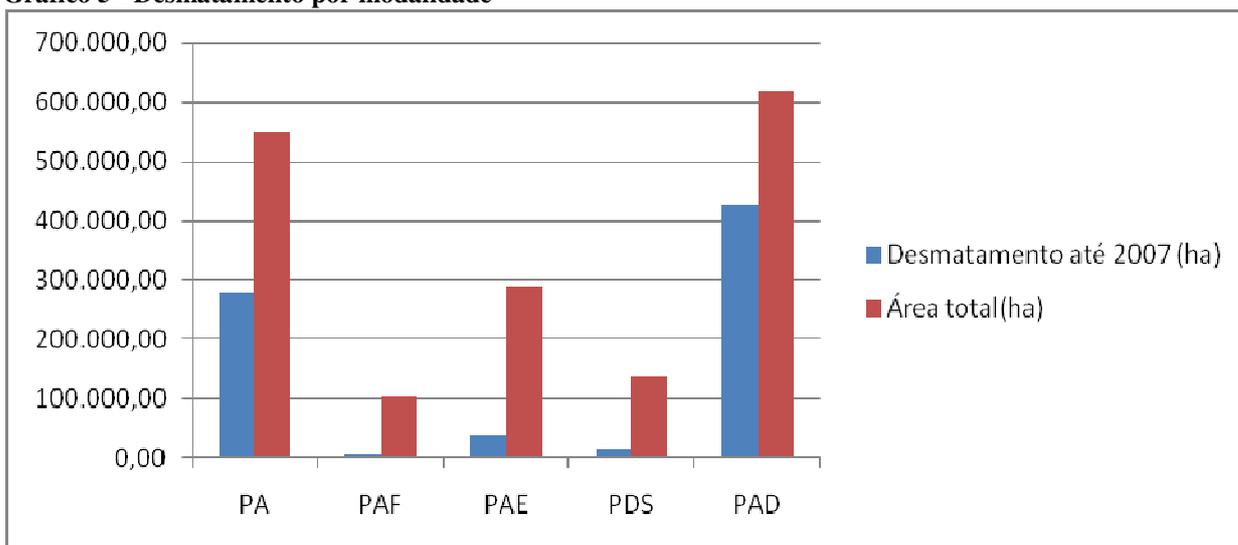
Se observarmos somente a situação atual, dada pelos índices de 2007, veremos claramente que a modalidade PA e PAD estão no topo da lista em relação à área desmatada respectivamente os modelos alternativos de projeto encontram-se no fim da lista, comprovando que estas modalidades são importantes quando se pensa em preservação da floresta.

**Tabela 12 - Desmatamento por modalidade**

Modalidade	Desmatamento até 2007 (ha)	Área total(ha)	%
PA	277.964,13	549.924,67	50,55
PAF	7.165,74	105.214,34	6,81
PAE	40.172,89	287.230,20	13,99
PDS	16.722,58	138.815,85	12,05
PAD	426.675,83	618.057,32	69,03

Fonte: Análise dos dados do PCMFEA. SALGADO, C. B, 2009

**Gráfico 5 - Desmatamento por modalidade**

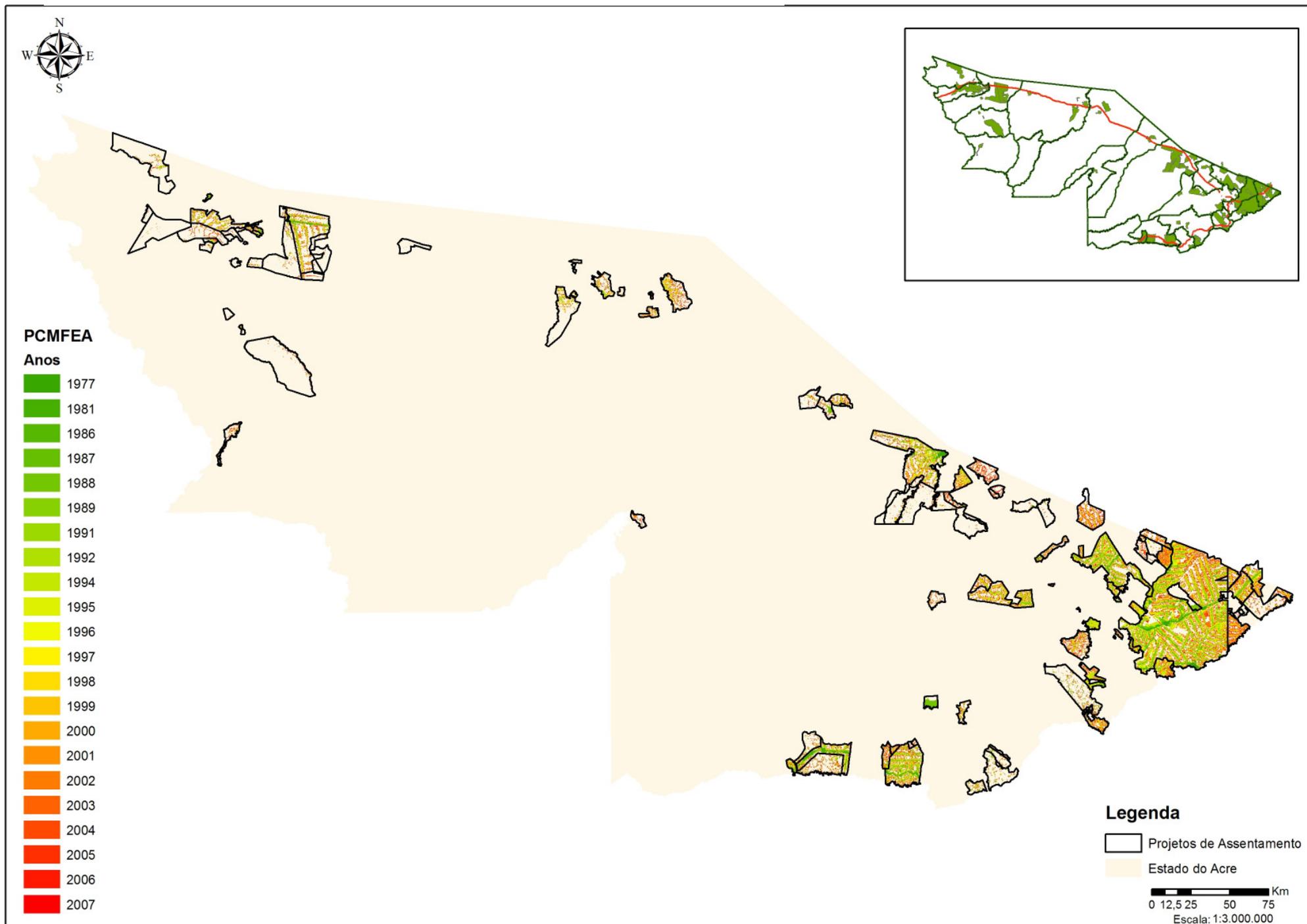


Fonte: Análise dos dados do PCMFEA. SALGADO, C. B, 2009

De maneira geral podemos observar que do total da área ocupada com projetos de assentamento, 45,24% encontra-se alterada. Se levarmos em conta apenas o desmatamento dentro dos PAs e PADs que teoricamente estão dentro da Zona 01 do ZEE, o INCRA, o INCRA já teria um passivo de 60,32% a regularizar. Uma vez que o Zoneamento reduz a área de Reserva Legal para 50%, o INCRA teria teoricamente um passivo de 10,32 % a ser regularizado dentro dos PAs e PADs. O problema é que existem outros agravantes a atuação do INCRA que precisam ser revistos para que o mesmo se regularize junto ao órgão ambiental do Estado, como a Averbação da Reserva Legal dos Imóveis ainda não concluída e também o Georreferenciamento dos Imóveis e averbação na matrícula do mesmo. Comentaremos sobre esses agravantes a frente.

O mapa 06 apresenta a espacialização dos dados do desmatamento utilizados nesta pesquisa. Como pode ser observado as manchas do desmatamento concentram-se na parte leste do Estado, acompanhando a dinâmica de desmatamento. Podemos observar que existe uma mancha na região do Juruá, o que pode indicar um avanço do desmatamento para a parte oeste do Estado, o que seria alarmante uma vez que esta região possui a maioria de sua cobertura florestal preservada. Visto que a BR-364 está em obras pra sua abertura definitiva, esse dado não pode ser descartado. Sabemos que as estradas historicamente são desencadeadoras de processos agressivos ao meio ambiente, os cuidados deverão ser tomados antecipadamente.

Mapa 7 - Desmatamento nos Projetos de Assentamento no Estado do Acre



Fonte: PCMFEA e INCRA. Organizado por SALGADO, C. B, 2009

### **6.3 – Análises sobre a ações do INCRA em relação a regularização ambiental dos assentamento**

O licenciamento ambiental é uma das ferramentas da política nacional do meio ambiente para controlar as atividades potencialmente poluidoras e degradantes do meio ambiente, uma vez que o direito ao meio ambiente é direito de todos, estabelecido na Constituição Federal.

Diante do que foi discutido até o momento, observamos que a criação de projetos de assentamento pelo INCRA pode gerar passivos ambientais relevantes, justificando a obrigatoriedade deste órgão de passar pelo processo de Licenciamento Ambiental. O órgão tem tido dificuldades em se regularizar, situação que se repete em todo o Brasil.

A Resolução do CONAMA 289/2001 que trata do regimento específico para Licenciamentos Ambientais em assentamentos de Reforma Agrária estipulou que seriam emitidos dois tipos de Licença para os Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, as LP<sup>13</sup> e as LIO<sup>14</sup>, diferente da forma tradicional de Licenciamento, que exige LP, LI (Licença de Instalação) e LO (Licença de Operação). Para os assentamentos seriam emitidas as duas últimas licenças de forma conjunta.

Esta resolução marca o início de um processo de inserção das questões ambientais na atuação do INCRA. Isto porque, apesar de toda a legislação existente que por si só exigia do INCRA uma postura ambientalmente correta, como foi observado anteriormente, o mesmo sempre manteve os mesmos procedimentos de atuação desde sua criação. Como pode ser observado abaixo, em um destaque feito dentro do Acórdão 557/2004 do TCU, referindo-se a um relatório do Superintendente Regional do Rio Grande do Norte, as dificuldades das SRs em lidar com a execução da Resolução CONAMA 289, principalmente por que o INCRA não valoriza os aspectos ambientais dos projetos.

83. A título de evidência desse achado, pode-se, em complemento aos fatos apresentados a seguir, transcrever um trecho do Relatório de Gestão de 2002 da Superintendência Regional no Rio Grande do Norte, em que o dirigente declara

---

<sup>13</sup> Definição dada pela Resolução 289 CONAMA: licença concedida na fase preliminar do planejamento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária aprovando sua localização e concepção, sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos a serem atendidos na próxima fase do licenciamento

<sup>14</sup> Definição dada pela Resolução 289 CONAMA: licença que autoriza a implantação e operação dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, observadas a viabilidade técnica das atividades propostas, as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas para sua operação.

carecer de diretrizes centrais para a condução da atividade ambiental do órgão: [...]

89. A lista de dificuldades constante do documento fornecido pelo Incra contém também 5 referências à falta de treinamento do pessoal e à cultura organizacional da Autarquia, *que não valoriza os aspectos ambientais dos projetos de reforma agrária:*

‘DIFICULDADES EM RELAÇÃO À RESOLUÇÃO CONAMA Nº 289 (...) 2. O Incra não tem um corpo multidisciplinar para atender a todos os quesitos, tampouco dispõe de recursos (que seriam absurdamente gastos) para terceirização (...) 4. Capacitação não proporcionada aos Asseguradores Ambientais, no sentido de dar cumprimento à Resolução; (...) 8. Falta de consciência ambiental; (...) 15. Falta de pessoal no Incra com maior envolvimento na questão ambiental; (...) 17. *Baixo nível de importância dado ao Licenciamento Ambiental no Incra;*’ (fls. 133 -134). (BRASIL, 2004, p. 15 e 16, grifo nosso)

Essa dificuldade também nos foi relatada pelo Superintendente Regional do INCRA /AC e também pelo coordenador do Grupo Técnico Ambiental, como pode ser verificado abaixo.

Primeiro se cria uma Lei de cima para baixo e obriga, não é assim, primeiros temos que nos inteirar, conhecer o processo, mobilizar meios e recursos humanos para poder atender aquilo lá. Não é de uma hora para outra, baixa aqui uma portaria e ta tudo resolvido, não está, porque para chegar lá no objetivo tem um caminho, tem um tempo, onde você precisa de recursos humanos, capacitar gente, preparar isso, preparar aquilo, ta entendendo, mobilizar meios e recursos para chegar lá. (PAZ, 2009)

[...]passou cem anos nessa cultura (*incentivo ao desmatamento*) não é em dez anos que será mudado, embora a questão ambiental tenha ganhado um contexto muito forte. (MEDEIROS, 2009)

Segundo informações do Acórdão 557/2004 do TCU, foi dado pelo CONAMA o prazo de 01 ano para que o INCRA regularizasse a questão ambiental dos assentamentos (prazo 25/10/2002, art. 15 da resolução 289/CONAMA). Se observarmos o quadro de licenças submetidas ao IMAC (Tabela 14), veremos que há registro de 01 solicitação de licença em 2002, referente a Licença Prévia para a Fazenda Bandeirante em Porto Acre. Apesar de ter entrado com a solicitação em 2002, somente em 2007 a licença é emitida. Depois dessa primeira solicitação, o INCRA só entrará novamente com uma solicitação, segundo informações do IMAC, em 2004.

Como o prazo estipulado pela 289 não foi cumprido, o SISNAMA prorrogou o prazo para a regularização da questão ambiental dos assentamentos, através da Resolução 318/2002, para 25/10/2003.

Em 2003 foi estabelecido um TAC entre MMA, IBAMA, MDA, INCRA e Ministério Público Federal referente à execução das regras e princípios para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, promovidos pelo INCRA. O TAC deu um prazo de 03 anos para que o INCRA se regularizasse. Esse TAC teve como objetivos principais os seguintes pontos:

- I-** Levantamento preliminar de dados dos Projetos de Assentamento – PAs;
- II-** Adequação das Normas de Licenciamento Ambiental dos PAs;
- III-** Negociação de acordos, convênios e termos de cooperação entre os compromissados ou entre eles e as OEMAs, para viabilizar isenções de taxas e emolumentos, diminuir custos gerais e acelerar trâmites dos licenciamentos;
- IV-** Elaboração de PDAs para os PAs que não os possuem;
- V-** Ingresso com Solicitações de Licenciamento Ambiental;

Para os objetivos acima desdobrou-se, dentre outras, nas seguintes obrigações:

- Levantamento de dados referente aos PAs com prazo de 06 meses de execução a partir da assinatura do TAC;
- Elaboração pelo INCRA do Projeto Básico para os Projetos de Assentamento em fase de implantação com previsão de execução a partir do mês de Abril de 2004 até o mês de Abril de 2006 (prazo de vigência do contrato)
- Entrada com o processo de LIO dos assentamentos dentro do prazo de vigência do TAC;

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)<sup>15</sup>, segundo o TAC é uma condicionante para início dos procedimentos de regularização ambiental, uma vez que este é o documento que estabelece as diretrizes de desenvolvimento sustentável do Projeto. O documento informa ainda que 95% (noventa e cinco por cento) dos Projetos de Assentamento cadastrados no SIPRA do INCRA não têm concluídos os procedimentos e estudos necessários para a efetivação do licenciamento ambiental, sendo que desse universo apenas 1.894 projetos de assentamento têm seus Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) concluídos e reconhecidos. Quando questionado sobre os PDAs dos Assentamentos, o coordenador do GTA informou que o

---

<sup>15</sup> O PDA é conceituado na resolução CONAMA 387/2006 como plano que reúne os elementos essenciais para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, em estrita observância à diversidade de casos compreendida pelos diferentes biomas existentes, com destaque para os seus aspectos fisiográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo instrumento básico à formulação de projetos técnicos e todas as atividades a serem planejadas e executadas nas áreas de assentamento, constituindo-se numa peça fundamental ao monitoramento e avaliação dessas ações.

INCRA/AC possuía na média de 70 PDAs, e que muitos “caducaram”, sendo que depois de 05 anos eles podem ser refeitos.

É importante ressaltar que a no INCRA/AC a estrutura montada para atender a questão ambiental só foi criada no ano em que o prazo do TAC se expirava em 2006. O Grupo está hierarquicamente ligado a divisão de obtenção de imóveis rurais. O grupo conta hoje com 04 pessoas, e são eles os responsáveis pelo tratamento da questão ambiental dos assentamentos, inclusive o Licenciamento Ambiental.

Além disso, o INCRA/AC criou 31 assentamentos no período de vigência deste TAC, licenciando apenas 02 deles, o PDS Bonal e PAE Porto Dias. Destes 31 projetos criados, 10 foram PDS, 04 PAF, 01 PAE e 16 PAs. É importante ressaltar que o INCRA nesse período entrou com 26 pedidos de Licenciamento no IMAC, conforma Tabela 14. Deste total, 10 LIO e 16 LPs.

**Tabela 13- Assentamentos criados no período de 2003 a 2006 e respectivos dados de cobertura florestal**

Mod.	Denominação	Ano de Criação	Desmatamento total da área no ano de criação	Desmatamento total até 2007 (ha)	Área total (ha)	% de alteração no início	% de alteração em 2007
PA	Paraguassu	2004	2.839,66	3.104,10	3.688,67	76,98	84,15
PA	Itamaraty	2004	3.440,78	4.224,12	8.158,61	42,17	51,78
PA	Fortaleza	2004	265,53	409,92	1.103,99	24,05	37,13
PA	Uirapuru	2004	378,54	621,90	1.912,23	19,80	32,52
PDS	Porto Luiz I	2004	482,79	776,53	4.149,83	11,63	18,71
PAF	Providência Capital	2004	2.554,74	3.673,34	32.371,98	7,89	11,35
PDS	Jamil Jereissati	2004	3.031,10	4.776,75	45.217,96	6,70	10,56
PA	Porto Luiz II	2004	150,91	203,81	1.974,43	7,64	10,32
PAF	Havaí	2004	365,62	423,49	37.654,28	0,97	1,12
PA	Petrolina	2005	2.577,06	2.655,90	3.070,46	83,93	86,50
PA	Castelo	2005	421,84	443,87	513,38	82,17	86,46
PA	Alberto Santiago	2005	1.155,31	1.240,66	2.218,82	52,07	55,92
PA	Arco-Íris	2005	447,02	552,84	1.359,28	32,89	40,67
PA	João Batista	2005	768,61	942,92	3.218,77	23,88	29,29
PDS	Bonal	2005	2.032,40	2.054,11	11.802,86	17,22	17,40
PDS	Francisco Pimentel	2005	556,1	678,15	4.019,81	13,83	16,87
PDS	Nova Esperança	2005	201,61	388,44	3.117,44	6,47	12,46
PAF	Valência	2005	2.108,02	2.433,85	20.627,57	10,22	11,80
PA	João Ademir	2005	36,22	36,22	315,19	11,49	11,49
PAE	Barreiro	2005	712,41	786,22	8.254,77	8,63	9,52
PAF	Recanto	2005	445,84	635,06	14.560,52	3,06	4,36
PA	Minas	2005	28,15	58,00	2.924,89	0,96	1,98
PA	Luz da Vida	2006	320,25	323,59	379,13	84,47	85,35
PA	Califórnia	2006	2.741,21	2.788,46	5.754,89	47,63	48,45
PA	Wilson Lopes	2006	5.851,65	6.020,23	16.088,11	36,37	37,42

PDS	Recanto do Equador	2006	609,4	691,16	1.933,68	31,52	35,74
PDS	Edilsa Carneiro	2006	699,28	864,54	4.055,79	17,24	21,32
PDS	Sete Lagoas	2006	357,94	363,15	2.183,85	16,39	16,63
PDS	Geraldo Fernandes	2006	37,55	182,43	1.942,42	1,93	9,39
PDS	Lídia Craveiro	2006	3,05	55,97	804,58	0,38	6,96
PA	Uruburetama	2006	150,86	152,84	2.379,19	6,34	6,42

Fonte: PCMFEA e análises citadas na metodologia. SALGADO, C.B, 2009

A Resolução CONAMA 387 de 29/12/2006 revoga a Resolução 289 de 25/10/2001. A resolução 387 acresce que para os assentamentos criados até 2003 seria exigida a LIO, mediante apresentação do PRA (Plano de Recuperação do Assentamento)<sup>16</sup>, dispensando a solicitação da LP. A mesma proíbe a criação de assentamento que exigem o corte raso em áreas com cobertura florestal (Art.3 inciso 7). E informa que para os Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária a serem criados em áreas ocupadas por populações tradicionais, em que estas sejam as únicas beneficiárias, será exigida unicamente a LIO (Art. 9). Com essa resolução publicada o INCRA teria o prazo de 60 dias pra dar entrada na lista de projetos a serem regularizados pelo órgão.

Depois desta Resolução o INCRA/AC entrou com 79 pedidos de Licença, ressaltando que para algumas áreas a licença foi solicitada 02 vezes. Deste total: **15** foram solicitadas em 2007, sendo 01 LIO e 14 LP (destas 11 foram emitidas pelo IMAC, inclusive a LIO que diz respeito ao PA Zaqueu Machado, um dos três assentamentos licenciados hoje no Estado); **32** em 2008, sendo 09 LP e 23 LIO (em 2008 o INCRA conseguiu apenas uma LIO para o PAE Porto Dias) e **32** em 2009, sendo 13 LIO e 19 LP e nenhuma licença foi expedida em 2009. Lembramos que em 2008 e 2009 não foram criados nenhum assentamento, segundo informações do coordenador do GTA.

No Estado do Acre, dos 101 assentamentos sob a administração do INCRA, apenas 3 possuem licenciamento ambiental, PA Zaqueu Machado (LIO - **20/08/2007 a 20/08/2010**), PDS Bonal (LIO – **02/03/2007 a 02/03/2010**) e PAE Porto Dias (LIO – **03/09/2008 a 03/09/2011**).

O PA Zaqueu Machado retira pela segunda vez a LIO. A situação deste PA é diferenciada, pois foi criada uma ARL a parte, fora da área do PA para compensar seu passivo. Teoricamente os assentados desse PA podem utilizar toda a área do lote para realizar as suas atividades, excluídas as áreas de APP. O IBAMA por solicitação do

<sup>16</sup> Definição dada pela resolução 387: conjunto de ações planejadas complementares ao PDA, ou de reformulação ou substituição a este, destinadas a garantir ao Projeto de Assentamento de Reforma Agrária o nível desejado de desenvolvimento sustentável, a curto e médio prazo.

INCRA, aceitou como compensação de Área de Reserva Legal uma área de 3.014, 9869 ha a ser compensada na Floresta Nacional do São Francisco que segundo documento do IBAMA foi criada para essa finalidade pelo Decreto de 07 de agosto de 2001, publicada no DOU de 08 de agosto de 2001.

No entanto, no processo de renovação da LIO deste assentamento a equipe do IMAC deu parecer negativo a sua renovação. Segundo a equipe, o INCRA não cumpriu com as exigências do Termo de Compromisso firmado anteriormente, como por exemplo, regularizar a matrícula do imóvel inclusive averbando a ARL, apresentar ao Relatório Anual das atividades executadas no PDSA, recuperar as APPs degradadas do projeto, entre outros. Ciente destas recomendações o INCRA apresentou uma justificativa, solicitando um novo TAC. A licença foi renovada.

Os problemas que o PA Zaqueu Machado possui se repete em praticamente todos os projetos do INCRA: situação irregular da matrícula dos imóveis, ARL não averbada, base de lotes imprecisa. Como o passivo dentro dos assentamentos é diferenciado em cada lote, a averbação da reserva legal terá que considerar o passivo individualizado por lote, pois alguns desmataram toda a área, e outros ainda possuem cobertura florestal. Para apresentar a solicitação ao IMAC, o INCRA deverá corrigir a sua base de assentamentos para que as ARL sejam averbadas corretamente, e além disso deverá apresentar a situação ambiental de cada lote, inclusive o número dos lotes e ocupantes. A ARL deveria ser averbada assim que o imóvel fosse adquirido, como não foi feito, a situação se agravou. Os projetos de LIO que deram entrada em 2008 foram analisados pela Divisão de Geoprocessamento do IMAC, e todos, fora o PAF Providência Capital, apresentaram uma certidão cuja a descrição da área do polígono do imóvel não pode ser reproduzida. O PAF Providência Capital possuía um memorial descritivo atualizado averbado a escritura do imóvel. Como sua modalidade não permite divisão do polígono em lotes, provavelmente este projeto poderá ser regularizado.

Na tabela abaixo verificamos o histórico de Licenças solicitadas ao IMAC. Observa-se que muitas Licenças Prévias foram emitidas ao longo do período de 2002 a 2007. Mas apenas 01 ainda possui validade. Como o Estado possui somente 03 projetos licenciados, podemos concluir que em muitos casos não houve continuidade no processo de licenciamento.

Tabela 14 – Licenças Ambientais protocoladas e emitidas junto ao IMAC

Nº DE ORDEM	MODALIDADE	NOME DO EMPREENDIMENTO	MUNICÍPIO	TIPO	DATA		
					REQUERIDA	CONCEDIDA	VALIDADE
01	PDS	Fazenda Bandeirante	Porto Acre	LP	2002	25/4/2007	25/4/2008
02	PA	Porto Alonso	Porto Acre	LIO	2004		
03	PA	Baixa Verde	Rio Branco	LP	2004		
04	PA	Bonal	Acrelândia	LP	2004	27/10/2004	27/10/2005
05	PA	Pira de Rã	Senador Guiomard	LP	2004	8/10/2004	8/10/2005
06	PA	Caquetá	Porto Acre	LIO	2005		
07	PA	Aquidaban/Carão/Belém	Xapuri	LP	2005	1/7/2005	1/7/2006
08	PA	Equador	Epitaciolândia	LP	2005	11/4/2005	11/4/2006
09	SERING	Seringal São Miguel	Epitaciolândia	LP	2005	1/6/2005	1/6/2006
10	PA	Baixa Verde	Rio Branco	LIO	2006		
11	PA	Boa Água	Rio Branco	LIO	2006		
12	PDS	Bonal	Sen. Guiomard	LIO	2006	28/2/2007	28/2/2010
13	PA	Colibri	Rio Branco	LIO	2006		
14	PA	Espinhara I	Bujari	LIO	2006		
15	PA	Espinhara II	Bujari	LIO	2006		
16	PDS	Fazenda Esperança	Brasiléia	LP	2006	18/10/2006	18/10/2007
17	PDS	Fazenda Monte Líbano	Brasiléia	LP	2006	18/10/2006	18/10/2007
18	PDS	Fazenda Santa Cruz	Brasiléia	LP	2006	18/10/2006	18/10/2007
19	PA	Limeira	Sen Guiomard	LIO	2006		
20	PDS	Ouro Verde	Brasiléia	LP	2006	18/10/2006	18/10/2007
21	PA	Baixa Verde	Rio Branco	LP	2006	7/7/2006	7/7/2007
22	PA	Edilza Carneiro	Bujari	LP	2006	23/6/2006	23/6/2007
23	PAE	Extrativista Lucero Porã	Sena Madureira	LP	2006	8/8/2006	8/8/2007
24	PAE	Extrativista Lucero Porã I	Sena Madureira	LP	2006	3/10/2006	3/10/2007

25	PA	Luz da Vida	Bujari	LP	2006	31/5/2006	31/5/2007
26	PA	Wilson Lopes	Sena Madureira	LP	2006	23/6/2006	23/6/2007
27	PDS	Seringal Santa Cruz	Mâncio Lima e Rodrigues Alves	LP	2006	23/10/2006	23/10/2007
28	PA	Zaqueu Machado	Capixaba	LIO	2006		
29	PAE	Albrácia	Xapuri	LP	2007	002/2007	002/2008
30	PAE	Aquidacan/Carão/Belém	Xapuri	LP	2007		
31	PDS	Extrema/Barro Alto	Rio Branco	LP	2007	001/2007	001/2008
32	PAE	Minas	Porto Walter	LP	2007		
33	PAE	Seringal Carlota	Cruzeiro do Sul	LP	2007		
34	PAE	Seringal Cruzeiro do Vale	Porto Walter	LP	2007		
35	PDS	Seringal Miritizal	Cruzeiro do Sul	LP	2007	25/4/2007	25/4/2008
36	PAE	Seringal Porongaba	Marechal Thaumaturgo e Porto Walter	LP	2007	005/2007	005/2008
37	PDS	Sete Lagoas	Tarauacá	LP	2007	25/4/2007	25/4/2008
38	PAE	Triunfo II	Marechal Thaumaturgo	LP	2007	004/2007	004/2008
39	PAE	Triunfo parte I	Marechal Thaumaturgo	LP	2007	003/2007	003/2008
40	PAF	Valparaiso I	Cruzeiro do Sul	LP	2007	25/4/2007	25/4/2008
41	PAE	Valparaiso II	Cruzeiro do Sul	LP	2007	25/4/2007	25/4/2008
42	PA	Vista Alegre	Bujari	LP	2007	30/8/2007	30/8/2008
43	PA	Zaqueu Machado	Capixaba	LIO	2007	20/8/2007	20/8/2010
44	PA	California	Acrelândia	LIO	2008		
45	PA	Cumaru	Acrelândia	LIO	2008		
46	FAZ	Fazenda Baixa Verde	Rio Branco	LP	2008		
47	FAZ	Fazenda Bandeirante	Porto Acre	LP	2008		
48	FAZ	Fazenda Vista Alegre	Bujari	LP	2008		
49	PDS	Floresta	Xapuri	LIO	2008		
50	PA	Fortaleza	Brasília	LIO	2008		

51	PDS	Geraldo Fernandes	Sena Madureira	LIO	2008		
52	PDS	Jamil Jereissati	Cruz. do Sul	LIO	2008		
53	PA	Joaquim de Matos	Sena Madureira	LIO	2008		
54	PDS	Lídia Craveiro	Sena Madureira	LIO	2008		
55	PA	Narciso Assunção	Cruz. do Sul	LIO	2008		
56	PA	Nazaré	Manuel Urbano	LIO	2008		
57	PA	Pão- de- Açucar	Brasília	LIO	2008		
58	PA	Pedro Firmino	Cruz. do Sul	LIO	2008		
59	PAE	Porto Dias	Acrelândia	LIO	2008	3/9/2008	3/9/2011
60	PA	Princesa	Brasília	LIO	2008		
61	PAF	Providencia Capital	Sena Madureira	LIO	2008		
62	PAE	Santa Quitéria	Brasília	LIO	2008		
63	PA	Santo Antº do Peixoto	Acrelândia	LIO	2008		
64	PDS	São Salvador	Mâncio Lima	LIO	2008		
65	SERIN	Seringal Barro Alto	Rio Branco	LP	2008		
66	SERIN	Seringal Miritizal	Cruzeiro do Sul	LP	2008		
67	SERIN	Seringal Monte Alegre	Plácido de Castro	LP	2008		
68	SERIN	Seringal Porongaba	M Thaumaturgo e Porto walter	LP	2008		
69	SERIN	Seringal Triunfo parte I	M Thaumaturgo	LP	2008		
70	SERIN	Seringal Triunfo parte II	M Thaumaturgo	LP	2008		
71	PA	Tarauacá	Tarauacá	LIO	2008		
72	PA	Três Meninas	Brasília	LIO	2008		
73	PA	Uirapurú	Sena Madureira	LIO	2008		
74	PA	Uruburetama	Cruz. do Sul	LIO	2008		
75	PA	Vitória	Porto Walter	LIO	2008		
76	PAE	Canary	Bujari	LIO	2009		
77	PAE	Chico Mendes	Epitaciolândia	LIO	2009		

78	PA	Cruzeiro do Vale	Porto Walter	LP	2009		
79	PA	Envira	Feijó	LIO	2009		
80	PAE	Equador	Epitaciolândia	LIO	2009		
81	PA	Fazenda Agro-Jurua	Rodrigues Alves	LP	2009		
82	PA	Fazenda Bandeirante	Porto Acre	LP	2009		
83	PA	Fazenda Boa Vista lote A	Xapuri	LP	2009		
84	PDS	Fazenda Carmem	Brasiléia	LP	2009		
85	PA	Fazenda Esperança	Brasiléia	LP	2009		
86	PA	Fazenda Ouro Verde	Brasiléia	LP	2009		
87	PA	Fazenda Santa Cruz	Brasiléia	LP	2009		
88	PDS	Fazenda Soberana	Xapuri	LP	2009		
89	PA	Itamaraty	Rio Branco	LP	2009		
90	PA	Liberdade	Manoel Urbano	LIO	2009		
91	PA	Monte Libano	Brasiléia	LP	2009		
92	PA	Novo Destino	Tarauaca	LIO	2009		
93	PA	Oriente	Sena Madureira	LIO	2009		
94	PDS	Polo Recanto do Equador	Xapuri	LIO	2009		
95	PA	Porto Peters	Cruzeiro do Sul	LP	2009		
96	PAE	Porto Rico	Epitaciolândia	LIO	2009		
97	PA	São João do Banlanceio	Acrelândia	LIO	2009		
98	PA	São Pedro	Rodrigues Alves	LIO	2009		
99	PA	Seringal Aquidacan/Carão/Belém	Xapuri	LP	2009		
100	PA	Seringal Aquidacan/Carão/Belém II	Xapuri	LP	2009		
101	PA	Seringal Boa Vista	Rodrigues Alves	LP	2009		
102	PA	Seringal Luzeiro	Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves	LP	2009		
103	PA	Seringal Munducus	Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves	LP	2009		
104	PA	Seringal Santa Cruz	Mâncio Lima	LP	2009		

105	PA	Taquari	Tarauaca	LIO	2009		
106	PA	Treze de Maio	Cruzeiro do Sul	LP	2009		
107	PA	Triunfo	Plácido de Castro	LIO	2009		

Fonte: IMAC, 2009.

Em relação a elaboração dos relatórios a serem apresentados ao órgão ambiental, alguns foram feitos pela equipe do INCRA e para 37 contratou-se a Universidade Federal de Viçosa para elaboração. No dia da entrevista (25/06/2009) a Universidade tinha entregado apenas 03 relatórios, mas o contrato com a mesma foi estabelecido em 2004/2005. Segundo o coordenador do GTA, esse ano (2009) estabeleceu-se um novo vínculo para a produção de relatórios para mais 18 assentamentos. Juntamente com o documento que está sendo produzido para submissão ao órgão ambiental, está sendo elaborado o PDA (Projeto de Desenvolvimento do Assentamento) uma vez que este fora exigido no TAC 2003.

Outro fator interessante que se junta a análise dos licenciamentos é a emissão de CAR (Certidão Ambiental Rural) . O órgão ambiental do Estado, o IMAC, emite Certidões Ambientais Rurais (CAR) (Medida Provisória n.º 2166-67, de 24/08/2001) para pequenos proprietários que precisam regularizar ambientalmente suas áreas. Para propriedades de até 150 ha são emitidas as CARs, para propriedades com área acima de 150 ha são emitidas as LAR (Licença Ambiental Rural). A solicitação vem do próprio produtor. Esses documentos são solicitados por vários motivos, entre eles: financiamentos junto aos bancos, averbação de reserva legal, transferência de títulos, execução de planos de manejo florestal entre outros. O procedimento para retirada deste documento envolve análise ambiental do lote verificando o passivo ambiental em APPs e ARLs , para posterior assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) caso haja necessidade.

As CARs atingem diretamente os Projetos de Assentamento. O procedimento da CAR surge para atender uma demanda específica: os posseiros. Os assentados não possuem título de propriedade até que se complete a consolidação dos assentamentos, que leva no mínimo 10 anos. Os financiamentos bancários, por exemplo, exigem que o proprietário esteja com a propriedade regularizada ambientalmente. Uma vez que os assentados não possuíam os títulos das áreas, várias iniciativas ficavam frustradas para esta população. Foi então que em 2000 publicou-se uma resolução (Resolução CEMACT/Nº 001, de 20 de Julho de 2000) permitindo autorização para desmate e queima em áreas de posse. O texto da resolução afirma as dificuldades apresentadas pelo Estado e as limitações causadas pela impossibilidade de trabalhar com os posseiros.

O assentado, portanto, procurava o órgão ambiental para se regularizar e o mesmo assume sozinho os problemas ambientais de sua propriedade, muitas vezes até averba a reserva legal. Teoricamente é um processo que corre paralelo ao licenciamento ambiental dos assentamentos e agora obriga o INCRA e o órgão ambiental a trabalhar a questão do

licenciamento de uma maneira individualizada, por lote, porque muitos assentados já assinaram inclusive TACs junto ao órgão ambiental. Quando questionada sobre o processo de CAR, questionando se a mesma poderia ter desobrigado o INCRA de sua responsabilidade para com os assentamentos, a presidente do IMAC apresentou a seguinte situação:

Sim. Temporariamente ela vai desobrigar o INCRA desse passivo, vai transferir para o pequeno produtor. Só que a gente está incluindo uma proposta de resolução que a gente encaminhou ao CEMACT agora pra revisar o licenciamento ambiental da propriedade. Porque a gente entende que o produtor tem urgência de ter uma licença ambiental por alguma razão: ou pra buscar um financiamento no banco, ou pra vender a propriedade, por alguma razão. Então ele vem e solicita a CAR. No que ele solicita a CAR se ele tem passivo ele já faz um TAC, só que digamos que no futuro o INCRA vai e licencia aquele projeto de assentamento, porque que só aquele que correu pra se licenciar, ou seja, que foi honesto, que foi justo, porque ele vai ficar responsável sozinho por um passivo enquanto os outros todos estão dividindo esta responsabilidade com o INCRA. Então nesta proposta de resolução com o CEMACT prevê isso. Quando o projeto for licenciado essa responsabilidade passa também para o INCRA. (CARTAXO, 2009).

O que podemos observar é que a falta de relação entre os órgãos dificulta a agilidade e eficiência de todo o processo. Se os assentamentos estivessem licenciados, o IMAC teria uma redução nos custos produzidos com a emissão da CAR, uma vez que cada processo exige uma vistoria (lote a lote), que envolve diárias de técnicos e motoristas, combustível para deslocamento, entre outros. Esse poderia ser uma verba destinada aos processos de fiscalização e controle que, segundo a presidente do IMAC, é uma das áreas que apresenta dificuldade para aquisição de recursos.

Então a gente tem dois aspectos da questão ambiental. Um é o controle ambiental e outra que é a política ambiental. Com relação ao controle fica mais difícil conseguir recurso. Para o controle a gente tem recurso do BID, que realmente encerra esse ano, quer dizer no começo do ano que vem, e recursos próprios. Com relação a política em si, por exemplo toda essa definição da política de valorização do ativo ambiental florestal, a forma como entra a assistência técnica, a forma como entra a vigilância sanitária animal, tudo isso está dentro de uma política de meio ambiente. Então, pra essa política, a gente tem BID, a gente tem agora recursos do Banco Mundial com o PROACRE, existem recursos do Ministério do Meio Ambiente e agora o Fundo Amazônia [...]. Para o controle a gente tem a possibilidade também de conseguir recurso do Fundo Amazônia, mas a gente tem tido investimento cada vez maior por parte do governo do estado [...] uma vez que a gente tem ..se você pegar o que pesa no IMAC como órgão de controle ambiental, é pessoal, a gente tem o estado bancando os contratos provisórios, e já com um compromisso de realização de concursos pra efetivos. O governo está se comprometendo a manter um quadro técnico, competente e permanente no órgão pra fazer este trabalho. Tem todo o recurso que é investido nas ações do dia a dia e esse é um recurso que a gente não consegue fora. (CARTAXO, 2009)

Por outro lado, o INCRA apresenta problemas que tornam moroso o processo de licenciamento, deixando os assentados a mercê do tempo, problemas estes que foram historicamente construídos ao longo de mais de 30 anos de atuação e que agora precisam ser resolvidos com urgência.

Sobre os problemas do INCRA citados acima, eles ficam mais claros quando se observa o Acórdão do TCU 2633/2007. Esse acórdão é resultado de uma auditoria realizada com o objetivo de avaliar o impacto nas áreas de reserva legal dos projetos de assentamento implementados pelo Incra, bem como o cumprimento da legislação ambiental aplicável a esses projetos. Um dos assentamentos analisados na auditoria foi o PDS Bonal.

5. A equipe restringiu a amostra a três estados da federação, tendo em vista que os autos referentes à criação dos assentamentos estavam nas Superintendências Regionais, exigindo o deslocamento do grupo para a análise dos mesmos. Assim, considerando a quantidade de projetos instalados no Amazonas e Pará, no ano de 2004, e ainda, a oportunidade de analisar o caso do Projeto Bonal, localizado no Acre, assentamento indicado pelo Incra como boa prática quanto à observância às exigências da legislação ambiental, elegeram-se esses três Estados para compor a amostra.

6. Por ocasião da análise dos referidos autos, detectou-se que a criação dos projetos de assentamento não atendia às exigências da legislação ambiental, tendo sido considerado como achados de auditoria:

Achado 1 - Criação de assentamentos sem a elaboração dos estudos de viabilidade ambiental, comprometendo a sustentabilidade e a manutenção do assentamento.

Achado 2 - As Reservas legais dos Projetos de Assentamento não estão sendo demarcadas e nem averbadas.

Achado 3 - Assentamentos criados sem o pedido/concessão de Licença Ambiental.

Achado 4 - O Incra não promove o uso sustentável das reservas legais de forma sistemática. (BRASIL, 2007).

O Superintendente Regional do Estado do Acre foi chamado a depor, para responder as ações em desacordo com a legislação ambiental.

b) Que seja ouvido em Audiência o Sr. Raimundo Cardoso de Freitas Superintendente Regional do Incra no Acre, para que apresente razões de justificativa acerca da manutenção sob sua jurisdição dos projetos: AC0100000; AC0101000; AC0104000; AC0106000; AC0107000; AC0108000; AC0109000; AC0110000; AC0116000; AC0118000; AC0121000; AC0122000; AC0115000; AC0103000; AC0105000; AC0114000; AC0119000; AC0123000, criados em desacordo com Legislação Ambiental, especialmente, quanto à:

- Não elaboração dos Estudos de Viabilidade Econômica e Ambiental, conforme determinam o inciso I do artigo 17 da Lei nº 8.629/93 e o parágrafo 6º do artigo 3º da Resolução

Conama nº 289/2001;

- Não demarcação e averbação da Reserva Legal, como determina o artigo 16 e incisos da

Lei nº 4.771/65 - Código Florestal; e

- Ausência de solicitação das Licenças Ambientais, conforme determina a Resolução

Conama nº 289/2001. (BRASIL, 2007)

Os PDAs dos assentamentos devem se elaborados em até 6 meses após a criação do assentamento. A ausência deste documento resulta também na ausência de medidas que controlem o desmatamento da cobertura florestal. O TCU determinou que as superintendências deixem de criar assentamentos em descordo com a legislação ambiental, o que pode ser visto no ano de 2007 e 2008 no INCRA/AC, onde criou-se apenas 01 assentamento, da modalidade PAF.

20. A atuação morosa do órgão nesse processo contribuirá para degradação do meio ambiente. Pois se sabe que os assentados iniciam a exploração da terra mesmo antes da elaboração do referido Plano. Daí a necessidade de agilizar tal processo, porque o uso indevido dos recursos ambientais tende a inviabilizar a regularização posterior. Assim, propomos a rejeição das razões de justificativa apresentadas e que seja determinado ao Incra que se abstenha de criar projetos de assentamento sem a observância do que preceitua a legislação ambiental, em especial quando à demarcação e averbação da reserva legal, conforme prevê a Lei nº 4.771/65 e, ainda, que envide esforços para difundir o cumprimento desses normativos por parte das superintendências regionais em todo país. (BRASIL, 2007)

No referido acórdão comenta-se as respostas dos Superintendentes a respeito dos questionamentos feitos na auditoria, entendemos que os comentários a respeito das justificativas apresentadas pelo Superintendente Nacional do Desenvolvimento Agrário do INCRA, resumem a situação em que se encontra o INCRA, uma vez que as exigências do órgão ambiental e do TCU vem se prolongando desde 2001, iniciando-se com a resolução 289 do CONAMA.

32. Destaque-se que as argumentações apresentadas pelo gestor apontam para providências a serem adotadas no futuro. Não ficou evidenciada, no entanto, a normalização das irregularidades apontadas na audiência. Ressalte-se, também, que o gestor se isentou de apresentar justificativas quanto ao item referente à não elaboração dos Estudos de Viabilidade Econômica e Ambiental para os projetos de assentamento listados na audiência.

33. Cumpre ressaltar que os critérios utilizados na definição do escopo da auditoria foram bem conservadores, uma vez que se optou por examinar somente os projetos de assentamento criados a partir de 2004, ou seja, após o

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2003 por diversos órgãos, entre eles o Incra, perante o Ministério Público Federal. Esse TAC já tinha como meta a regularização da situação ambiental dos projetos instituídos antes da Resolução Conama nº 289/2001. Sendo assim, poder-se-ia esperar que diversas providências tivessem sido tomadas, desde então, para coibir as impropriedades detectadas nessa ocasião.

34. Todavia, as justificativas ora analisadas denotam que a gestão central do Incra não adotou qualquer ação concreta, do ponto de vista estratégico, para evitar que as irregularidades verificadas nos projetos de assentamento se perpetuassem. (BRASIL, 2009)

O INCRA tem um papel fundamental no país, o de ser responsável pela execução da Política de Reforma Agrária, uma das maiores demandas sociais da atualidade. Por ser um dos gestores do dinheiro público, suas ações tem por obrigação ser coerentes com a legislação de maneira geral e atender aos objetivos que lhe cabe. Por ser um órgão do Estado, o mesmo não deixou de seguir as determinações políticas-sociais-econômicas da política nacional desenvolvimentistas, acarretando um histórico de ineficiência de gestar os objetivos do órgão, uma vez que registram-se muitos problemas quanto a prosperidade dos assentamentos sob sua gestão.

Hoje o mesmo está sendo cobrado por suas ações e encontra dificuldades para atender a esta cobrança por uma série de motivos, que vão da estrutura física até aspectos culturais gerado por uma rotina mecânica de trabalho. A sustentabilidade pregada nas suas cartilhas e programas, como a ATEs, por exemplo, estão muito distante de sua prática.

As ferramentas de gestão ambiental, por outro lado, como o licenciamento ambiental, a fiscalização, a conscientização ambiental ainda são incipiente no sentido de produzir resultados efetivos, de atingir a população, e de controlar o avanço da degradação, de propor alternativas viáveis de produção alternativa. Isto por vários motivos: por efetivo pessoal, pela política nacional do Estado que continua tendo no caráter econômico sua linha de atuação, direcionando inclusive as pesquisas científicas nacionais. Basta observar o PA Zaqueu Machado que já renovou sua licença ambiental mas as famílias beneficiárias continuam tendo dificuldades sociais e econômicas de reprodução. Quais foram, portanto os benefícios trazidos pelo Licenciamento Ambiental? Quando a presidente do IMAC diz que os recursos para fiscalização e controle são os mais difíceis de arrecadar, mostra as dificuldades de se trabalhar de forma preventiva a questão ambiental. Ou quando políticas implantadas no período militar como os Projetos de Integração Nacional ainda são desenvolvidas hoje, como por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que visa a abertura de uma série de Estradas como medidas de desenvolvimento.

2.25 Cabe destacar que o recém-lançado PAC já prevê grandes investimentos em obras de infra-estrutura na Amazônia, compreendendo rodovias (BR-364-AC, BR-319-AM, BR-364-MT, BR163-364-MT, BR-242-MT, BR-163-MT-PA, BR-158-MT, BR-230-PA, BR-156-AP, BR-135-MA-Acesso Porto de Itaqui), ferrovias (Ferro norte Rondonópolis MT e Ferrovia Norte-Sul/TO), hidrovias (terminais hidroviários na AM-PA e eclusa de Tucuruí-PA), consoante demonstrado no Mapa 3, além de obras no setor de energia, de comunicação, de saneamento, habitação e irrigação.

2.26 Contudo, em entrevista, o Dr. Marcos Ximenes, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - Ipam ponderou que as decisões de obras na Amazônia, constantes do PAC (Ministério do Planejamento, BNDES), não têm sido discutidas com o pessoal técnico do PAS<sup>17</sup>. (BRASIL, 2008)

Para demonstrar a complexidade a que nos referimos sobre as dinâmicas da Amazônia, especificamente a atuação do INCRA e dos órgãos ambientais, e para também concluir, transcreveremos abaixo a fala de um assentado do Projeto Edilza Carneiro, que esteve na sala do Coordenador do Grupo Técnico Ambiental, no momento da entrevista feita para esta pesquisa, e que mais que imediatamente quis relatar a sua situação e a de seus companheiros do assentamento.

---

<sup>17</sup> Plano Amazônia Sustentável, criado em 2003.

2.14 Em 2003, buscando um novo conceito de desenvolvimento regional que proponha um tratamento diferenciado para a Amazônia de acordo com a sua complexidade e heterogeneidade, o Governo Federal, a partir de um amplo acordo com os governadores dos estados amazônicos, lançou o Plano Amazônia Sustentável (PAS). 2.15 Esse não é um plano operacional, mas sim um conjunto de estratégias e de orientações para implementação de políticas públicas na Região. (BRASIL, 2008)

Quando as pessoas começaram a morar lá elas tinha que desmatar para fazer casa, quando foram pegar autorização para desmatar um hectare por ano, disseram que não poderiam dar pois não sabiam quem era o dono, na época era posse. As pessoas levavam de quatro a cinco horas para chegar na posse. Formamos uma associação fomos ao ministério publico e o INCRA comprou. Só que neste período foram três anos e o IBAMA nunca foi lá e explicou que não podia desmatar, que a terra não era nossa, só passava de helicóptero, agora que está tudo regularizado, todo mundo tirando licença certinho, passaram e emitiram multa de cento e quarenta mil reais para cada um, e quem não pagar que se rache. Ta certo que o pessoal brocaram, mas quem mora em colônia tem que brocar ou então o governo tem que chegar e dizer: Você não broca, mas tem isso aqui. É alternativa. [...] Eles chegam no assentamento com metralhadora desse tamanho assim..., e se você falar alguma coisa [...]. O Ari estava naquela reunião Ari? Estava! Chamaram o Ari e nem deixaram ele falar nada, assim a lei é isto aqui e pronto. O negocio lá tá feio. O INCRA vai tentar implantar um programa para recuperar [...]. Ninguém melhor para preservar a Amazônia que o produtor rural só que ele não tem condição; o governo diz que vai dar quinhentos reais ano para quem não desmatar. Quem vai sobreviver com quarenta reais por mês? (LOPES, 2009).

A fala do assentado demonstra que para além dos problemas específicos relativos ao INCRA, existe uma questão mais geral da questão ambiental que deve ser considerada. O fato de os assentados desconhecerem a legislação ambiental e a forma de abordagem dos órgãos responsáveis pela manutenção da qualidade ambiental dos assentamentos nem sempre se soma as iniciativas dos assentados, mas chega de forma punitiva e impositiva. O fato demonstra que existem vários elementos que compõem o contexto da questão ambiental da Reforma Agrária, relevando a importância de se pesquisar e somar esforços para a superação destes problemas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de desenvolvimento que sustentou as políticas no Estado do Acre, e porque não na Amazônia, a partir de 1970 resultou em uma forma de ocupação degradante em relação a floresta e aos seus povos. Entre os resultados podemos destacar a promoção de latifúndios para criação de gado e especulação de terras, o aumento do desmatamento através da abertura de estradas, e a criação de projetos de colonização e reforma agrária homogeneizantes que não levaram em consideração os aspectos regionais na escolha da modalidade dos projetos.

No início deste período a floresta foi entendida como obstáculo ao desenvolvimento, assim como as formas de ocupação tradicionais realizadas por sua população. Essa linha de entendimento do desenvolvimento, traduzida como uma ocidentalização das práticas nacionais (IANNI, 2006), descaracterizou as formas heterogêneas de ocupação, além de desvalorizá-las.

Quando voltamos o olhar especificamente para o INCRA, percebemos que em mais de 30 anos de atuação, o INCRA mantém os mesmos procedimentos da época da ditadura. Somente em 2006, cria-se uma Coordenação dentro da estrutura interna do INCRA para tratar da questão ambiental. É surpreendente que o INCRA não tenha sequer averbado na matrícula de seus imóveis a Área de Reserva Legal, e que muitos assentamentos não tenham ainda seu PDA, instrumento obrigatório para garantir ações que promovam o sucesso dos assentamentos. Somente quando o INCRA começou a ser cobrado pelo próprio Estado, é que os procedimentos começaram a ser desenvolvidos.

Diante do número de Licenças que o INCRA possui e diante dos problemas quanto aos documentos obrigatórios que não foram elaborados, não há como afirmar que há uma prática de Desenvolvimento Sustentável, preconizada no discurso do órgão. Basta olhar o título da publicação do informativo **Terra da Gente** edição especial publicada em outubro de 2007 *A Reforma Agrária que faz bem ao Meio Ambiente*. Nesta publicação o INCRA informa que o conceito chave-chave que orienta as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do INCRA é um modelo de desenvolvimento rural sustentável (página de apresentação). A criação de projetos diferenciados (PDS, PAE e PAF) tem representado, segundo o documento, a transição de um modelo tradicional de assentamento para um modelo sustentável. É bom lembrar que o PAE é um modelo diferenciado antigo, pelo menos no Estado do Acre, e segundo o Superintendente do INCRA foi criado não por iniciativa própria do órgão. Além disso, vale relembrar a fala de Guerra (2004) sobre o PDS Salvador, afirmando a preferência dos assentados pela pecuária, mesmo estando em um modelo de assentamento diferenciado. O

que leva a crer que a simples criação não atende a sustentabilidade esperada. Além disso, vimos que muitos assentamentos foram criados no período de vigência de TAC 2003 (2003-2006) e apesar de ter criado assentamentos diferenciados, a maioria dos projetos criados foram a modalidade PA.

A permanência de uma política de Reforma Agrária ao moldes do que vem sendo aplicado no Estado Acre poderá acarretar danos maiores, aumentando os índices de desmatamento, e reconcentração e venda de lotes o que já ocorre na atualidade. O INCRA como órgão público, gestor da política de Reforma Agrária, com um corpo técnico multidisciplinar e com possibilidade de aumentar este corpo técnico, além da possibilidade de estabelecer acordos com os vários órgãos estaduais e federais tem a capacidade de regularizar seus projetos e se estruturar que a política de reforma Agrária seja aplicada com eficiência necessária e adequada a legislação ambiental. Inclusive já está existe uma experiência sendo desenvolvida no órgão. Está sendo planejado, antes do assentamento das famílias, o PA Nova Baixa Verde. Já existe inclusive o mapa desta área demonstrando como o projeto será estruturado levando em consideração a sua localização (o mesmo é cortado por uma BR), a área de reserva legal, as áreas destinadas à produção, localização das áreas de moradia dos assentados, entre outros. O projeto está sendo desenvolvido juntamente com a EMBRAPA.

O fato demonstra que é possível fazer uma política diferente e mudar a cara da reforma agrária estabelecida até aqui. Isto trará benefícios a sociedade, a preservação da floresta e ao Estado, justificando a urgência na mudança.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACRE. Governo do Estado. Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC). **Atlas do Estado do Acre**. Rio Branco: FUNTAC, 2008.
2. AMARAL, Eufra Ferreira do. **Entrevista** [30 de Junho, 2009]. Rio Branco. Entrevista concedida a Cristiane Batista Salgado, na Secretaria de Meio Ambiente do Estado.
3. ARBEX JUNIOR. “Terra sem povo”, crime sem castigo. In: TORRES, Maurício (org.) **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005.
4. ÁVILA, Márcia Moreira. **Avaliação Ponderada de Impacto Ambiental em propriedades rurais do estado do Acre na Amazônia Brasileira**. 2006. 49f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais) – Departamento de Ciência da Natureza, Universidade Federal do Acre, Rio Branco-Acre. Disponível em: <[http://www.ufac.br/ensino/mestrado/mest\\_ecologia/dissertacoes.htm](http://www.ufac.br/ensino/mestrado/mest_ecologia/dissertacoes.htm)>. Acessado em 20 de outubro de 2006.
5. BECKER, Bertha. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
6. BITTENCOURT, William de Figueiredo. **Direito Agrário: A Reforma Agrária no Estado do Acre**. 71f. 2004. Monografia de final de curso. Departamento de Direito da Universidade Federal do Acre, Universidade Federal do Acre, Rio Branco.
7. BRASIL, Ministério Público Federal pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **TAC – Termo de Ajustamento de Conduta**. Brasília, outubro de 2003.
8. BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução 001 de 23 de janeiro de 1986**. Diário Oficial da União (DOU), 17/02/1986.
9. BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução 237 de 19 de dezembro de 1997**. Diário Oficial da União (DOU), 22/12/1997.
10. BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução 289 de 25 de outubro de 2001**. Diário Oficial da União (DOU), 21/12/2001.

11. BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução 318 de 04 de dezembro de 2002**. Diário Oficial da União (DOU), 19/12/2002.
12. BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução 387 de 25 de outubro de 2001**. Diário Oficial da União (DOU), 29/12/2006.
13. BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. Medida Provisória No 2.166-67, de 24 de Agosto de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/2166-67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2166-67.htm)>. Acesso em: 10 de outubro de 2006.
14. BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão 1097/2008** – TCU Plenário. Relator Marcos Bemquerer Costa. Acórdão. Diário Oficial da União (DOU) 13/06/2008. Processo: 019.720/2007-3 Disponível em < <http://portal2.tcu.gov.br/TCU>>. Acesso em: Acesso em: Jan 2009.
15. BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão 2633/2007** – TCU Plenário. Relator Aroldo Cedraz. Acórdão. Diário Oficial da União (DOU) 11/12/2007. Processo: TC-018.741/2005-2. Disponível em < <http://portal2.tcu.gov.br/TCU>>. Acesso em: Acesso em: Jan 2009.
16. BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão 557/2004** – TCU Plenário. Relator Min. Ubiratan Aguiar. Acórdão. Diário Oficial da União (DOU) 12/05/2004. Processo: TC-005.888/2003-0. Disponível em <<http://portal2.tcu.gov.br/TCU> > Acesso em: Jan 2009.
17. BRASIL; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; NUCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Assentamentos em Debate**. Coordenação: Caio Galvão França e Gerd Sparovek. Colaboradores Antônio Márcio Buainain ..[et al]. -- Brasília: NEAD, 2005. 300 p. (Vários autores)
18. BUARQUE, Sergio C. Desafios do mundo contemporâneo. *In: Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 15-56.
19. CAMARGO, Flávia. **Reforma Agrária e Gestão Ambiental**: encontros e desencontros. 242 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília. Brasília, 2006.
20. CARTAXO, Cleísa da Cunha Brasil. **Entrevista** [30 de Junho, 2009]. Rio Branco. Entrevista concedida a Cristiane Batista Salgado, no Instituto de Meio Ambiente do Acre.

21. CASTRO, Edna. **Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA, V. 8, n. 02, 2005.
22. CASTRO, Iná Elias de. **Geografia Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
23. CASTRO, L.; LESSA, C. **Introdução à economia: uma abordagem estruturalista**. RJ: Forense Universitária, 1994.
24. CONTI, Sérgio. Espaço global versus espaço local: perspectiva sistêmica do desenvolvimento local. In: DINIZ, Célio Campolina; LEMOS, Mauro Borges. (orgs). **Economia e território**. Belo horizonte: UFMG, 2005.
25. COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente da. **Capital e trabalho na Amazônia ocidental**. São Paulo: Cortez Editora; Rio Branco (AC): Universidade Federal do Acre, 190 p., 1992.
26. COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente da. Chico Mendes: a trajetória de uma liderança. In: PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da(orgs). **Trajетória da Luta Camponesa na Amazônia-Acreana**. Rio Branco-Ac: EDUFAC, 2006.
27. ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 59-83.
28. FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. In: **Acta Amazonica**. vol. 36(3) 2006: 395-400. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/aa/v36n3/v36n3a18.pdf> >. Acesso em: Jan. 2009.
29. FOLHA ONLINE. **Risco de vazamentos permanece até 2003, diz Petrobras**. 2000. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u7521.shtml> >. Acesso em: Out. de 2006
30. GARRAFIEL, Denise Regina. **As políticas públicas de desenvolvimento sustentável no Estado do Acre de 1999 a 2002**. 2004. 77f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais) – Departamento de Ciências da Natureza, Universidade Federal do Acre, Rio Branco. Disponível em: < [http://www.ufac.br/ensino/mestrado/mest\\_ecologia/dissertacoes.htm](http://www.ufac.br/ensino/mestrado/mest_ecologia/dissertacoes.htm) >. Acessado em 20 de outubro de 2006.

31. GERMANI, Gino. **Sociologia da Modernização**. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
32. GIDDENS, Anthony - **As conseqüências da modernidade**. Ed. UNESP, São Paulo, 1991.
33. GUERRA, Raissa. Verificando a viabilidade do pds São Salvador no Estado do Acre. In: *Ambiente & Sociedade*. Vol. VII nº. 1 jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23542.pdf>>. Acesso em 01 de novembro de 2006.
34. HAESBAERT, Rogério. Território, espaço e ordem. In: SANTOS, Milton...et al. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 2ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
35. HAESBAERTH, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do fim dos territórios a multiterritorialidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
36. HIRSCHMANN, Albert. **Autosubversão: teorias consagradas em xeque**. São. Paulo: Cia. das Letras, 1996.
37. I CENSO DA REFORMA AGRÁRIA. **Estud. av.**, São Paulo, v. 11, n. 31, Dez. 1997 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141997000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03 de jan de 2009.
38. IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 228p.
39. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **A organização do espaço na faixa da transamazônica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989b. 224p. v. 2.
40. KITAMURA, Paulo Choji. “Amazônia: produtos e serviços naturais e as perspectivas para o desenvolvimento sustentável regional”. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro; REYDON, Bastiaan Philip e LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo (orgs.). **Economia do Meio Ambiente: teoria, políticas e gestão de espaços regionais**. Campinas: Editora UNICAMP, 1997.
41. LEFÉBVRE, H. **Lógica formal/ lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
42. LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

43. LESSA, Carlos. A opção pelos pobres e a crítica de Delfim Netto. **Valor econômico**. São Paulo, 14 de fev. 2007.
44. LIRA, Elisandra Moreira de. **Sustentabilidade ambiental de propriedades rurais no Sudoeste da Amazônia**. 2006. 70f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, Universidade Federal do Acre, Rio Branco-Acre. Disponível em: <  
[http://www.ufac.br/ensino/mestrado/mest\\_ecologia/dissertacoes.htm](http://www.ufac.br/ensino/mestrado/mest_ecologia/dissertacoes.htm)>. Acessado em 20 de outubro de 2006.
45. MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2003.
46. MEDEIROS, Aristóteles Barros. **Entrevista** [26 de maio, 2009]. Rio Branco. Entrevista concedida a Cristiane Batista Salgado, no Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária- SR14.
47. MENEZES, Ronei Sant'ana. **A importância da Reserva Legal na geração de renda de pequenos produtores rurais: estudo de caso no estado do Acre, Amazonas**. 114 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Curso de pós-graduação em Engenharia florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <  
<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/2221/6/Tese+Ronei+F.pdf>>. Acesso em: 13 de outubro de 2006.
48. MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. Disponível em:  
<<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf>>. Acesso em: 05 de junho de 2007.
49. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Terra da gente: A reforma agrária que faz bem ao meio ambiente**. Publicação Especial. Outubro/2007.
50. MUZIO, Gabriele. A globalização como estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo. In: NUCLEO DE ESTUDOS DOS

DIREITOS DA CIDADANIA (NEDIC). **Os sentidos da democracia:** políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis, RJ: vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

51. NANDY, Ashis. Estado. In: **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 84-97.
52. OLIVERIA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar:** políticas públicas na Amazônia. Campinas (SP): Papirus, 1991.
53. PAULA, Elder (2008); Diálogos na Fronteira. MDR, N° 1/ Março/2007 (Texto Didático, mimeo)
54. PAULA, Elder Andrade. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental:** dos missionários do progresso aos mercadores na natureza. Rio Branco: UDUFAC, 2005. 383 p.
55. PAZ, Carlos Augusto Lima. **Entrevista** [26 de maio, 2009]. Rio Branco. Entrevista concedida a Cristiane Batista Salgado, no Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária- SR14.
56. PORTILHO, Maria Sibeli Brasiliense. **Extensão Rural:** o fio e a trama na construção da representação social do pequeno produtor. 1998, dissertação (mestrado em Educação Brasileira). Centro de Ciência Humanas e Artes, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1998.
57. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004. 179p.
58. RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, Ática, 1993.
59. ROFMAN, Alejandro. El enfoque del desarrollo local: conflictos y limitaciones. In: VIALLAR, Alejandro; ROFMAN, Adriana (coord). **O desarrollo local: una revisión crítica del debate.** 1 ed. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2006.Pg 37-58.
60. SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 117-131.
61. SANTOS, Corália Maria dos. **Contribuição ao estudo da extensão rural pública em Sergipe:** o caso da Microrregião Geográfica de Tobias Barreto. 1993, dissertação (mestrado em Geografia Humana). Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 1993.

62. SANTOS, Milton **A natureza do espaço**. São Paulo:Hucitec, 1996.
63. \_\_\_\_\_. O retorno do território. In: **Território y Movimientos Sociales**. Ano VI, numero 16, 2005.p 251-261. Disponível em: < <http://www.scribd.com/doc/4799802/o-retorno-do-territorio-milton-santos-clacso> >. Acesso em: Fev. 2009.
64. \_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização** : do pensamento único à consciência universal. Record: São Paulo, 2000.
65. SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. In: **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, 11 (21 e 22): 111-125, jan/dez, 1999.
66. SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
67. SILVA, Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. 500 f. 2004. Tese (doutorado). - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.
68. SILVA, Silvio Simione. **Na fronteira agropecuária acreana**. Presidente Prudente, Rio Branco-Ac,UFAC – Laboratório de Estudos Urbanos, Populacionais e Agrários em Geografia – LEUPAG – Depto. de Geografia, 2006 .
69. SILVA, Sonaira Souza; VALENTIM, Judson Ferreira; AMARAL, Eufran Ferreira do; MELO, Antônio William Flores de. Dinâmica do desmatamento no período de 1988 e 2007 do município Rio Branco, Acre, Brasil. In: XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 6273-6280. **Anais....** Disponível em:< <http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.18.01.31.56/doc/6273-6280.pdf>>. Acesso em: Maio de 2009.
70. SOUZA JR., C.; VERÍSSIMO, A.; COSTA, A.; SALOMÃO, R.; Balieiro, C. & Ribeiro, J. **Dinâmica do Desmatamento no Estado do Acre (1988-2004)**. Belém: Imazon, 2006, 45p. Disponível em: < <http://www.imazon.org.br/publicacoes/publicacao.asp?id=504>>. Acesso em: 10 de out 2008.
71. SPAROVEK, G. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

72. SUGIMOTO, Luiz. **Lições que a CEPAL deixou ao Brasil**. Disponível em: <  
[http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/jornalPDF/ju347pg09.pdf](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju347pg09.pdf)>. Acesso em: Jan de  
2009.
73. SZTOMPKA, Piotr. **A Sociologia da mudança social**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de  
Janeiro, 1998.
74. VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro:  
Garamond, 2005.

**ANEXOS**

Roteiro:

Cleísa da Cunha Brasil Cartaxo - Presidente do IMAC

1. Qual o motivo, na sua opinião, para o quadro de desmatamentos nos assentamentos?
2. O IMAC exigiu do INCRA o licenciamento de seus assentamentos?
3. Houve alguma resistência por parte do INCRA para o licenciamento?
4. Observando os assentamentos já licenciados pelo IMAC, por exemplo, o Zaqueu Machado, quais os aspectos ambientais positivos trazidos pelo licenciamento?
5. Qual o Projeto de Assentamento do Estado que, em sua opinião, mais se aproxima do modelo ideal para o Estado? Por quê?
6. Diante da importância das Áreas de Reserva Legal, como a Sra vê o processo de compensação ambiental?
7. Quais são os saldos da política de valorização do ativo ambiental florestal?

\*Proprietários aderidos:

\*Mudas plantadas:

\*Assistência técnica (qual a linha produtiva difundida nos programas?)

8. Quanto aos grandes proprietários, quais são as ações para evitar o desmatamento ilegal e as práticas ilegais nos planos de manejo florestal? Obs: do arquivo de propriedades (desatualizado) que nós temos, dos 507 polígonos, apenas 14 possuem menos de 150 ha.

Dados estimados do desmatamento em 2007	HA
<b>Total desmatado em 2007</b>	<b>50.889,28</b>
Assentamentos	21.141,01
TI	444,39
UC	5.196,71
<b>Propriedade e demais locais</b>	<b>24.107,16</b>

9. A emissão da Certidão Ambiental Rural pode ter desonerado o INCRA de sua responsabilidade pelo licenciamento ambiental?
10. Quais as principais fontes de investimento do Estado para as questões Ambientais? Quais são as principais exigências destes órgãos?
11. Quais são as estratégias do órgão para reverter o quadro de desmatamento nos assentamentos?

Roteiro:

Carlos Augusto Lima Paz - Superintendente Regional do INCRA

- 1 A quanto tempo o Sr. está no INCRA?
- 2 Como o Sr. define o papel do Incra no Estado do Acre?
- 3 Como poderia acessar ao histórico das metas de assentamento para o Estado? Quais são as metas para a criação de assentamentos em 2009 e qual foi a de 2008?
- 4 Como se define o tipo de assentamento será criado, quais são as orientações?
- 5 Quando o INCRA começou a pensar a questão ambiental dos assentamentos? (questionar a criação do primeiro projeto Extrativista caso a resposta diga respeito apenas a lei de regularização do licenciamento)
- 6 Qual seria, em sua opinião, seria a principal causa do desmatamento nos assentamentos do Acre?
- 7 Quais são as políticas ambientais, ou as estratégias do INCRA para resolver a questão ambiental dos assentamentos do Estado?
- 8 Como o INCRA vem trabalhando para atender ao termo de ajustamento de conduta assinado com o TCU em 2004?
- 9 O senhor acredita no desenvolvimento sustentável, ou seja, que é possível que haja 50% de reserva legal intocável e ainda, em um lote de 25 ha em média, seja produtivo?
- 10 O que poderia ser feito para melhorar o quadro de desmatamento nos assentamentos? Quais as alternativas existentes aos produtores?
- 11 Como o Sr. vê a questão da reconcentração de lotes e da evasão de famílias nos assentamentos?
- 12 Como se dá o acompanhamento da questão ambiental nos assentamentos que possuem Licenciamento Ambiental? O que vem sendo feito para os que não possuem?
- 13 De onde vem o recurso para a área ambiental?
- 14 Qual o Projeto de Assentamento do Estado que, em sua opinião, mais se aproxima do modelo de desenvolvimento sustentável? Por que?

Roteiro:

Aristóteles Barros Medeiros – Coordenador do Grupo Técnico Ambiental do INCRA

- 1 Como a Sr. define o papel do Incra no Estado do Acre?
- 2 Quais são as metas para a criação de assentamentos em 2009 para o Estado do Acre?
- 3 Como o INCRA está organizado hoje para tratar a questão ambiental de seus assentamentos?
- 4 Quais foram as primeiras políticas ambientais da SR-14?
- 5 Desde quando existe o grupo técnico ambiental e desde quando vc é coordenador?
- 6 Já existiu alguma estrutura anterior voltada para o meio ambiente?
- 7 Quais são os principais objetivos do Grupo Técnico Ambiental (GTA)
- 8 Porque o Grupo Técnico Ambiental (GTA) está inserido na parte de Obtenção de Terras e Implantação de Projeto de Assentamentos? Quais as ligações diretas e qual a influencia do GTA na parte de obtenção e implantação de assentamentos?
- 9 Quais as principais políticas ambientais que o INCRA está executando na atualidade?
- 10 Quais são os principais problemas encontrados para a realização das políticas?
- 11 Em relação à instituição e em relação aos assentados.
- 12 Em sua opinião qual o principal motivo do desmatamento nos assentamentos de Reforma Agrária?
- 13 Como se dá o acompanhamento da questão ambiental nos assentamentos que possuem Licenciamento Ambiental? O que vem sendo feito para os que não possuem?
- 14 Os assentamentos criados pós resolução CONAMA 28901 de outubro de 2001, todos tem licença previa ou LIO? Se não, pq? Como fica o TAC assinado em 2003 com o TCU?
- 15 O Sr. acredita no desenvolvimento sustentável, ou seja, que é possível que haja 50% de reserva legal e que, em um lote de 25 ha em média, seja ainda produtivo?
- 16 O Sr. acredita que a estrutura existente no INCRA para a área ambiental e as políticas ambientais em execução são suficientes para resolver o problema ambiental dos assentamentos? Se não, o que poderia ser feito para reverter o quadro de desmatamento ilegal nas áreas de assentamento da Amazônia?

**Roteiro****Eufan Ferreira Amaral – Secretário de Meio Ambiente do Estado**

- 1 A que o Sr. atribui o quadro do desmatamento hoje, principalmente nos assentamentos?
- 2 De acordo com os trabalhos executados com a política do Ativo Floresta, o Sr. acha que inicialmente há conhecimento a respeito da Legislação Ambiental, principalmente das porcentagens das ARL
- 3 Existem algum acordo entre o INCRA e SEMA para priorizar e otimizar os processos de licenciamento dos novos projetos que estão sendo criados ?
- 4 Na sua opinião qual seria o melhor modalidade de projeto para o Estado do Acre?
- 5 Como o senhor conceitua desenvolvimento sustentável ?

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)